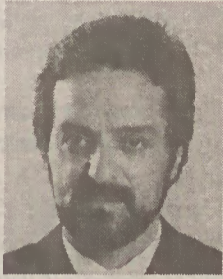


Em defesa de outra política

Confrontos verbais do PS e PSD não escondem convergências acentuadas



■ Luís Sá

Pág. 18

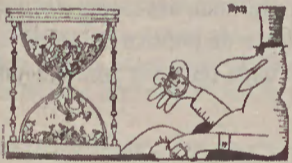
EM FOCO

Intelectuais Partido Sociedade

Entrevista com Manuel Gusmão sobre o próximo Encontro Nacional do PCP

Págs. 22 e 23

A História repete-se



Ou a função histórica do PS

■ Lino de Carvalho Pág. 19

ÍNDIA

Os comunistas perto do poder

■ Manoel de Lencastre

Págs. 24 e 25

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Maio de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1174 • Director: Carlos Brito

PS e PSD o mesmo Orçamento

Nota da Comissão Política

Pág. 32

Carvalhas no IV Congresso do PCP/Madeira

Um novo exercício do poder autónómico



É tempo de se pôr termo a um exercício do poder autónómico assente no «quero posso e mando», no autoritarismo, na prepotência, afirmou, no Funchal, o Secretário-Geral do PCP. Carvalhas visitou também os Açores na passada semana. Págs. 5 e 6

Avante!

Próximo número sai na 4.ª-feira

Por ser feriado na quinta-feira, 6 de Junho, o «Avante!» é distribuído no dia anterior.

Encontro de Quadros do PCP sobre Associativismo

Actualizar a análise

Centrais

responder a novas experiências

Editorial Intensa actividade do PCP



Ávaro Cunhal na 7ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP

RESUMO

22 Quarta-feira

Terminou em Sintra o fórum da UNESCO para uma "cultura de paz e não violência" ■ Grupo de sócios do Benfica pede fim do apoio às claques ■ O Presidente sul-africano, Nelson Mandela, em viagem à Alemanha, é recebido no Parlamento, onde pediu à comunidade internacional um "plano Marshall" para a África Austral ■ Presidente italiano propõe descentralização do país ■ Atentado na Índia causa a morte de 22 pessoas ■ Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa recusam proposta de lei para o financiamento do Ensino Superior ■ Naufrágio de "ferry" tanzaniano provoca a morte de 549 pessoas.

23 Quinta-feira

Vinte e cinco timorenses chegam a Lisboa ao abrigo da legislação que permite a reintegração de funcionários públicos ■ O vice-presidente norte-americano, Al Gore, efectua visita-relâmpago a Lisboa ■ Secção portuguesa da Amnistia Internacional faz 15 anos ■ Votação da lei das 40 horas na Assembleia da República é adiada por uma semana ■ Chegam a Portugal 13 portugueses repatriados da República Centro-Africana, actualmente em guerra ■ Preso o general Galindo, um dos principais responsáveis na luta contra a ETA nos anos 80 ■ PCP está frontalmente contra qualquer tentativa para alterar o Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa que vise facilitar a especulação urbanística ■ Comissão de Trabalhadores da Renault alerta para possíveis despedimentos na unidade de Cacia ■ Kohl e Clinton exprimem publicamente apoio a Ieltsin.

24 Sexta-feira

Abre a Feira do Livro de Lisboa ■ Chega a Lisboa segundo grupo de portugueses refugiados da República Centro-Africana ■ Presidente da República Centro-Africana apela para um governo de "muito grande abertura" ■ Carlos Carvalhas admite possível acordo com UDP para legislativas de Outubro nos Açores ■ Novo governo italiano de centro-esquerda obtém voto de confiança no Senado ■ Assinado acordo de paz no Afeganistão, entre presidente afegão e uma das principais facções da guerrilha islâmica ■ Termina, no Porto, série de conferências com sobreviventes de Auschwitz ■ Jorge Peixinho é homenageado nos XX Encontros de Música Contemporânea da Gulbenkian ■ Objectores de consciência presos em Madrid, quando protestavam

contra legislação que lhes proíbe o exercício de cargos públicos.

25 Sábado

O Dia de África, aniversário da criação da OUA, é assinalado em várias cidades portuguesas ■ Guardas florestais comemoram o seu dia com festas de confraternização ■ Em visita aos Açores, Carlos Carvalhas defende uma política que valorize a produção nacional ■ José Eduardo dos Santos adia visita ao Japão face à situação de crise em Angola ■ Professores e educadores exigem abolição dos créditos de formação ■ OMS decide destruir os últimos stocks do vírus da varíola ■ Ministro das Finanças opõe-se à abertura da informação bancária à administração fiscal.

26 Domingo

Dois milhões de albaneses vão às urnas para escolherem um novo Parlamento ■ Eleições parlamentares em Chipre ■ Jorge Sampaio regressa de visita oficial a Espanha ■ Comunistas madeirenses, reunidos em Congresso, pedem uma "nova autonomia" ■ A líder da oposição birmanesa lança desafio à Junta militar no poder ■ Oposição albanesa retira-se das eleições, como protesto contra clima de terror e violência.

27 Segunda-feira

Anunciado acordo de cessar-fogo na Tchetchénia ■ Progressão da esquerda nas eleições em Chipre ■ Assembleia da República discute sistema de saúde ■ Marcado período de legalização extraordinária de imigrantes ■ Relatório das Nações Unidas indica que haverá seis mil milhões de habitantes na Terra em 1998 ■ A Confederação da Indústria Portuguesa quer que o governo reduza os custos para os patrões.

28 Terça-feira

Conselho de Ministro decide atribuir integralmente as receitas do Totobola aos clubes de futebol ■ Aliança de partidos de centro-esquerda da Índia, Frente Unificada, é encarregada de formar governo ■ Polícia albanesa reprime manifestação em Tirana ■ SOS Racismo recorre ao provedor da Justiça, reclamando contra prazos diferentes para legalização de imigrantes de países lusófonos e outros ■ Instituto Nacional de Estatística divulga números - em baixa - da mortalidade infantil.

EDITORIAL

Intensa actividade do PCP

A viagem de Carlos Carvalhas aos Açores e à Madeira concentrou as atenções do PCP na situação das duas regiões autónomas e também contribuiu para trazer à actualidade política nacional alguns aspectos da sua problemática.

Os múltiplos contactos a todos os níveis que o Secretário-Geral do PCP desenvolveu nos Açores e a sua participação no IV Congresso Regional PCP/Madeira atestam o interesse que os problemas de cada uma das regiões e as questões gerais da autonomia merecem ao PCP, o cuidado com que os comunistas insulares preparam as eleições regionais do próximo Outono e o apoio e a solidariedade que lhes são prestados pelos comunistas de todo o país.

Salienta-se, neste quadro, a importância do IV Congresso Regional PCP/Madeira na vida da Região e na acção do Partido, traduzida numa intervenção confiante e de propósitos claros na luta por «uma nova Autonomia que garanta a participação activa dos trabalhadores e de outros sectores sociais na solução dos problemas da Região e que assegure os direitos, liberdades e garantias constitucionais dos Madeirenses».

Outro momento importante da actividade dos comunistas foi o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre o Movimento Associativo que juntou, no passado Domingo, na Voz do Operário, mais de centena e meia de activista deste movimento e dirigentes do PCP.

O movimento que é «expressão e exercício de liberdade e exemplo de vida democrática», como salienta o documento-base, sofreu de múltiplas formas as consequências dos governos de direita e nada beneficiou ainda com a governação do PS, enfrentando hoje sérios problemas que foram equacionados no Encontro em termos de dificuldades e de soluções.

Luís Sá referindo-se à posição do PCP, salientou: «um projecto político democrático alternativo - como é o projecto do PCP - não pode deixar de ter como uma das suas componentes a confiança das massas populares e em consequência o apoio ao movimento associativo popular».

Prosseguindo uma atenta análise dos problemas nacionais nas suas diversas componentes, o PCP realiza entre outras iniciativas, nos próximos dias 1 e 2 de Junho, um Encontro Nacional sobre os problemas dos intelectuais, a 16 de Junho, um Seminário Nacional sobre o Turismo, a 22 de Junho, um Encontro Nacional sobre Segurança Social.

Esta intensa actividade desenvolvida em torno do aprofundamento de grandes questões sectoriais e da definição das respectivas políticas, desenvolve-se a par do trabalho regular das organizações e do início dos debates preparatórios do XV Congresso e constitui um grande esforço dos comunistas no encontrar de respostas para os problemas do país.

Ao mesmo tempo, a Comissão Política trouxe a público, em Conferência de imprensa conduzida por António

Lopes, na passada terça-feira, as suas posições em relação ao processo de revisão da Constituição e ao debate sobre a regionalização, aos golpes do PS no processo legislativo sobre a flexibilidade e a polivalência, à política do Governo para a Segurança Social e à consignação, por decisão governamental, de todas as receitas do totobola aos clubes desportivos.

A Comissão Política conferiu um especial realce à declaração de Marcelo Rebelo de Sousa anunciando desde já o compromisso de viabilizar o Orçamento para 1997, designando-a, de forma contundente, como «um relevante e oportuno elemento de clarificação política».

Com efeito, a alegação usada pelo líder do PSD de que assumia este compromisso para evitar que o PS abra uma crise que conduza a eleições legislativas antecipadas, assim como quem obriga o PS a governar, não consegue disfarçar a absoluta convergência dos dois partidos em todas as questões essenciais da política socioeconómica e comunitária e o carácter verdadeiramente secundário das matérias em disputa nas brigas entre eles.

A declaração de Marcelo tinha sido antecedida de elogios da parte do grupo parlamentar do PSD à política comunitária defendida pelo Ministro da Finanças na Assembleia da República, acompanhados da proposta de «um pacto de regime» para a elaboração e aprovação do Orçamento de Estado para 1997.

A questão não é então a das «eleições antecipadas», mas a da melhor forma de viabilizar a mesma política que é actualmente defendida pelos dois partidos.

E é claro que esta convergência não fica mal ao PSD, que assim concorda com a política «que ele próprio realizou no Governo nos últimos 10 anos», como justamente anotou a Comissão Política do PCP. Fica é mal ao PS e ao seu Secretário-Geral, que antes, na oposição, apelidava esta política de neoliberal e agora que está à frente do Governo que a continua, nos traços essenciais, quer convencer que se trata da política do «rigor com consciência social», sem nada ter a ver com o neoliberalismo.

Entretanto, como se viu na recente Convenção do PS, Guterres começa a ter dificuldade em fazer passar esta mensagem mesmo nas suas hostes. Ora se assim é nas suas próprias hostes...

É necessário e é possível alargar a frente de combate à flexibilidade e à polivalência, pela verdadeira semana das 40 horas, contra os novos atentados aos direitos dos trabalhadores previstos na chamada «concertação estratégica», contra as soluções mistas para a segurança social e novas reduções do papel do Estado na saúde e no ensino, contra o escandaloso programa de privatizações.

O 8º Congresso da CGTP que se inicia amanhã, com o lema «trabalho com direitos para todos», tem uma palavra fundamental a dizer sobre todas estas matérias e os processos de luta que em torno delas se desenvolvem. Ele concita por isso o interesse empenhado de todo o mundo do trabalho e da opinião progressista do nosso país.

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
75-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», Av. Almirante Reis, 90, 75-A,
- 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 75-A, 1100 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 75-A, 1100 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/83

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU - 50 números: 26 650\$00	

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Frustração e esperança

Lembram-se como, não há muitos meses, eram recebidas na generalidade das hostes do PS as críticas dos comunistas ao Governo de António Guterres, por prosseguir em aspectos essenciais a política do PSD?

As críticas dos comunistas eram apelidadas de radicais e de estarem a empurrar o Governo do PS para a direita.

Entretanto, o Governo foi consumando as orientações que os comunistas já então combatiam.

Agora, é na própria Convenção do PS, como aconteceu no sábado passado, que se erguem vozes para afirmar que «há alternância mas que não há alternativa» e que «é preciso lutar contra o neoliberalismo».

A Convenção do PS pensada para dar um novo fôlego ao Governo acabou por traduzir uma grande frustração das bases do partido, segundo o parecer praticamente unânime dos observadores.

Muitos dos delegados que intervieram exprimiram queixas, discordâncias, críticas, mostraram-se abertamente descontentes.

O mais impressionante terá sido, no entanto, o próprio comportamento da sala que deixou transparecer através dos aplausos que

prodigalizou ou que recusou que esperava muito mais e diferente do seu governo e do seu partido.

Esta atitude de grande parte dos delegados ajuda a perceber por que foi que os órgãos dirigentes da Convenção aceitaram tão facilmente que os documentos fundamentais que deviam ser aprovados baixassem à comissão nacional sem votação.

O mais significativo de tudo isto é que o sentimento que assim se exprimiu na Convenção não pode deixar de reflectir um estado de espírito muito geral no partido do governo.

O próprio discurso de encerramento de António Guterres foi contaminado pela decepção reinante na sala do Coliseu de Lisboa. Pensado como uma grande peça mediática e por isso reservado para a hora dos telejornais acabou por se tornar numa laboriosa justificação na defensiva.

Admitimos que a autocritica do secretário-geral tenha dado alguma satisfação às bases, quando reconheceu explicitamente que «o PS tem estado um bocado adormecido», «a culpa é minha», ou quando reconheceu implicitamente a falta de democraticida-

de do processo de eleição da direcção e da preparação da Convenção e concedeu «vamos voltar aos congressos».

Duvidamos, contudo, que tenha dado alguma tranquilidade aos recalitrantes a insistência na ideia de que «Portugal tem que estar no núcleo inicial da moeda única» e o combate ao «estatismo» e o mero «papel regulador» que preconizou para o Estado do chamado socialismo democrático.

O que mais explicitamente esteve em causa na Convenção foram os novos propósitos privatizadores do Governo nas áreas da segurança social, da saúde e do ensino.

Era difícil encontrar um testemunho tão esclarecedor e insuspeito de como foi defraudada, pela governação do PS, a vontade de mudança que os portugueses exprimiram nas eleições de 1 de Outubro, do ano passado.

Esta constatação não pode deixar de trazer novos adeptos à ideia da oposição de esquerda em que o PCP se assumiu desde o debate do programa do Governo. É nela que reside a esperança.

■ Carlos Brito

1933 revisitado

Como resultado de concepções e critérios superficiais de abordagem da vida política que deliberadamente se conjugam para afastar os cidadãos de certas reflexões de fundo, há coisas que nunca ganham o estatuto de «facto político» e ficam sempre na penumbra da actualidade, embora sejam de facto bem mais reveladoras e importantes do que a torrente de «pequenas frases» e grandes encenações com que somos bombardeados todos os dias.

É tipicamente o caso da proposta do PSD (constante do seu projecto de revisão constitucional) de que «o decreto da Assembleia da República» sobre a regionalização «é submetido a referendo nacional e só será promulgado se for votado favoravelmente por mais de metade dos eleitores recenseados».

Não há volta a dar-lhe. O que os responsáveis do PSD escreveram e propuseram, e como se calculará a elaboração de um projecto de revisão constitucional não é propriamente coisa que se faça no café e sem medir cada palavra ou formulação, foi que o referendo nacional, para produzir efeitos favoráveis à regionalização, precisaria não, como seria normal, de um «sim» da maioria dos votantes mas de um «sim» da maioria dos eleitores inscritos.

Evitando o excesso de dizer que quem sai aos seus não degenera, é caso para dizer que o PSD copia assim o essencial do célebre método do plebiscito sobre a Constituição fascista de 1933 em que as abstenções foram contadas como votos a favor. Com a pequena diferença de que, agora, tratando-se de barrar o caminho à regionalização, as abstenções na prática seriam contadas como votos contra.

A barbaridade antidemocrática proposta pelo PSD é fácil de evidenciar no concreto. Como os eleitores inscritos são oficialmente 8,9

milhões, a proposta do PSD significaria que o referendo só daria andamento à regionalização se nele perto de 4,5 milhões de eleitores respondessem «sim». Ora, isso significaria que se, no referendo, a abstenção rondasse o valor das últimas legislativas (34%), o «sim» até poderia obter 75% dos votos contra 25% do «não» e ainda assim não seria para valer, porque os 75% representariam cerca de 4,4 milhões, portanto número abaixo da absurda fasquia exigida pelo PSD.

Tudo indica que esta proposta do PSD não tem hipóteses de fazer vencimento na revisão constitucional, embora seja de anotar que, na espiral de sucessivas cedências, o PS, como condicionante da validade dos resultados do referendo, logo tenha vindo propor a exigência de participação no referendo de metade dos eleitores inscritos, o que nunca foi exigido para qualquer eleição nacional e, com uma abstenção do género da que se verificou nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, conduziria também à inviabilização da regionalização.

A proposta do PSD fala como um livro aberto sobre uma mentalidade mas ilustra sobretudo que toda a sua condução neste processo visa bloquear a regionalização.

Só faltando saber se, com pretextos, desculpas ou incidentes para todos os gostos, aí por volta de Janeiro ou Fevereiro de 1997 não se tornará então claro que o PSD, o PP e o PS afinal ou nunca quiseram ou já não querem nenhum referendo nem nenhuma regionalização.

■ Vítor Dias

Onde tudo começa

Serenas e tranquilizantes foram as reacções de quem de direito ao crime de Sacavém quer as chefias da GNR, quer o Ministro Alberto Costa, quer outros ministros os seus derivados, quer o Primeiro-Ministro Guterres, desdobraram-se em pungentes exhibições de pesar e de apelo à confiança e à fé na corporação em causa.

O crime começou por ser, numa primeira versão, um tradicional «acidente com arma de fogo», um banal «disparo accidental». O representante das forças da ordem apenas encostara a arma (que julgava vazia) à cabeça do detido para o intimidar, para obter a confissão. Infelizmente a arma estava carregada, «disparou-se» e o detido foi assassinado. Depois foi a histeria que culminou na selvageria de que tivemos posterior conhecimento.

O ministro Alberto Costa, que na altura participava num deba-

te sobre «os parâmetros jurídicos no uso da força», mal foi informado da ocorrência abandonou o debate e, como habitualmente, não disse nem fez fosse o que fosse digno de referência. Mas estava profundamente chocado. O Primeiro-Ministro, cada vez mais didáctico e no seu discurso cada vez mais redondo, ensinou que era necessário saber distinguir entre aquilo que é «um mau exemplo, um facto absolutamente inaceitável, totalmente condenável» e aquilo que é «uma corporação que tem prestado relevantes serviços», etc., etc., etc. E todos sublinharam que não era justo tomar-se a nuvem por Juno, confundir a excepção com a regra. O ministro Jorge Coelho, instado a pronunciar-se sobre o crime, e depois, de vibrantemente confessar que «sentia vergonha (...) por pertencer a um sistema que tem situações daquelas no seu seio»; depois de classificar o acto de «inqualificável e repu-

gnante»; depois de manifestar os mais veementes e enérgicos protestos — acabou por nos alertar para a necessidade de «não confundir a árvore com a floresta».

O facto de cada cidadão ficar a saber, através de vozes tão autorizadas, que não há nuvem mas há Juno, que não há árvore mas há floresta, que não há excepção mas há regra — ou seja, que está livre de lhe vir a acontecer o que aconteceu no posto da GNR de Sacavém — seria coisa altamente reconfortante e tranquilizadora... se cada cidadão acreditasse nas referidas autorizadas vozes. O que não acontece. Estou em crer, mesmo, que a maioria dos portugueses não só está convencida que há mais «árvores» e mais «excepções» do que nos querem fazer crer essas vozes, como há-de ficar surpreendida face ao profundo desconhecimento evidenciado pelo Primeiro-Ministro.

E já que estamos em era de desafios, aqui lanço um: experimente o Primeiro-Ministro fazer um apelo público para que todos os cidadãos que foram desumanamente tratados em esquadras da PSP ou postos da GNR se lhe dirijam expondo os seus casos; garanta a esses cidadãos que não sofrerão quaisquer represálias por isso... e verá que há muito mais «árvores» e muito mais «excepções» do que ele diz pensar que há.

Mas a questão fundamental, aquela que está na origem de tudo isto e para a qual ninguém, até agora, chamou a atenção é, a meu ver, a seguinte: há muita coisa podre num Estado de direito onde é possível, frequente, natural e banal um agente de autoridade encostar a arma (carregada) à cabeça de um detido e dizer-lhe: «ou confessa ou morres». De facto é aqui que tudo começa.

■ José Casanova

RÚSSIA

Vigilância mundial

Dentro de duas semanas realizar-se-á (espera-se) a primeira volta das eleições presidenciais na Rússia. Não será exagero dizer que, em todo o mundo, centenas de milhões de pessoas aguardam com ansiedade os seus resultados. Por motivos e com esperanças diversas. Mas com a mesma consciência de que o que se passar no próximo dia 16 de Junho (e a seguir) na Rússia pesará decerto no curso dos acontecimentos futuros, não apenas na Federação Russa, mas na arena internacional.

A partida, Ieltsine terá os seus dias contados. Os enormes sofrimentos a que a maioria do povo russo tem sido submetido sob a sua égide asseguram-lhe uma condenação sem apelo. Mas Ieltsine não é apenas Ieltsine. Tem à sua volta e atrás de si, dentro e fora da Rússia, poderosos cúmplices e patrões, dispendo de imensos recursos e que não olham a meios.

Internamente, é toda a constelação de clãs mafiosos que gravita à sua volta e que vêm saqueando as colossais riquezas acumuladas pelo trabalho de gerações sucessivas de soviéticos. É todo um aparelho estatal implantado a partir do topo para servir essa camarilha. É uma poderosa guarda pretoriana sediada no Kremlin e inúmeros bandos de gorilas armados às ordens dos vários clãs e tubarões. São os *media*, em especial todas as televisões estatais e privadas, sob o seu controlo total, a massacrar de manhã à noite diariamente as consciências. São as espantosas medidas demagógicas a sucederem-se em catadupa. É Ieltsine, o sinistro general Korjakov, tubarões da banca, a agitarem o espectro da guerra civil. É a compra pura e simples de políticos ditos «democráticos» pelo prato de lentilhas de pastas e postas imediatas ou futuras. É o aparelho eleitoral central, decisivo no apuramento final, completamente apossado sem controlo pelos homens de Ieltsine. Etc., etc.

Externamente, poucas vezes se terá visto uma ingenuidade tão despudorada. Clinton, Kohl, Juppé e outros mais acorrem a Moscovo para publicamente «votarem» por Ieltsin. O G7 também, e os colegas presidentes dos Estados da fantasmagórica CEI. O FMI oferece 10 mil milhões de dólares, grossa fatia dos quais para usar já, enquanto é tempo. Os banqueiros do Clube de Paris, como prenda pré-eleitoral, reescalonom uma dívida de 40 mil milhões de dólares. Kohl dá-lhe um crédito de 4 biliões de marcos, 3/4 dos quais para utilização imediata sem quaisquer condições. Também Juppé lhe dá a sua «contribuição eleitoral» de 2 biliões de francos. Fora o que se não vê, como a equipa americana de *marketing* eleitoral que dirige a campanha ieltsiana e todos os outros inúmeros agentes estrangeiros que nos bastidores puxam os seus cordelinhos. Etc., etc.

Mas todo este imenso poder revela bem, no seu frenesi, a consciência dos seus «pés de barro». Uma série de sondagens recentes são fabricadas para insuflar crédito a Ieltsine. Mas a sondagem realizada já este mês pelo Instituto de Sociologia do Parlamentarismo, independente e o único que acertou nas duas últimas eleições parlamentares, confirma, através de 6000 entrevistas directas em 62 regiões, que Ziuganov vai bem à frente: obterá 43 a 45% dos votos, enquanto Ieltsine não ultrapassaria os 25%. Apoiado por um «bloco popular e patriótico» que agrupa já mais de 200 organizações políticas, movimentos, associações nacionais e regionais, poderosos sindicatos de ramo, uniões culturais, de veteranos, de jovens — Guenadi Ziuganov, presidente do PCFR, continua a ser o candidato mais credível. Arredados praticamente das televisões, os comunistas russos e seus aliados têm desenvolvido uma intentíssima campanha no terreno, junto das populações. Numa situação bem complexa e grávida de perigos, atentos a todas as eventualidades, estão confiantes de que o seu candidato passará à frente na 1ª volta das eleições.

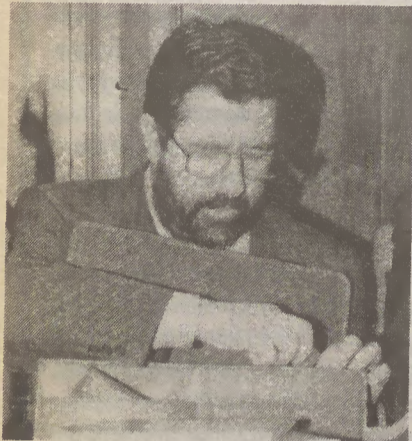
Nova e não menos complexa tarefa se iniciará a 16 de Junho: a de impor a realização da 2ª volta e ganhá-la de novo. E impedir que a vontade de mudança do povo russo possa ser defraudada, seja por quem for e de qualquer modo que seja. Para o que contribuirá também a vigilância atenta e activa da opinião pública democrática mundial.

■ Carlos Aboim Inglez

Estudantes de Lisboa de novo em polvorosa

Oito associações de estudantes acusam o Ministro da Educação de não estar a dialogar e de as «querer afastar das negociações que actualmente decorrem». Em causa está a proposta de lei-quadro para o financiamento do ensino superior, onde os estudantes divergem das soluções preconizadas pelo ministro, nomeadamente a questão da propina que o projecto governamental pretenderá reintroduzir, substituindo «habilmente» «o sistema de isenções por um sistema de empréstimos», esquema que irá também diluir a acção

social escolar. Marçalo Grilo terá afirmado que só discute assuntos de política educativa «com federações de associações». Perante isto, as associações de Lisboa afirmam que se confirma que «o tão propagandeado diálogo não passa de monólogo». Entretanto o Ministério estipulou três níveis de diálogo: com federações para as políticas educativas; com as associações para as questões de cada universidade ou instituto politécnico e ainda com cada associação, nos assuntos das escolas, caso a caso.



Totobola para os clubes

O governo de António Guterres assinou um «Convénio com vista ao saneamento económico-financeiro do futebol e, particularmente, do futebol profissional», acordo com a Liga dos Clubes e a Federação Portuguesa de Futebol que, entre outras coisas, vai dar aos clubes a totalidade das receitas do totobola (já recebiam 50%), com metade dessas verbas a irem para o Estado até estarem liquidados os cerca de 15 milhões de contos que os clubes devem ao fisco e à Segurança Social. Estes 50% de lucros do totobola iam até aqui para a Santa Casa da Misericórdia e mais cinco instituições de solidariedade social. O Governo garante que essas entidades continuarão a receber as verbas, embora não explique como, mas a alternativa é óbvia: sairão dos cofres do Estado. Entretanto o ministro-adjunto Jorge Coelho recusa a «ideia» de que se esteja a conceder um perdão fiscal aos clubes de futebol através deste «convénio», mas o major Valentim Loureiro - presidente do Boavista que participou, efusivo de alegria como os outros dirigentes dos principais clubes presentes, na assinatura do «convénio» - não hesitou em contrariar o ministro, afirmando ao «Público» que se encontrou a solução para um problema fiscal, embora feita «de uma forma relativamente encaipotada». «Não podemos dizer o contrário - disse ele - porque também não podemos ser parvos a esse ponto.» E acrescentou: «Esta solução foi defendida por mim dentro do meu partido (o PSD) e não fui ouvido. Se tivesse sido ouvido, se calhar, o PSD teria tido uma melhor expressão nas últimas eleições.»

O vídeo que ninguém viu

Segundo o «Público», a última direcção da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) teve há cerca de um ano a oportunidade de montar, grátis, um sistema de controlo vídeo no Estádio Nacio-

nal, mas não o fez porque nem se dignou responder à oferta feita por uma empresa lisboeta, então a lançar-se neste ramo de actividade e que, entretanto, instalou estes sistemas nos estádios

da Luz e de Alvalade, devendo vender sistemas idênticos já para a próxima época ao FC do Porto e ao Vitória de Guimarães. «Não precisavam pagar nada, pois encarávamos a despesa como

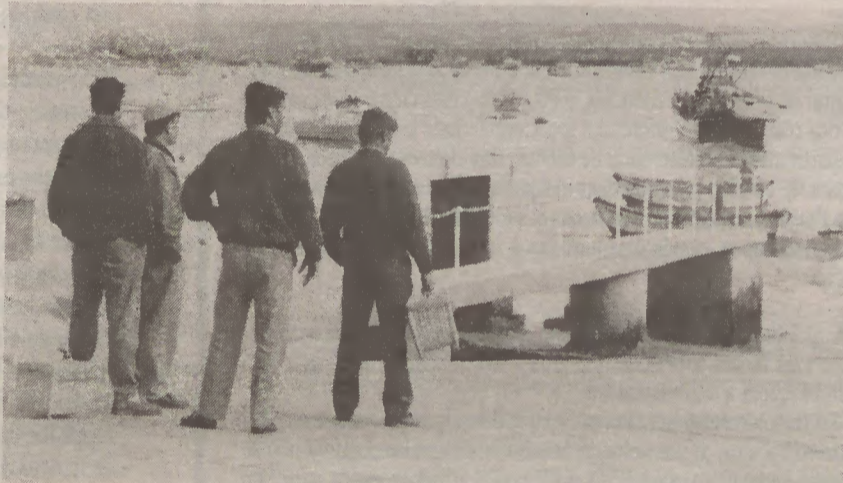
uma forma de promover a firma», disse ao «Público» um responsável da empresa. Contactada a PSP, os seus responsáveis afirmaram não ter dúvidas de que, caso as câmaras estivessem monta-

das no Jamor, já se saberia quem foi o autor do homicídio ocorrido na última final da taça. Na notícia não constava qualquer posição da direcção da FPF nela posta em causa.

Competitividade nacional desce quatro lugares

Segundo as conclusões do relatório de 1995 do Instituto para o Desenvolvimento da Gestão (MID), com sede na Suíça, a economia portuguesa perdeu quatro lugares, no espaço de um ano, no ranking da

competitividade internacional: enquanto até ao ano passado Portugal se encontrava no 32º lugar, agora situa-se em 36º, num total de 46 países analisados. Esta «bolsa de valores» capitalista é organizada por

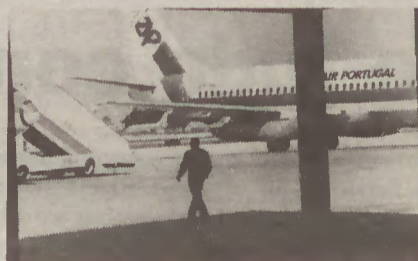


um conjunto de empresários que imperam na economia mundial e, apesar da sua subjectividade, obedece a mais de 200 parâmetros de liberalismo «puro e duro» onde a «competitividade» se preocupa essencialmente com o lucro, continuando a ser liderada pelos EUA.

Dinheiro «voa» na TAP num negócio de ex-administrador

Segundo apurou A Capital, Santos Martins, o anterior presidente da TAP e amigo pessoal de Cavaco Silva, «fez perder mais de 300 mil contos à transportadora aérea portuguesa quando entregou a um amigo toda a mediação da carteira de seguros daquela companhia». Esta decisão ignorou o conselho de administração, com a agravante de ter mantido em funcionamento, mas sem tarefas, o departamento que tratava destes assuntos. Tudo começou num jogo de golfe três dias antes do Natal de 1993, onde o então presidente da TAP, Santos Martins, combinou com Vasco Ventura, mediador de

seguros, a entrega da mediação de todos os seguros da transportadora, numa decisão pessoal e ignorando a necessária aprovação formal da administração da empresa. O «negócio» valeu ao mediador, em comissões, qualquer coisa como 300 mil contos. Estes e outros pormenores constam de um inquérito interno mandado instaurar pelo actual presidente da TAP, Ferreira de Lima, tendo o documento já seguido para a Procuradoria-Geral da República, onde vai ser aberto o respectivo processo de investigação criminal.



Lutar contra as fraudes nas eleições na Rússia

Dirigentes do Partido Comunista Russo anunciam que cerca de 200 mil simpatizantes vão fiscalizar as eleições presidenciais de 16 de Junho próximo com o objectivo de impedir fraudes no escrutínio, embora duvidem que, apesar deste esforço, os resultados eleitorais sejam honestos. «Receio bem que não se realizem eleições honestas e livres, eleições democráticas do tipo de que se tem falado tanto», afirmou o deputado comunista Viktor Ilyukhin, presidente do comité de

segurança do parlamento. Há semanas que os comunistas vêm denunciando o risco de as eleições serem viciadas a favor do presidente Bóris Ieltsin. Na semana passada, a Duma (câmara baixa do parlamento) não conseguiu aprovar uma lei destinada a combater a fraude eleitoral. A ter sido aprovada, a lei permitiria instalar, em assembleias de voto designadas ao acaso, um sistema de contagens paralelas cujo objectivo seria detectar fraudes na votação.

FRASES

«(...) quando determinadas programações televisivas dão prioridade à exibição prolíxa de simulacros melodramáticos, tipo «reality show», mais necessário se torna confrontar o público com produtos ficcionais, concitadores de emoções, mas antibanalizadores de sentimentos.»

(do manifesto «Um Relatório Português Original», entregue por um grupo de realizadores e autores dramáticos à Direcção de Programas da RTP - «Público», 28.05.96)

«Algumas esquadras da PSP e da GNR tornaram-se locais perigosos para os cidadãos.»

(João Amaral - «Jornal de Notícias», 27.05.96)

«O uso da força não é nem poderá ser nunca um direito do polícia.»

(Rodrigues Maximiano - «O Diabo», 28.05.96)

«Quero dizer-vos de olhos nos olhos que, em matéria de fidelidade à nossa identidade, estou aqui de consciência tranquila convosco.»

(António Guterres, secretário-geral, na convenção do PS, citado em «Público», 26.05.96)

«É difícil discutir um documento que só hoje nos chega à mão! Algo está a funcionar mal no nosso partido e isto é a maior prova de que a fórmula de convenção está esgotada. Quem nos apresenta um texto desta natureza revela uma ignorância do que é a pós-modernidade.»

(António Reis, idem)

«Este é um documento que consagra uma espécie de neoliberalismo de fachada socialista.»

(Manuel Alegre, idem)

«Digamos que apanhei algum embate inicial, mas, depois da clarificação que houve e de um diálogo muito interessante com o PS, constatado que não tenho tido mais qualquer tipo de pressão.»

(Maria João Rodrigues, Ministra do Trabalho - «O Independente», 24.05.96)

«É um estranho conceito de diálogo e concertação o do primeiro-ministro, que disse, muito à vontade: se não houver acordo não há drama nenhum, faço uma lei. E fez uma lei, encomendada pela CIP. Um diálogo, só com conteúdo para uma das partes, não é concertação nem negociação.»

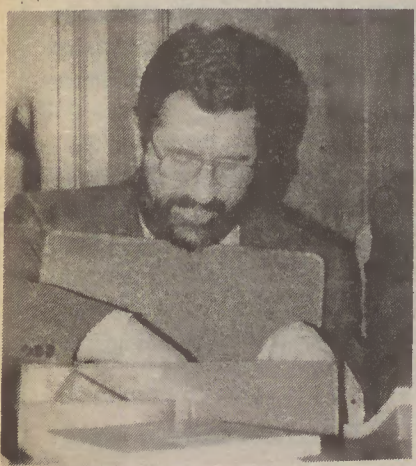
(Américo Nunes, CGTP - «Semanário», 25.05.96)

«Não me admiraria nada que, daqui para o futuro, a passagem de mancebos pelas claques dos clubes passasse a substituir o serviço militar obrigatório em Portugal.»

(Alfredo Barroso - «Expresso», 25.05.96)

«A criação de regiões administrativas é apenas isto: eleger democraticamente um poder que já existe mas não tem legitimidade.»

(Luís Sá, citado em «Público», 24.05.96)





Congresso do PCP/Madeira com a presença de Carvalhas Avançar para uma alternativa

Depois de uma visita de quatro dias à região Autónoma dos Açores, o secretário-geral do PCP participou no Congresso do PCP/Madeira realizado no passado domingo, na cidade do Funchal. A reunião magna dos comunistas madeirenses decorreu sob o signo da preparação das próximas eleições legislativas regionais, marcadas para Outubro próximo, traçando como objectivo o aumento do número de deputados da CDU, de modo a permitir a constituição de um grupo parlamentar.

A «velha» autonomia instaurada pelo PSD está esgotada, concluiu o Congresso chamando a atenção para o «total fracasso da política económica, que levou à destruição do sector produtivo».

Outros sinais são o «crescente desinteresse que os apelos e slogans (...) do presidente do PSD regional e seus fiéis seguidores encontram junto da população, bem como a diminuição do apoio popular, «claramente demonstrada pelos resultados das últimas eleições para a Assembleia da República, em que para além da elevadíssima abstenção, se verificou a perda da maioria absoluta do PSD e a sua clara derrota no círculo do Funchal».

Segundo a análise dos comunistas, «este já velho modelo de autonomia esgotou-se também face ao astronómico endividamento da Região, que impossibilita qualquer atitude própria face

ao Governo da República, de tal forma que ao Governo Regional apenas resta bajular quem governa independentemente do partido que esteja no poder».

O carácter autoritário do Governo Regional, impedindo a descentralização de poderes e desincentivando a participação dos cidadãos na vida democrática, é outro aspecto negativo a que se juntam episódios de «clientelismo, ilegalidades e arbitrariedades a favor de um pequeno grupo de privilegiados».

O Congresso endereçou várias críticas às restantes forças partidárias, designadamente ao PS, cujo «quase casamento» entre o Governo Regional do PSD e o Governo da República do PS «diminuiu ainda mais a margem de credibilidade e oposição que o PS regional poderia desenvolver». O PP «registra uma acentuada perda de dina-

o mesmo aos olhos da opinião pública», enquanto que a UDP é caracterizada nos últimos anos pela «ambiguidade e indefinição a

nível ideológico e político, como ainda bem recentemente se viu relativamente ao chamado pacto autonómico do PS/M».

Uma nova autonomia

A resolução aprovada indica que o PCP luta «por uma nova autonomia que garanta a participação activa dos trabalhadores e de outros sectores sociais na solução dos problemas da Região e que assegure os direitos, liberdades e garantias constitucionais dos madeirenses».

O conceito de «autonomia nova» visa dar à Assembleia regional a «dignidade de órgão supremo autonómico, fiscalizando a acção Governo e propondo iniciativas legislativas para a solução dos numerosos problemas regionais».

Opondo este entendimento à «Assembleia Legislativa Velha, que pouco mais tem sido do que uma caixa de ressonância do Governo PSD e do grande capital», o Congresso pugnou pelo «reforço da colaboração democrática entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais, pondo fim à constante conflitualidade das relações entre a Região Autónoma e o Estado, que muito tem contribuído para o descrédito da Madeira e para o agravamento da situação económica e social do arquipélago».

Neste sentido, os comunistas dão prevalência ao «investimento produtivo, que desenvolva uma política coerente em matéria da agricultura, das pescas, das actividades tradicionais e ainda do turismo, apoiado e interligado com as actividades produtivas, garantindo o pleno e eficaz aproveitamento dos fundos estruturais da UE e das capacidades da Madeira e Porto Santo, numa política de efectivo desenvolvimento regional».

Reforçar o PCP

Para este novo quadro, o Congresso sublinhou que «é impres-

cindível o reforço da Organização regional do PCP», o seu crescimento e desenvolvimento de forma a poder «corresponder aos múltiplos apelos que vão surgindo no que diz respeito aos problemas dos trabalhadores e das populações e incentivando as suas reivindicações e lutas».

O Congresso assinalou «um significativo aumento da influência e prestígio da CDU» assim como «um crescimento da organização» do PCP, registado nos últimos anos.

Tal é patente na recuperação, em 1992, no quadro da CDU, do deputado à Assembleia Regional, perdido em 1988. Como se afirma na resolução, «apesar das posições do PCP não serem directamente representadas e defendidas na ALR, é incontestável que tem sido altamente positivo o papel do deputado independente, Padre Mário Tavares».

Além disso, o alargamento verificado nos últimos anos do âmbito da CDU faz com que hoje exceda «claramente a área ideológica dos comunistas, congregando vários sectores de opinião interessados em lutar, no terreno, pela defesa dos interesses e direitos dos secto-

res e camadas sociais mais desfavorecidas da sociedade madeirense».

No balanço da organização do Partido foi destacada a criação do cargo de coordenador regional, que «constituiu um importante factor de unidade e coesão» e funcionou como «um importante ponto de referência para todos os militantes».

Por outro lado, o coordenador regional «melhorou substancialmente a imagem do Partido perante a opinião pública e permitiu uma maior e correcta presença junto da comunicação social e uma maior integração do nosso partido na comunidade madeirense», salienta a resolução aprovada.

O documento constata, por outro lado, várias deficiências na anterior direcção regional, considerando que aquele órgão «não esteve à altura do trabalho que foi desenvolvido pelo Partido». Como causas, o Congresso apontou «o excessivo número dos seus membros e o carácter vago das suas atribuições [que] originaram uma significativa instabilidade no seu funcionamento, uma reduzida actividade e um papel apagado na vida da nossa Organização».

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

Um novo exercício do poder autonómico

(...)De facto é tempo de se pôr termo a um exercício do poder autonómico assente no «quero, posso e mando», no autoritarismo, na prepotência.

É tempo de se pôr termo a um exercício do poder «autonómico» que endividou astronomicamente a região, que centrou a economia apenas no turismo atirando para a crise a agricultura com os graves problemas da banana e da vinha; levando com a sua política à liquidação da pesca artesanal; e as crescentes dificuldades dos bordados e vimes e do comércio tradicional.

É tempo de se pôr termo a um exercício do poder autonómico que degradou a democracia política, económica, social e que governamentalizou as instituições, nomeada-

mente a Assembleia Regional onde, como foi afirmado, os seus deputados são vistos como aqueles que passam uma boa vida no parlamento, com muitas luzes, muitos discursos e sobretudo muitos



passeios e onde o deputado da CDU, Padre Tavares, constituiu uma pedrada no charco, com o seu trabalho junto do povo e dos trabalhadores, repudiando o Estado espectáculo e o trabalho de costas para as populações e para as camadas mais desfavorecidas.

A região Autónoma da Madeira não é só «o folheto turístico» com o seu clima ameno, belíssimas paisagens, a profusão das flores e a afabilidade do seu povo.

A região Autónoma da Madeira é também a das bolsas de pobreza, de cidadãos ainda a viverem em tugúrios, a do desemprego de longa duração, a da falta de perspectivas para a juventude e da habitação para os jovens casais, a da dependência, a das chagas do trabalho infantil, da toxicodependência e da crescente criminalidade.

Isto também faz parte, infelizmente, da Madeira.

Daí a importância e a necessidade de uma nova política e a importância do reforço da CDU para que esta nova política se concretize.

De uma política que promova um desenvolvimento harmonioso com dimensão social e ambiental.

De uma política que combata os flagelos sociais.

Mas para isso é necessário reforçar a CDU.

O reforço da CDU na Madeira será o reforço da voz dos trabalhadores, o reforço da voz e das aspirações dos agricultores, dos

Congresso do PCP/Madeira

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

pescadores, dos comerciantes, das bordadeiras e dos trabalhadores do vime, da agricultura e dos homens da cultura.

O reforço da CDU será o reforço da voz que com mais firmeza se opõe às injustiças e prepotências, da voz que não tem receio de enfrentar a política autoritária do Presidente do Governo Regional. (...)

Mas a nossa intervenção na região não é independente do quadro político nacional.

Na verdade, este Congresso decorre também num novo quadro político. Temos um governo PS, mas nas questões essenciais e fundamentais o PS prossegue, no essencial, a política do PSD.

Por isso não é de estranhar o namoro e a lua de mel entre ministros e secretários de Estado do Governo da República e da Região Autónoma.

Por isso não é de estranhar que ainda esta semana a imprensa tenha noticiado que a Ministra do Emprego/rosa, tenha ficado encantada com o trabalho laranja e que Alberto João Jardim tenha afirmado que o Eng. Guterres e Cavaco Silva são muito semelhantes!

Por isso também não é de estranhar que o Ministro da Administração Interna queira mandar às «malvas» o direito à indignação e que queira reprimir os cortes de estrada e que aqui na Madeira face aos acontecimentos do Lugar do Baixo, o Presidente do Governo regional tenha afirmado sobranceiramente que a PSP tinha instruções suas para autorizar a força, como se a voz de comando viesse da «Quinta vigia», como se fosse através do pau e da repressão que se resolvessem os problemas! (...)

Precisamos de outra política

Do que Portugal precisa não é da liquidação do aparelho produtivo e da entrega das escolhas e opções aos ditames dos burocratas de Bruxelas e de Estrasburgo. Do que Portugal precisa é de uma política de aproveitamento dos nossos recursos, de defesa da produção nacional, de uma política de desenvolvimento.

Do que Portugal precisa não é da liquidação de direitos e a redução dos salários dos trabalhadores e dos rendimentos das popula-

ções, mas sim do aumento do nível e qualidade de vida das populações e do aumento do poder de compra. O alargamento do mercado interno é necessário para dinamizar toda a economia.

Do que Portugal precisa não é da política-espectáculo, das telenovelas da regionalização para esconder os verdadeiros problemas, mas sim do seu debate, da procura de soluções e da sua superação.

Do que Portugal precisa não é da ofensiva contra a Segurança Social e a promoção do negociadismo na saúde, no ensino e nos serviços públicos, mas sim de melhores reformas e pensões, de melhor e mais ampla segurança social, de mais e melhores serviços públicos.

Do que Portugal precisa não é que a um clientelismo se siga outro, que aos que estiveram sentados à mesa do Orçamento, se

sigam outros novamente sentados, que aos antigos «boys» se sigam outros «boys» à procura dos «tachos», enquanto milhares de famílias continuam com dificuldades acrescidas e se acentuam as desigualdades.

Do que Portugal precisa não é de «diálogo» isto é, conversa e mais conversa, de palavras e mais palavras, enquanto prossegue a política de concentração de riqueza, a política dos privilégios ao grande capital financeiro, a política de submissão a Maastricht e à moeda única, mas sim de uma política de melhor e mais justa distribuição do Rendimento Nacional, de uma política de afirmação da nossa cultura e de defesa da soberania e da independência nacionais. (...)

Congresso elege novos órgãos

O 4º Congresso do PCP Madeira elegeu uma nova direcção regional que é agora composta por 14 membros

contra os 21 que integravam a anterior direcção.

Este novo órgão tem agora novas funções de direcção

executiva, e irá eleger entre os seus membros um secretário para o acompanhamento do trabalho diário, bem

como o Coordenador do PCP/Madeira.

Outra novidade é a criação do Conselho Regional do PCP/Madeira, constituído por 35 membros, dos quais 18 foram eleitos pelo Congresso, 14 pertencem à Direcção Regional e três por indicação da JCP. Este novo órgão, que reúne três vezes por ano, irá contribuir para a definição das orientações específicas do PCP/Madeira e da aplicação das orientações gerais do Partido e dará pareceres sobre a proposta para coordenador do PCP/Madeira, bem como sobre os critérios gerais sobre a política de alianças.



Carvalhas nos Açores

CDU pode crescer

A visita de trabalho que o camarada Carlos Carvalhas realizou entre 21 e 25 do corrente mês à Região Autónoma dos Açores constituiu um momento muito positivo e importante da actividade do PCP nos últimos tempos.

Foi com esta ideia que José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, abriu a conferência de imprensa, promovida no passado sábado em Ponta Delgada, para divulgar o balanço da iniciativa.

Como referiu, o programa cumprido foi muito intenso e variado e visou possibilitar uma aproximação a muitos problemas e permitir um contacto muito directo com os cidadãos e as realidades

A visita incluiu as ilhas Terceira, Faial, Pico e S. Miguel e em todas o secretário-geral do PCP participou em sessões públicas integradas nas iniciativas da CDU//Açores «Em Diálogo com os Açorianos».

Em Angra, realizou-se, no dia 21, um jantar-debate sob o tema «Desenvolvimento e relações de trabalho», que juntou várias dezenas de participantes. Na Horta, dia 22, teve lugar um colóquio dedicado ao tema «A problemática do desenvolvimento regional» que, apesar da copiosa chuva que caiu, atraiu uma assistência numerosa que encheu o salão do Angústias

Atlético Clube. No Pico, na freguesia da Criação Velha, decorreu, dia 23, uma animada sessão sobre a actualidade política. No final, os presentes foram brindados com a actuação da fadista Arminda Alvarnaz acompanhada pelo grupo de guitarras do Eng. José Gaspar.

Em Ponta Delgada, foi promovido um plenário aberto da CDU de S. Miguel que congregou activistas dos seis concelhos da ilha e que encheram o auditório da Pousada da Juventude. Esta iniciativa foi encerrada com um momento musical executado pelo compositor e intérprete micalense Manuel Ferreira.

Em todas estas iniciativas, Carlos Carvalhas caracterizou a actual situação nacional, referindo nomeadamente que «nas questões essenciais a política do Governo PS tem sido igual à política dos

governos do PSD» e altamente lesiva dos interesses dos trabalhadores e das populações.

Em todas estas iniciativas, nas quais foi acompanhado por José Decq Mota, o secretário-geral do PCP sublinhou à necessidade e possibilidade da CDU/Açores «crescer e eleger mais deputados nas eleições regionais de Outubro».

Contacto com as realidades

Durante a sua estada nas ilhas açorianas, Carlos Carvalhas teve oportunidade de realizar reuniões com diversas entidades e participar em visitas que permitiram uma aproximação a diversos problemas locais, caso do grave crescimento do desemprego e da crise que afecta grande número de pequenas e médias empresas do arquipélago. Estes problemas foram abordados nas reuniões com a Comissão Representativa dos Trabalhadores da Base das Lajes, com a União dos Sindicatos da Horta, com a União dos Sindicatos de S. Miguel e Santa Maria, com o coordenador da CGTP-

-IN/Açores e com a Direcção da Câmara do Comércio da Horta.

A reunião com o director da Zona Classificada da cidade de Angra do Heroísmo forneceu uma informação detalhada sobre o trabalho de preservação daquela que é uma das três cidades portuguesas classificadas pela UNESCO como Património Mundial.

O secretário-geral visitou ainda o Lar dos Idosos da Madalena, a Escola Secundária da Ribeira Grande e a Fábrica de Conservas de Peixe da COFACO, no Pico.

Visitas institucionais

Na sua deslocação, Carlos Carvalhas avistou-se com o Ministro da República, Mário Pinto, com o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Humberto Melo, e com o Presidente do Governo Regional, Madruga da Costa. O dirigente comunista foi ainda recebido pelos presidentes das câmaras de Praia da Vitória, Angra do Heroísmo, Horta, Madalena do Pico, Lages do Pico, S. Roque do Pico e Ponta Delgada.

Carvalhas esteve ainda num almoço oferecido pelo

PCP/Açores aos representantes dos órgãos de comunicação social da Região, e recebeu, a pedido, uma representação da Delegação Autónoma do Sindicato dos Oficiais de Justiça.

O líder comunista, acompanhado por vários dirigentes do PCP/Açores e da CDU, assistiu ao lançamento de um livro do escritor açoriano Dias de Melo, tendo concedido uma entrevista ao semanário local «Expresso das Nove». No final, participou numa conferência de imprensa em que fez um balanço positivo do trabalho realizado ao longo da visita.

Com alunos da Ribeira Grande

A visita à Escola Secundária da Ribeira Grande foi um dos momentos vivos da visita de Carvalhas aos Açores. Trata-se de uma escola que apesar das grandes carências de instalações desenvolve uma actividade pedagógica e cultural criativa e muito intensa.

Conduzidos pelo presidente do Conselho Directivo, Manuel Francisco Aguiar, os visitantes foram encontrar o auditório da escola completamente cheio de alunos e professores com quem puderam debater vários problemas de âmbito regional e nacional.

Carlos Carvalhas e José Decq Mota fizeram breves exposições para depois responderem às diversas perguntas colocadas pelos estudantes.

Momentos antes desta animada sessão, o presidente do conselho directivo fez questão de prestar uma homenagem à memória do dr. Manuel Barbosa, precursor do ensino secundário na Ribeira Grande, militante do PCP desde os anos 30 até à data da sua morte, em 1991, e destacado intelectual açoriano.

PORTO

«Cidade Sonhada»

«A Cidade Sonhada» é o título do livro que a Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP vai lançar e que será apresentado pelo dr. Adão Pinho Cruz, na próxima segunda-feira, pelas 21.30 horas, na Casa Tait (R. de Entre Quintas, 219 no Porto), numa sessão pública com poesia e música por Carla Maciel, Jorge Lino e Paulo Vaz de Carvalho.

César Príncipe, Isabel Cabral, Jorge Sarabando, Óscar Lopes e Rodrigo Cabral constituem a Comissão Organizadora desta iniciativa comemorativa do 75º aniversário do Partido Comunista Português.

«A Cidade Sonhada», «com textos e imagens de autores com diversas sensibilidades, formações e mundividências» - pode ler-se na nota introdutória - oferece «um certo retrato duma cidade em permanente transformação, mas conservando o carácter inconfundível do granito e das brumas, do trabalho e da festa». A edição deste livro, cuja capa e arranjo gráfico pertencem a Armando Alves, contou com a participação de destacados escritores e artistas plásticos, nomeadamente Alberto Pêssimo, Alfredo Barros, Américo Moura, Ângelo de Sousa, António Fernando, Carlos Tê, César Príncipe, Eduardo Valente da Fonseca, Egito Gonçalves, Eugénio de Andrade, Fernando de Oliveira, Francisco Mangas, Germano Silva, Henrique do Vale, Jaime Isidoro, José Emídio, José Emilio Nelson, José Rodrigues, José Viale Moutinho, Manuel António Pina, Manuel Jorge Marmelo, Manuela Bronze, Mário Cláudio, Papiniano Carlos, Paulo Hemâni e Siza Vieira.

VILA NOVA DE FAMALICÃO
Traçado viola o PDM

Ao deixar caducar o prazo de 30 dias que lhe foi dado pela Direcção-Geral de Energia para se pronunciar sobre a proposta do traçado definitivo do gasoduto de alta pressão, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão acabou por, irresponsavelmente, dar o apoio tácito a um traçado que, diz a Comissão Concelhia de V.N. de Famalicão do PCP, «viola o PDM» e tem originado grande contestação.

Alvo de intensa polémica e do desacordo de muitas populações afectadas pelo traçado do gasoduto - caso das freguesias de Cabeludos, Avidos e Lagoa - foi prometido pelo Governo, em Novembro de 1995, através da Secretaria de Estado da Energia, uma «postura dialogante», postura que com o recurso que fez à «lei da força» teve ocasião de mostrar em Requião.

Questionando a Câmara Municipal sobre todo o processo, os comunistas de Famalicão consideram «necessário pôr fim às imposições e estabelecer um efectivo diálogo com todas as entidades e populações afectadas e informar, de uma vez por todas, qual o traçado em vigor e porque foi alterado o traçado inicial».

ODIVELAS

Eléctrico rápido ou metro

«O PCP reclama uma decisão urgente - Até 1998: eléctrico rápido ou metro, uma exigência de qualidade de vida» é o extenso lema sob o qual se desenvolve uma campanha do PCP, constituída por várias acções de sensibilização e debate com as populações da freguesia de Odivelas.

Em comunicado de imprensa, a Comissão de Freguesia de Odivelas exige que o actual governo se defina sobre que solução de transporte em ferro-carril preconiza para o Corredor de Lisboa-Odivelas, devendo nas decisões a tomar ter em conta a interrupção que fez no processo de instalação de uma linha de eléctricos articulados até Odivelas.

O PCP defende há duas décadas a extensão do metropolitano até Odivelas, obra que os sucessivos governos foram sempre adiando. Afirmando que a linha de eléctricos articulados é concretizável em dois anos e custa 12 milhões de contos, e o metropolitano custará 53 milhões de contos e demorará 4 a 6 anos, os comunistas de Odivelas consideram essencial que o Governo ofereça aos odivelenses, na comemoração do 8º aniversário de elevação a cidade, em 1998, uma prenda há muito esperada: o eléctrico ou o metro.

VILA FRANCA DE XIRA

Comunistas
reúnem Assembleia

No passado dia 25 de Maio, os comunistas da Freguesia de Vila Franca de Xira realizaram, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal, a sua 4ª Assembleia de Organização que contou com a participação de Blanqui Teixeira, membro do Secretariado do Comité Central.

Durante toda a tarde se discutiram as linhas prioritárias de intervenção do Partido, designadamente a sua ligação aos trabalhadores, às autarquias, à juventude, aos reformados, ao movimento associativo e à população em geral. O reforço do PCP na freguesia e a sua participação nas lutas por uma melhor qualidade de ensino, transportes, acessibilidades e saúde foram outras das questões que mereceram a particular atenção dos presentes.

A 4ª Assembleia de Freguesia de Vila Franca, cujos trabalhos foram encerrados por Blanqui Teixeira, aprovou ainda uma moção de solidariedade com os trabalhadores da LUPAL.

Entretanto, sob o lema «Dar mais força ao PCP - continuar a luta por uma política de esquerda», vai-se realizar no próximo dia 16 de Junho a V Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, no Centro de Convívio Álvaro Pinheiro, no Sobralinho.

7ª Assembleia de Almada
Elevar a afirmação
do Partido

Decorreu no passado sábado, nas instalações da SFUAP, na Cova da Piedade, a 7ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada, que elegeu um novo organismo de direcção, aprovou uma resolução política e ainda uma proposta para o progresso e desenvolvimento do Concelho.

Com cerca de três centenas e meia de delegados e numerosos convidados que assistiram aos trabalhos, a Assembleia colocou como objectivos «elevar a afirmação do Partido no concelho; reforçar e dinamizar a vida das organizações e organismos; melhorar a ligação do Partido aos militantes e reforçar a sua inserção na vida política, social e cultural do concelho; definir orientações de trabalho para as tarefas prioritárias, em especial a intervenção e organização do Partido no seio dos trabalhadores e nas eleições autárquicas de 1997».

Para além de eleger a nova Comissão Concelhia, onde se destaca a presença de sete jovens, a Assembleia discutiu e aprovou o relatório/resolução, documento que analisa em detalhe os diferentes aspectos da política de direita aplicada pelos sucessivos Governos do PSD, as suas consequências sociais e económicas para os trabalhadores e populações.

Este capítulo dá destaque à luta dos trabalhadores e das populações, que nos diferentes sectores souberam opor-se e resistir à ofensiva da direita contra os seus direitos mais elementares. São assim recordadas as importantes acções de massas desenvolvidas pelo Movimento Sindical Unitário, os protestos dos estudantes, professores e pais contra a política de educação, a luta dos utentes da Ponte 25 de Abril. Como sublinharia Álvaro Cunhal, no encerramento da Assembleia, a luta contra a política de direita, em que o PCP e os comunistas tiveram um papel destacado, foi decisiva para a derrota de Cavaco Silva e do PSD e seu afastamento do Poder.

População
confia na CDU

Num quadro de grande pressão política, a CDU conseguiu nas

pio, graças a uma gestão imaginativa e séria, tem à sua responsabilidade um volume de investimentos superior a 13 milhões de contos, destinados a um vasto conjunto de projectos, alguns dos quais contam com participações comunitárias.

ria de trabalho junta-se a melhoria do trabalho como os eleitos comunistas, o reforço da intervenção do Partido no seio dos trabalhadores, assim como uma maior atenção e ligação às questões da juventude. A Assembleia pronunciou-se ainda pelo apro-



A nova Comissão Concelhia conta com sete jovens quadros

eleições autárquicas de 1993 reforçar a sua votação e reconquistar a maioria absoluta na Câmara e Assembleia Municipal perdida nas eleições de 1989, assim como a presidência da Junta de Freguesia de Cacilhas. Foi um resultado de que justamente se orgulham os comunistas almadenses que viram assim reconhecida pela população a extensa obra realizada pelos eleitos do PCP na autarquia.

Hoje, para além da maioria na Câmara e Assembleia Municipal, a CDU detém a presidência de nove das 11 juntas de freguesia, seis das quais com maioria absoluta.

Os efeitos da política de direita fizeram-se sentir também no Poder Local Democrático. Incumprimentos sucessivos da Lei das Finanças Locais, transferência de encargos, insenções não compensadas e a assunção de novas responsabilidades sem as devidas contrapartidas financeiras, têm agudizado a situação financeira das autarquias.

Apesar destas dificuldades, que lamentavelmente não foram resolvidas pelo Governo PS, o municí-

Prioridades
da intervenção

Com eleições autárquicas já no próximo ano, a Organização de Almada define como objectivo a consolidação da maioria absoluta e a vitória em todas as freguesias. A esta frente prioritá-

fundamento da democracia, área em que aposta no reforço das diferentes estruturas de participação popular, na Regionalização, enquanto factor de aproximação do Poder Local aos cidadãos e elemento central da luta pelo desenvolvimento e modernização do País.

Álvaro Cunhal
«Um partido
cheio de vitalidade»

Perante centenas de participantes, Álvaro Cunhal salientou que «num momento em que há uma campanha que procura apresentar o PCP como um partido sem futuro, (...) aqui em Almada, como em muitos outros pontos do País, aparece o Partido cheio de vitalidade, cheio de vontade, cheio de confiança, como os trabalhos desta assembleia bem mostraram».

Álvaro Cunhal valorizou mais adiante a luta que o concelho tem travado contra a política da direita, considerando que «os comunistas e os outros democratas que nos acompanham na CDU deram uma contribuição determinante para a derrota da direita»; vitória essa que agora «não devemos diminuir».

Hoje, porém, a batalha é contra a política do PS: «já passou o momento em que esse partido e o Governo poderiam ter o benefício da dúvida. Não há benefício da dúvida nem pode haver perante a situação que se atravessa», afirmou o dirigente comunista que alertou para as alianças do PS com o CDS/PP e para os perigos da revisão constitucional em conluio com o PSD.

Álvaro Cunhal falou ainda sobre a necessidade de renovação do Partido, com a responsabilização dos jovens quadros, defendendo mais adiante a identidade comunista do PCP. «Não há razão para deixarmos de sermos um Partido Comunista», disse, lembrando que «o século XX ficará marcado não pelo fim do comunismo, mas pelo seu nascimento».



A resolução política foi aprovada por unanimidade

SETÚBAL

Uma abraço a Carlos Paredes

Convocada para discutir os temas e objectivos do Encontro Nacional sobre «Os intelectuais e a sociedade, o Partido e os Intelectuais», marcado para o próximo fim-de-semana, realizou-se na passada semana em Setúbal uma reunião que juntou 40 participantes entre militantes e convidados quadros técnicos e intelectuais do concelho.

Antes do início do debate, foi projectado um vídeo sobre Carlos Paredes, exemplar intelectual comunista, que os presentes fizeram questão de homenagear.

Da reunião resultou um animado debate, que Aurélio Santos, membro do Comité Central, considerou «um contributo valioso para a reflexão que o Partido pretende com o Encontro Nacional, mas que naturalmente não se esgotará nele».

Sendo reconhecido pelos responsáveis do Partido o atraso da organização dos quadros técnicos e intelectuais comunistas a nível local - onde os professores são uma excepção com o funcionamento regular, ainda que aquém das necessidades e potencialidades, de um organismo específico -, foi porém assinalado que entre eles se encontra «o conjunto de camaradas do partido que mais persistentemente têm sido chamados a dar opinião e a ajudar a construir a orientação mais acertada dos organismos partidários concelhios acerca das grandes questões que ultimamente têm atravessado a sociedade setubalense tais como o Plano Director Municipal, a eventual instalação da incineradora de resíduos industriais perigosos e tóxicos na península de Mitrena ou o projecto de alargamento do terminal de contentores do porto de Setúbal».

PORTO

Matadouro da Corujeira

Uma delegação do PCP, que incluiu os membros do CC e da DORP, Ilda Figueiredo e Serafim Brás, reuniu na passada semana com a Direcção da Associação dos Agricultores do Porto e com o Conselho de Administração da PEC-Nordeste para recolher informação sobre o estado actual do matadouro industrial do Porto, cujo encerramento tem sido ventilado pelos órgãos de comunicação.

Os encontros foram claros quanto aos prejuízos que o encerramento do matadouro da Corujeira provocaria na economia regional, afectando produtores e consumidores e incentivando o recurso ao abate clandestino e à importação de carne estrangeira.

Como soluções, foi indicada a disponibilidade da administração da PEC-Nordeste para a realização de obras que dotem a unidade de condições higio-sanitárias, a apresentação à entidade da tutela de um projecto de construção de uma ETAR, e a possibilidade de ligação dos esgotos à ETAR projectada para o Freixo pela Câmara do Porto.

O PCP, que desde há anos se opõe ao encerramento dos matadouros concelhios, defende a manutenção daquele equipamento, com as necessárias obras de remodelação enquanto não houver alternativas credíveis na área do distrito do Porto.

STº ANTÓNIO DOS CAVALEIROS
A Saúde em debate

Com a participação dos médicos Mário Jorge, Faria Vaz e Carlos Almeida, a Comissão de Freguesia de Stº António dos Cavaleiros do PCP realiza amanhã, na Associação de Moradores - Rua António Galvão de Andrade -, um debate sobre as questões da saúde.

Ao mesmo tempo que irá reafirmar as suas reivindicações de construção de um edifício adequado para o funcionamento de um Centro de Saúde na Freguesia, do reforço imediato de médicos, enfermeiras e outros trabalhadores da saúde na actual extensão da Flamengo e da instalação de um Hospital com maternidade no concelho, o PCP pretende com este debate auscultar a população e estimular a sua participação na luta, em defesa de melhores condições de assistência médica.

ÍLHAVO/VAGOS
1.ª Assembleia

Os comunistas de Ílhavo e Vagos realizaram no passado sábado a sua 1ª Assembleia Concelhia que aprovou uma resolução e elegeu o organismo de direcção. Estas duas organizações concelhias vizinhas do distrito de Aveiro, resolveram juntar as suas forças para melhorar o trabalho e aumentar a influência do Partido junto das populações. A resolução caracteriza a situação económica social e política nos dois concelhos e aponta as principais medidas orgânicas e de intervenção política, em que se destacam os objectivos eleitorais de apresentar listas a todos os órgãos autárquicos, alcançar a vitória na Gafanha da Nazaré, eleger vereadores para a CM de Ílhavo e aumentar o número de eleitos na AM, e eleger candidatos nos restantes órgãos autárquicos dos dois

Luís Sá no Porto
Organizar melhor o País

«Trata-se de organizar, e organizar melhor o país. Não é para dividir o País em regiões; também não se diz que o País está dividido em municípios e freguesias.» Esta é talvez uma das frases-chave de Luís Sá no debate sobre Regionalização que se realizou no Porto, no dia 22, com a presença de cerca de duas centenas de pessoas.

Na sua intervenção, Luís Sá desmontou um a um os argumentos, «em muitos casos verdadeiramente terroristas», utilizados pelos opositores da Regionalização.

«Não há poder regional hoje? Então o que representam as cinco Comissões de Coordenação

nários e mais de 70 diferentes competências com incidência regional (algumas das quais em colisão com as autarquias)?

Vejam-se as 80 divisões regionais, das ministeriais às outras, a regionalização das empresas públicas. E o que são os Governos Cívicos que gerem também milhões

Desenvolvimento do Território, os Parques e Reservas Naturais, a distribuição dos fundos dos QCA's, e tantas outras áreas, que caberiam naturalmente a um poder regional».

Foi ainda tempo de percorrer historicamente algumas reformas administrativas do Estado português e explicar diferenças, das nossas previstas regiões administrativas e as já implantadas regiões autónomas dos Açores e Madeira, das autonomias e nacionalidades da vizinha Espanha e tantas formas de regionalização de outros Estados. Pois é, as

A área das regiões é matéria de natural diferença de opiniões. Região do Porto, Minho (Braga e Viana) e Trás-os-Montes, como aponta o nosso projecto, ou Porto e Minho e Trás-os-Montes, ou Norte?

Pois se no debate houve quem defendesse uma região Norte logo alguém alertou para que, descentralizar do Terreiro do Paço para o resto do País, não deveria equivaler a outras e novas colonizações.

Também nesta matéria, como Luís Sá haveria de lembrar, o PCP tem alguma coisa inovadora: é que se todas as reformas administrativas vieram de cima, por que não agora um processo que parta de baixo para cima, através da consulta às Assembleias Municipais, que aliás em breve terão oportunidade de se pronunciar sobre tão importante matéria?

O debate permitiu várias reflexões sobre as áreas, sobre as competências, as finanças e outros aspectos da regionalização. Mas uma ideia ficou clara: o primeiro objectivo é conquistar a regionalização.

Do referendo nacional - «ideia já de si ferozmente centralizadora», aos referendos regionais, exemplo de cedência a toda a linha, ainda por cima desnecessária, do PS ao PSD, com todas as contradições inerentes, à revisão «rápida» da Constituição se falou ainda para concluir que, nesta como noutras matérias, o PCP, que inscreveu desde 1926 no seu programa eleitoral as regiões administrativas, vai firme e coerentemente manter este combate, confiante na vitória.



Luís Sá rebatendo argumentos dos opositores da Regionalização

Regional (herdeiras directas das quatro Comissões de Planeamento do consulado marcelista) que administram directamente 43 milhões de contos (nas contas do OGE para 96) e muitos milhões de contos dos fundos comunitários? Que significa este Poder, sempre nomeado, sempre de confiança política, que tem à sua responsabilidade milhares de funcio-

de contos? Só que todo esse imenso poder intermédio não é transparente, não é controlado, não é democraticamente legitimado».

E Luís Sá, respondendo já a algumas perguntas do público, reforçou com alguns exemplos «a força centralizadora do Governo que é quem continua a decidir, em Conselho de Ministros, sobre os PDM's, os Planos Regionais de

Regiões Administrativas que a Constituição preconiza há vinte anos inserem-se no título VIII dedicado ao Poder Local, mais concretamente no artº 238º que diz no 1º ponto: «No continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.»

A instituição em concreto das áreas é uma questão bem diferente.

Obras da Expo'98
prejudicam as populações

Promovida pela Comissão de Freguesia dos Olivais do PCP, realizou-se na quinta-feira da passada semana, com a participação de cem olivalenses, um debate com a presença dos eleitos comunistas na Junta de Freguesia, do vereador do PCP na Câmara Municipal, Rui Godinho, e do deputado do PCP, na Assembleia da República, João Amaral.

No debate, que incidiu sobre as obras da Expo'98 e as questões de impacto negativo nas áreas de residência, a população presente teve ocasião de expor as suas preocupações que, fundamentalmente, se prendem com os problemas

da toxicodpendência e tráfico de droga, a ausência de policiamento na zona e a não abertura das esquadras de Moscavide e do Bairro da Encarnação.

Denunciada foi também a inoperância dos vereadores Machado Rodrigues e Vasco Franco, do PS, em relação a algumas das propostas apresentadas pela população, que novamente foram expressas neste debate/audição, de entre as quais se destacam: a proibição da circulação de viaturas pesadas, pertença dos estaleiros da Expo'98, no interior dos bairros; instalação de bandas sonoras e da semaforização

necessária à defesa da circulação dos peões; criação de zonas verdes e equipamentos sociais como forma de compensação aos moradores. Proposta foi ainda a criação de uma Comissão de Moradores para acompanhamento destas matérias e da evolução global das obras da Expo.

Face às questões expostas, João Amaral comprometeu-se a tomar as medidas que estiverem ao seu alcance para a resolução de algumas delas e a direcção local do PCP decidiu voltar a convocar a curto prazo uma nova audição com a população.

Rectificação

Na última edição do «Avante!», na notícia sobre o debate realizado no Porto «O que significa ser de esquerda hoje?» foi erradamente atribuída a Manuel António Pina a seguinte frase: «O que caracteriza a esquerda é o pendor para o social, a igualdade de direito, a não violência, a busca da justiça? Será admissível haver uma esquerda sem liberdade?» De facto, foi António Macedo Varela que lançou esta interrogação aos participantes.

CAMARADAS FALECIDOS

João José Candeias

Faleceu, no passado dia 30 de Abril, João José Candeias, de 93 anos de idade. Operário agrícola, militou na Organização de Freguesia de Grândola do PCP. Foi fundador do Centro de Dia dos Reformados do MURPI nos anos 80, movimento de que era dirigente local e regional. O seu funeral foi uma manifestação de pesar em que se incorporaram muitos camaradas e amigos.



Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Chefias na Função Pública



O Parlamento vota hoje os diplomas do Governo, PSD e CDS relativos ao recrutamento de pessoal dirigente da Administração Pública. Em causa está, designadamente, a alteração ao recrutamento e selecção de directores de serviço e chefes de divisão, em relação à qual o Executivo pretende estatuir a regra do concurso. Debatidos na passada semana, os diplomas foram objecto de críticas por parte da bancada comunista, designadamente a proposta governamental, de quem a deputada Odete Santos disse ser dificilmente enquadrável no "objectivo de qualificar e dignificar a Administração Pública". Odete Santos acusou o Governo, em concreto, de não ter adoptado novos procedimentos de transparência nos recrutamentos por si efectuados - quando o podia ter feito mesmo ao abrigo da legislação em vigor - e de, contrariamente ao propalado diálogo, ter feito "tábua rasa" do acordo celebrado com os sindicatos da Função Pública, no que se refere em particular à negociação da revisão do regime de carreiras e cargos dirigentes.

As Universidades e o Parlamento



As universidades portuguesas vão passar a colaborar de forma sistemática com os serviços da Assembleia da República em estudos e pareceres, ao abrigo de um protocolo entre os estabelecimentos de ensino superior e aquele órgão de soberania. O protocolo de acordo (ainda a elaborar) e as formas de colaboração foram tema de debate na passada semana entre o presidente da Assembleia da República, os representantes dos grupos parlamentares e os reitores das universidades portuguesas. Além de permitir um contacto sistemático no que se refere a questões do sistema educativo, este protocolo possibilita também o aproveitamento das potencialidades e capacidades existentes nas universidades para a elaboração de estudos e pareceres, de acordo com a opinião do Conselho de Reitores e reitor da Universidade de Minho, para quem "a cooperação resultante do protocolo enriquece as Universidades e a Assembleia da República".

Igualdade de acesso das mulheres



A última conferência de líderes parlamentares agendou para o próximo dia 12 de Junho um projecto de lei do PCP sobre a igualdade de acesso das mulheres ao emprego. Em debate, nesse mesmo dia, vão estar também projectos de lei do PS e do PSD sobre as associações de família. Agendado para o dia 19 de Junho foi, por outro lado, o debate sobre o "Pacto Educativo", enquanto que para o dia de 20 de Junho o tema forte da sessão plenária será preenchido com o "pacote da droga", durante o qual estarão em debate várias iniciativas legislativas sobre aquela matéria.

Financiamento do Ensino e acção social

Estado não pode desresponsabilizar-se

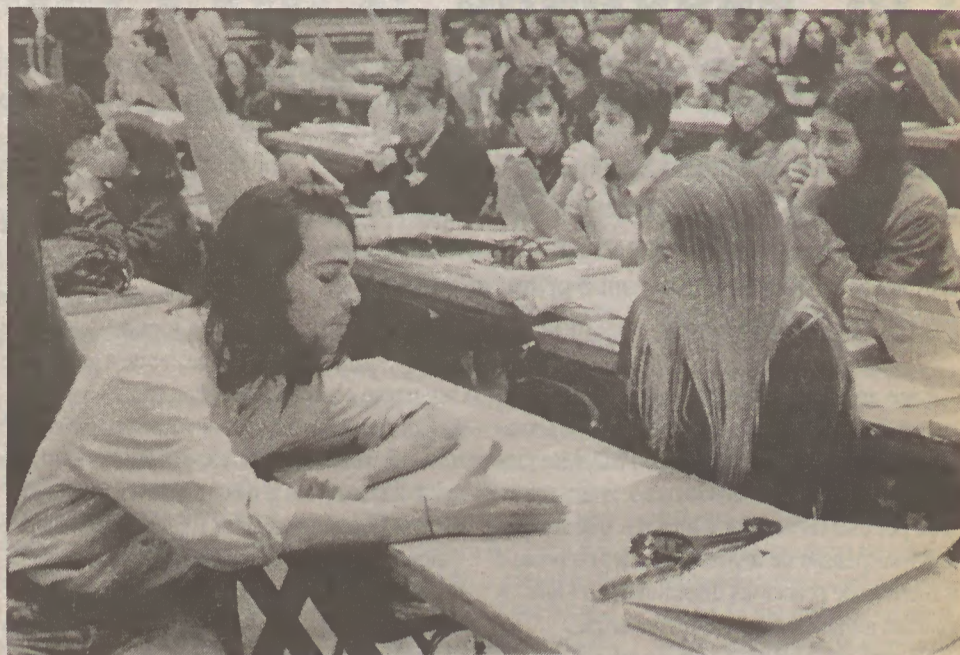
A rejeição de toda e qualquer acção tendente a repor o pagamento das propinas no Ensino Superior - no pressuposto de que o seu financiamento é uma competência do Estado visando favorecer o progresso económico e social e garantir condições de igualdade no acesso a todos os jovens -, foi reiterada no Parlamento pelo deputado comunista Bernardino Soares.

Em declaração política por si proferida numa das sessões plenárias da passada semana, esta questão do Ensino Superior veio a propósito do recente Congresso da JCP, evento que analisou as grandes questões juvenis do momento com um forte olhar crítico sobre o que foram os primeiros meses da acção governativa.

Levando ao conhecimento do plenário aquelas que foram, do seu ponto de vista, as principais conclusões do Congresso, Bernardino Soares realçou desde logo o facto de ter sido consensual a ideia de que se mantém uma linha de continuidade quanto às orientações dos anteriores governos "em questões fundamentais", exemplificando, a este respeito, com a política económica e

as mesmas opções europeias, das quais resultam "um desemprego crescente", maior "precariedade laboral", e, mais recentemente, a "desregulamentação das relações laborais através da flexibilidade e da polivalência".

Abordada com detalhe, noutro plano, foi a política educativa, tendo os congressistas neste capítulo recusado liminarmente qualquer medida que aponte para a desresponsabilização do Estado no sector, exigindo, simultaneamente, como lembrou o parlamentar do PCP, para além de uma "verdadeira valorização do ensino politécnico", uma "verdadeira acção social escolar com o reforço do número de bolsas de estudo, o aumento dos seus montantes e a



Os jovens comunistas reiteraram em congresso não abdicar do direito ao ensino para todos

construção de infra-estruturas de apoio social escolar".

Analisado "sem complexos, nem discussões facilitistas", segundo Bernardino Soares, foi também o Serviço Militar Obrigatório, concluindo os participantes "pela necessidade de o defender não nos termos em que actualmente existe, mas dignificado e inserido numa

concepção de defesa nacional que não vê com bons olhos a restrição das Forças Armadas a um corpo profissionalizado, fortemente vocacionado para pseudo-operações de paz como é o caso da Bósnia".

Interpretando o sentir geral do Congresso no que se refere ao problema da toxicod dependência, Bernardino Soares

disse que este crescente flagelo social "não tem sido verdadeiramente combatido", considerando, por outro lado, que urge as "medidas de prevenção concretas" dirigidas aos principais grupos de risco, bem como "a criação de condições para que possa haver recuperação e reinserção social dos jovens toxicod dependentes".

Comunidades portuguesas emigrantes

Em defesa de uma estrutura representativa e democraticamente eleita

A Assembleia da República aprovou por unanimidade, faz hoje oito dias, três diplomas que visam a criação de um órgão representativo das comunidades de emigrantes portugueses no estrangeiro. Com algumas diferenças entre si, os diplomas subscritos pelo Governo, PCP e PSD partilham no entanto do objectivo comum de criação de um conselho representativo dos emigrantes, desburocratizado e democraticamente eleito, que contribua para a definição de uma política global de promoção e reforço dos laços que unem as comunidades e o seu país de origem.

Para o secretário de Estado, José Lello, este Conselho Consultivo das Comunidades Portuguesas visa "institucionalizar, em novos moldes, um diálogo aberto e participado com as organizações não governamentais das comunidades e com os cidadãos portugueses não residentes".

Entendendo que é preciso acabar "de uma vez por todas" com a atitude governamentalizadora que tem presidido neste capítulo à acção de sucessivos governos, José Calçada, em nome da bancada comunista, pôs o acento tónico na necessidade de

encarar os portugueses residentes no estrangeiros como cidadãos que, como todos nós, têm "problemas concretos", no caso vertente "frequentemente agravados e ampliados", como sejam os "problemas da língua e do ensino da língua materna", os problemas da segurança social ou da assunção da inteira cidadania, os "problemas dos direitos e da sobreexploração do trabalho", ou da "particular e dolorosa sub-humanização da mulher emigrante".

"É para que se não continue a invocar o nome dos emigrantes em vão que apresentamos o nosso projecto de lei", fez notar, por outro lado, José Calçada, antes de realçar o que considerou serem as características fundamentais que o enformam: "uma ampla participação e uma elevada representatividade".

É aliás nestes aspectos que mais se diferencia o projecto comunista da proposta governamental, na opinião de José Calçada, para quem esta última apresenta um "alcance muito restrito", uma vez que dá corpo a uma "mera estrutura de cúpula, redutora e reduzida que se limita a reunir de quatro em quatro anos".

À atenção do parlamentar do PCP não escapou igualmente o que considerou ser o "carácter administrativista e burocrático" desta estrutura proposta pelo Governo, lembrando a este respeito o seu "corte com a realidade objectiva e concreta de cada País", e o seu "manifesto artificialismo dos círculos eleitorais", circunstâncias que comportam o risco, aler-

tu, de "potenciar formas de instrumentalização que os emigrantes têm vindo sistematicamente a denunciar".

Criticado por José Calçada, numa referência à situação dos emigrantes portugueses na União Europeia, foi ainda a inexistência de alterações relativamente à prática seguida pelos governos anteriores do PSD, citando a este propó-

sito a ausência de qualquer tomada de posição do Executivo no que se refere a medidas restritivas e discriminatórias de que são alvo os nossos compatriotas, do mesmo modo que "nada se diz sobre os cortes de subsídios às associações, ou sobre a supressão de lugares em organismos oficiais de apoio às comunidades estrangeiras".

Hospital do Montijo

PCP opõe-se

ao encerramento das urgências

O Grupo Parlamentar critica qualquer decisão que conduza ao eventual encerramento do serviço de urgência do Hospital do Montijo, considerando-a um "erro com graves implicações" nas populações daquele e do vizinho concelho de Alcochete. Esta posição foi expressa pelo presidente da formação comunista, Octávio Teixeira, em requerimento onde questiona o Governo sobre a continuidade do serviço em causa, bem como quanto às medidas e meios financeiros susceptíveis de garantir o seu melhor funcionamento.

Esta questão tem vindo a preocupar seriamente as populações da área, na memória de quem está ainda bem vivo o encerramento das maternidades do Montijo e de Alcochete, concretizado após idênticos rumores aos que

agora circulam em relação às urgências hospitalares.

Daí que Octávio Teixeira entenda ser da máxima importância o conhecimento sobre as perspectivas do Governo para o referido hospital, tanto mais que, observa, a construção da nova ponte sobre o Tejo e a sua entrada em funcionamento "deveria obrigar ao reforço dos equipamentos e serviços de saúde".

Mas o encerramento da urgência desta unidade de saúde não poderia deixar de ter consequências, por outro lado, como sublinha no texto o líder parlamentar comunista, em termos de significativo acréscimo no entendimento do Hospital do Barreiro - actualmente com cerca de 300 utentes/dia -, sobrecarga que teria inevitáveis consequências na qualidade dos serviços por este prestados.

Debate mensal com o primeiro-ministro PCP questiona política de segurança

A morte de um adepto do Sporting na final da Taça de Portugal e o homicídio recentemente ocorrido no posto da GNR de Sacavém marcaram na semana transacta o debate mensal com o primeiro-ministro previsto no Regimento da Assembleia da República.

Face ao que considerou ser "porventura o caso mais grave de 22 anos de regime democrático", para o líder da bancada do PSD, Marques Mendes, as acusações ao Governo foram sobretudo por este ter adoptado medidas que se limitem à suspensão de todos os agentes do posto e à abertura de processos disciplinares a todos os guardas indiciados em processos-crime.

Na réplica, António Guterres referiu que, ao



comportamento das forças de segurança.

A este respeito, João Amaral afirmou que Portugal se transformou num "Estado de polícia, no sentido de que é a polícia que define a política de

segurança e as regras de actuação".

Em foco, por iniciativa do deputado comunista Bernardino Soares, estiveram ainda as anunciadas medidas de combate à toxicod dependência. Por si levantadas foram concretamente "algumas questões e considerações" que o levaram a concluir no final que o combate a este fenómeno requer "uma intervenção global em diversos problemas sociais".

Bernardino Soares assinalou, concretamente, numa alusão ao aumento de 40 para 100 camas com vista à desintoxicação, que, embora positivo, tal acréscimo é manifestamente "insuficiente", estando ainda muito longe do ratio reconhecido em diversos países europeus onde o número é de uma cama para dez mil habitantes, o que equivaleria no caso português a cerca de mil camas, como, aliás, prevê

o projecto de lei do PCP sobre esta matéria.

Abordadas pelo parlamentar do PCP foram ainda questões relacionadas com o apoio a reclusos, formação dos funcionários ligados ao tratamento de toxicod dependentes, acções de prevenção, e coordenação das estruturas envolvidas no trabalho de apoio e reinserção, mais precisamente a substituição do Projecto Vida por uma "Comissão Coordenadora Nacional".

"Não estamos contra o nome Projecto Vida - salientou Bernardino Soares a respeito daquela última vertente -, estamos contra a pouca eficácia que esta entidade tem revelado, limitando-se a iniciativas de carácter mediático, a distribuir subsídios com pouca clarividência, ignorando a necessidade de acções orientadas para as camadas mais sujeitas ao fenómeno".

Variante à E.N. 10 Hesitações do Governo geram preocupação

O secretário de Estado do Equipamento Social e Obras Públicas não esclareceu o Parlamento quanto às eventuais alternativas que terão de ser adoptadas no caso do estudo de impacte ambiental para a Variante à Estrada Nacional 10 (entre Sacavém e Vila Franca de Xira) vir a colocar condicionamentos graves que comprometam o traçado actualmente previsto.

A questão foi suscitada pelo deputado Bernardino Soares, na sessão de perguntas ao Governo de sexta-feira passada, tendo Crisóstomo Teixeira apenas adiantado - depois de admitir a inviabilização de alguns troços em função do referido estudo ambiental -, que tais alternativas à Variante poderiam confinar-se à abertura de mais ligações à auto-estrada, designadamente em Santa Iria e S. João da Talha, hipótese esta que é alvo da contestação quer de técnicos quer das populações.

A Variante à E.N. 10, recorde-se, é uma via estruturante da maior importância para descongestionar o saturado eixo que liga Sacavém a

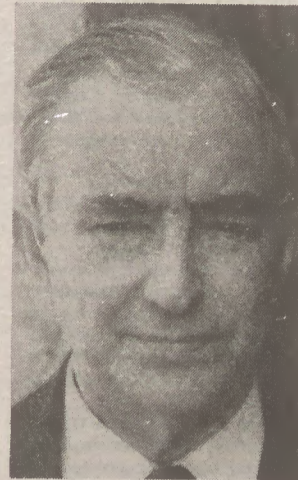
Vila Franca de Xira, onde milhares de automobilistas sofrem diariamente o calvário pendular de longas filas de trânsito pela manhã e ao fim da tarde.

A execução destas obras corresponde, aliás, a um compromisso assumido pelo Governo, como lembrou o deputado comunista Bernardino Soares, havendo por conseguinte que esclarecer tudo o que diga respeito a esta matéria de modo a que não venham a ocorrer pretextos que inviabilizem a resolução deste gravíssimo problema que afecta particularmente os concelhos de Loures e Vila Franca de Xira.

Acresce, como referiu o parlamentar do PCP, que a resolução desta importante acessibilidade não pode dissociar-se da realização da Expo'98 e do "carácter fundamental que assume" no acesso à exposição para quem vem de Sul e de Espanha, havendo igualmente que realçar o seu papel não acesso à Estação de Mercadorias da CP e à Estação de Tratamento de Resíduos sólidos de S. João da Talha.

Prémio Vida Literária Linguística e condições históricas nas palavras de Óscar Lopes

"Não pude deixar de me surpreender com a atribuição do Prémio Vida Literária a um crítico tão ensaísta, tão ensaísta que, em cerca de 60 anos, se tem preocupado com a literatura portuguesa, actual ou várias vezes secular, com uma excepcional atenção à sua própria linguística e às suas condições históricas" - afirmou Óscar Lopes, Reflectindo sobre o Currículo, quando da atribuição, pela Associação Portuguesa de Escritores, do Prémio Vida Literária.



na moldura desta espécie de baixo cifrado a que não podemos escapar, e que afinal apenas data do capitalismo inerente aos primeiros modelos de rodinhas metálicas cunhadas há cerca de três mil anos atrás. É uma linha a fiar-se de um modo cada vez mais complexo, até ao momento em que se declara (mas se, quem declara? - há aqui uma questão de voz, ou diátese), para cada um de nós, o seu ponto final, aliás um ponto sem abcissa marcada, como acontece com o sono, como aliás acontece com o nosso despertar para a vida. Não há nada mais espantoso que essa linha (de música, de palavras, de gestos, de simples pensamento...), que faz com que eu sinta como *minha* uma frase que, provavelmente, foi já sentida e talvez expressa há séculos, não sei por que desconhecida pessoa (se a conhecesse, conhecê-la-ia de facto?). Eis o que é a intimidade da língua, em que todos somos eu, coisa que de resto se aprende aliás a dizer, para milhões de actos de linguagem, todos diferentes".

Uma reflexão que o levou ao abordar de múltiplas questões, da linguística às realidades actuais, à comunicação humana através dos tempos, e que de alguma forma sintetiza na parte final da sua intervenção, que aqui parcialmente reproduzimos.

"Desde as primitivas fixações fonetizadas de textos para ler, há uns escassos dois mil e oitocentos anos, até às redes multimediárias da Internet, ou sistemas equivalentes, decorreu o último quinto da vida linguística activa, nesta espécie a que pertencemos, o Homo Sapiens, que é, portanto, cerca de cinco vezes mais velho. Resta-nos a consolação de que, sem sabermos bem porquê nem como, a comunicação humana é como uma linha de melodia musical, verbal ou outra, e agora cada vez mais acompanhada por um mediático apego a coisas que há trinta anos mal sabíamos existirem: o espaço espacial e cronológico de há uns 14 milhares (ou nove,

para o caso é apenas questão de um dígito) de anos-luz, detectados pela sonda *Hubble*; a vida anaeróbica, que afinal continua a existir nas fendas que se abrem a dez quilómetros de profundidade nos oceanos e nos geisers; a Terra, vista de fora da sua atmosfera; a dupla Hélice genética; formas recônditas de vida humana no Nepal; o esqueleto da mamã Lucy, com cerca de 4 milhões de anos; sinais ignorados da vida que afinal já data do primeiro milhão de anos da Terra - um passado cada vez mais presente, até porque, hoje, que sabemos mais de linguística, o tempo das afirmações de factos já não parece ser o presente, que nós só vemos em dissipação ou em projectos descontínuos, mas um pretérito-presente, onde nós acabamos por desenhar o nosso futuro, cada vez mais claramente determinado pelos outros. Falta-nos, portanto, em arte, projectar as nossas aspirações viáveis, ou concertadas,

Monumento aos Antifascistas em Montemor-o-Novo

Um monumento aos Resistentes Antifascistas do Alentejo vai ser inaugurado, no próximo dia 1 de Junho, em Montemor-o-Novo. Uma iniciativa que conta com o apoio da Câmara Municipal e dos outros órgãos autárquicos do Concelho e que deverá reunir, num dia de festa e confraternização, resistentes antifascistas e democratas de todo o Alentejo.

O projecto deste monumento nasceu, na sua forma actual, há três anos, numa reunião do núcleo da URAP do Concelho, que avançou entretanto iniciativas múltiplas para angariação de fundos, incluindo, quer a venda de materiais diversos, quer espectáculos teatrais, exposições, convívios e colóquios. Neste processo participaram ainda as autarquias dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal e grupos e pessoas de vários pontos do país.

A obra que será agora inaugurada é da autoria do escultor alentejano Helder Batista e,

nas palavras de António Dias Lourenço, que representou a Direcção Nacional da URAP no encontro com a imprensa ocorrido dia 27 de Maio na Casa do Alentejo, em Lisboa, testemunha "o choque da luta tenaz dos camponeses alentejanos por pão, por trabalho e terra, a ruptura do muro sinistro da repressão terrorista do fascismo pela força do movimento popular".

Dias Lourenço sublinhou ainda, na sua intervenção, a actualidade do alerta que este monumento representa, num momento em que "acontecimentos ultimamente registados e surtos de insegurança e violência de natureza repressiva na sociedade portuguesa, não podem deixar de constituir sérias preocupações para o povo português em geral e para a opinião democrática portuguesa, de cuja luta se cavaram no Alentejo alicerces dos mais profundos da Revolução do 25 de Abril".

NACIONAL

Jornadas autárquicas da CDU em Évora

As Jornadas Autárquicas da CDU tiveram início em Évora, no passado dia 25 de Maio. Uma iniciativa que reuniu cerca de cem pessoas, com o objectivo de fazer o balanço dos dois anos e meio do actual mandato e perspectivar o trabalho, nos diversos órgãos autárquicos do Concelho de Évora. Do debate resultou um conjunto de medidas de intervenção e participação para melhorar o trabalho da CDU no Concelho de Évora.

O balanço do muito trabalho realizado pelos vários órgãos autárquicos do Concelho e das dificuldades até ao momento encontradas, coube a António Valente, da Comissão Organizadora das Jornadas.

Neste balanço, foram realçadas as dificuldades impostas pelo Poder Central ao Poder

De par das dificuldades e insuficiências, valorizou-se a vasta obra realizada pelas autarquias CDU, que ao longo dos anos tem vindo a ser dirigida ao desenvolvimento integrado do Concelho de Évora.

De entre outras, foram destacadas - a conclusão do Plano Estratégico de Évora, a implementa-

mais recente e próximo - a situação verificada na Melka (encerramento previsto para Agosto /96) e no comércio tradicional.

Perspectivar o futuro, até ao final do mandato, foi o outro ponto fundamental em debate nas Jornadas, tendo sido sublinhada a prioridade de algumas obras fundamentais para o reforço do desenvolvimento do Concelho - a construção do Mercado Abastecedor, a aquisição dos Celeiros da EPAC, para instalar parte do acervo da Biblioteca Pública e o futuro Centro de Apoio às Colectividades, o restauro do Teatro Garcia de Resende, a execução da Pista de Atletismo, entre outras.

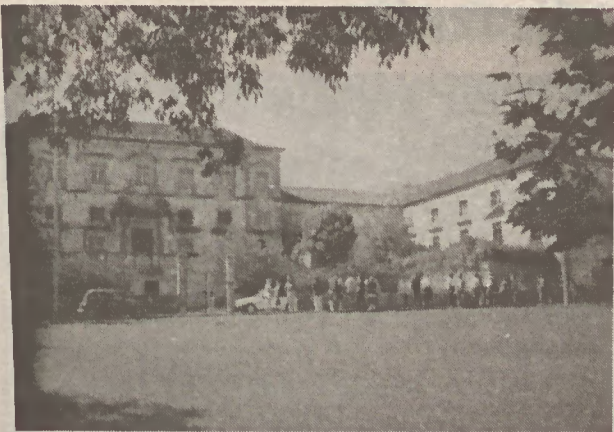
No debate, muito participado, surgiram diferentes preocupações, críticas, sugestões e propostas para melhoramento do trabalho do Poder Local. A necessidade de reforço da cooperação e informação entre a Câmara, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, foi particularmente realçada,

assim como a necessidade de revitalizar algumas Comissões Municipais e de estudar a criação de outras, designadamente na cultura - tudo numa perspectiva de reforço do projecto autárquico da CDU e o partilhar o poder existente.

Nesta mesma linha de preocupações e objectivos - a premência de um maior diálogo com as populações e os agentes nas diversas áreas, a ligação aos trabalhadores e a sua valorização no projecto autárquico.

A necessidade de reforço do trabalho orgânico foi outra preocupação colocada na discussão, tendo sido ainda decidida a realização de um ciclo de debates sobre os diversos problemas do Concelho de Évora.

Encerrou esta iniciativa o camarada Vítor Dias, membro da Comissão Política do CC do PCP, que realçou a importância do debate e apontou algumas preocupações políticas e orientações do PCP para o momento actual.



CDU defende recuperação urbana e Azeitão

Recuperação urbana de Azeitão, como uma das condições para variar as suas potencialidades turísticas, continua a ser uma vindicação da CDU.

Na tarde dos seus eleitos e activistas do concelho de Setúbal, domingo passado, as Freguesias de São Lourenço e São João, e voltaram a constatar a necessidade de uma intervenção rápida e urgente na recuperação do Palácio do Duque de Aveiro e Salinas, em Vila Nogueira, com base num protocolo entre várias entidades a envolver no processo.

Uma visita da CDU concentrou-se fundamentalmente no património cultural e edificado da região, contemplando ainda o Palácio de Calhoa e a fábrica artesanal de azulejaria, de renome nacional, São Simão Arte, ambas de Vila Fresca de Azeitão. Ao decorrer do dia, os eleitos e activistas da CDU divulgaram um documento à população lamentando a não aprovação, na Assembleia da República, das propostas do PCP e dos Verdes para o orçamento de Estado, "que permitiriam o arranque e construção de um novo Centro de Saúde de Azeitão, as novas instalações da GNR da Escola Secundária de Azeitão, e um mais significativo apoio ao Parque Natural da Arrábida e à Reserva Natural do Estuário do Sado".

Medidas urgentes para lixeira de Trajouce

A Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Rana aprovou, em 15 de Maio, os votos contra do PS, uma proposta da CDU relativa ao actual funcionamento da lixeira de Trajouce - depósito de lixo dos concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra - que afecta particularmente as populações de Trajouce, Quenena, Talaíde, Alcabouçã e outras localidades da zona.

Recordando as promessas assumidas pela Câmara de Cascais de clarificar a lixeira e recuperar o local, garantindo, por outro lado, que o aterro sanitário seria construído noutra freguesia, a CDU denuncia o carácter antidemocrático da posição agora assumida pela Câmara, que omitiu informação sobre o projecto em curso de construção de um aterro sanitário em Trajouce, "inviabilizando a participação dos eleitos e população na sua discussão em tempo útil".

Neste quadro, a CDU propõe apoiar a implementação de medidas que resolvam, desde já, os problemas mais prementes - vedação do perímetro da lixeira e sua selagem imediata, recuperação paisagística e arborização de toda a zona, cobertura e desodorização das zonas de maturação da ETR's, resolução dos problemas dos moradores de Quenena.

Defende ainda - de par de um amplo debate público - que devem ser respeitados os compromissos assumidos de construção do aterro sanitário noutra freguesia.

Voz do Alentejo

A Comissão promotora do MARD / Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento, reuniu terça-feira passada, na sede da Associação de Municípios do Distrito de Évora, num debate subordinado ao tema: "Fazer ouvir a voz do Alentejo". O MARD surgiu em 1994 e conta já com a adesão de mais de 20 mil pessoas e 600 instituições e organizações económicas, sociais e culturais do Alentejo.

Desenvolveu já algumas importantes acções com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para os principais problemas com que a região se debate, reivindicando a tomada de medidas capazes de garantir o progresso e bem-estar dos alentejanos e designadamente defendendo a regionalização como factor fundamental para o desenvolvimento do Alentejo.

Das iniciativas concretizadas, salienta-se a "Embaixada em Lisboa" (9/94), a Assembleia de Aderentes, de Dezembro de 94, a jornada "Alentejo Alerta o País" (1/95) e o "Encontro de Jovens pela Regionalização e Desenvolvimento" (4/95).

Resolução Política

Na Resolução Política aprovada, os participantes das Jornadas sublinham a importância do Poder Local Democrático, "como factor de enriquecimento da vida democrática", considerando que, "em resultado do quadro legal, técnico e financeiro a que as Autarquias foram conduzidas", se impõe reclamar uma nova política, que proporcione "as condições para um pleno desempenho das suas atribuições".

Para a concretização destes objectivos, os participantes nas jornadas "consideram imprescindível o reforço da actividade da CDU, junto dos mais variados sectores da vida local", na convicção de que esse reforço constitui um instrumento de enriquecimento da vida democrática.

Neste quadro, foi decidida a criação de uma Comissão Coordenadora Concelhia da CDU (a partir da Comissão Organizadora deste Encontro), com o objectivo de dinamizar a actividade da CDU.

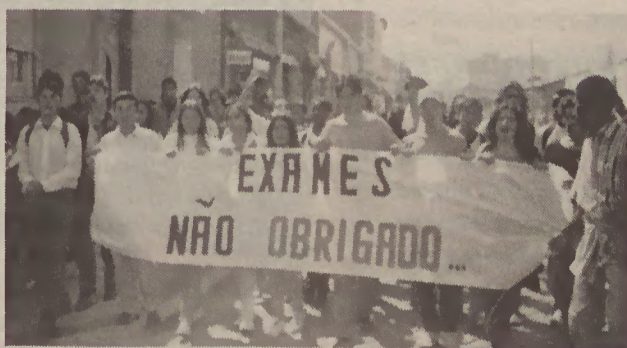
Os participantes decidiram ainda a organização de um ciclo de debates sobre - Informação e Comunicação; Educação e Ensino; Cultura; Saúde e Acção Social; Desenvolvimento Económico e Meio Ambiente; Juventude, Desporto e Movimento Associativo; Administração do Território; Situação Socioeconómica e Cultural das Freguesias Rurais; Direito ao Trabalho e Emprego; Função Social dos Transportes; Rede Viária e Acessibilidades; Regionalização.

A culminar o actual mandato CDU, deverá realizar-se uma conferência concelhia, a ter lugar no início de 1997, e que aprovará as linhas programáticas da actividade da CDU para o próximo mandato.

Local, ao não cumprir, como prometido, a Lei das Finanças Locais, o emaranhamento de legislação, avulsa e incoerente, publicada nos domínios de pessoal, gestão financeira, regime de empreitada, financiamento de obras e urbanismo, que trouxeram dificuldades acrescidas a uma gestão que se pretendia mais flexível e expedita, assumindo-se, por outro lado, as insuficiências nas relações Poder Local / População.

ção do SITE - Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento, a realização de um conjunto vasto de obras feitas em bairros e freguesias rurais, a continuação da dinamização do Parque Industrial (PITE), o apoio ao MARD / Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento.

As grandes preocupações pela actual situação social do Concelho, foram particularmente realçadas, com destaque para o caso



Estudantes contra exames

No passado dia 24 de Maio, os estudantes do concelho do Barreiro saíram à rua para mostrar o seu descontentamento face à política que tem vindo a ser desenvolvida pelo actual governo PS.

Cerca de 300 estudantes concentraram-se frente à sede concelhia do PS, pelo diálogo e contra os exames do 12º ano.

JCP Notícias



Concurso literário

No dia 7 de Maio, no Centro de Trabalho Vitória, reuniu o Júri do Concurso Literário do V Congresso da JCP, para a avaliação dos trabalhos concorrentes e nomeação dos premiados.

O Júri foi constituído por José Manuel Mendes, Mário Castrom, Mário de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues e Bruno Dias, em representação da organização.

Estiveram a concurso trabalhos originais, nas modalidades de poesia e narrativa, e a decisão consensual do Júri foi premiar os seguintes originais:

Modalidade Poesia:

1º Prémio - "Pétalas a Arder", de Vicente João, pseudónimo de António Manuel Revez

2º Prémio: "Triade", de Rita, pseudónimo de Pedro Monteiro e Silva Barroso

3º Prémio: "A Dama da Noite", de André Pinheiro, pseudónimo de André Damas de Lima Pinheiro

Modalidade Narrativa:

1º Prémio: "Os Anjos só têm Asas", de Maria Madalena, pseudónimo de Ana Margarida Botelho

2º Prémio: "Saí do Nada para construir o Tudo", de Mariana C., pseudónimo de Mariana Rodrigues Canotilho

3º Prémio: "Recordar Coisa Nenhuma", de Martim Lisboa, pseudónimo de Rui Vasco Oliveira do Carmo.

O Júri salientou a qualidade literária de muitos dos trabalhos apresentados.

Viagem a Cuba

No sorteio da viagem a Cuba, ganhou a rifa nº 4784.

JCP-Algarve

A organização da JCP do Algarve realizou, entre 13 e 24 de Maio, uma jornada de propaganda - com a distribuição de documentos e a colocação de faixas - dirigida aos estudantes do Ensino Secundário, com o objectivo de alertar e protestar contra os graves problemas vividos pelos estudantes.

A JCP denuncia a actual política do governo PS - o "meter na gaveta" da avaliação contínua; a extensão dos programas curriculares (os mais extensos da União Europeia); o calendário, extremamente pesado, das Provas Globais e Exames Nacionais.

Os jovens comunistas do Algarve exigem que seja abandonada a política de direita, "nomeadamente com a reimplantação da avaliação contínua e um investimento real no Ensino Superior Público de modo a dar resposta às necessidades dos estudantes e do país".

TRABALHADORES

Continuam os encerramentos e despedimentos

Declarações oficiais não travam a liquidação de empregos

Por entre paixões e inimigos públicos, não há membro do Governo nem destacado dirigente que se poupe nas declarações acerca da urgência da necessidade de combater o desemprego. Mas continua por cumprir a condição primeira, reivindicada há muito pelo movimento sindical: para estancar o desemprego é preciso travar os despedimentos.

Sem especial esforço de compilação, acumularam-se esta semana vários casos que põem mais uma vez em evidência que, por muito más que sejam as administrações e as políticas, continua a ser sobre os trabalhadores que recai a factura dos problemas que as empresas não conseguem resolver. Talvez um dia destes alguém descubra a outra face da moeda e esclareça, afinal, quantos patrões foram para o desemprego...

Braga

Depois de ter despedido ilegalmente os seus 400 trabalhadores, a **Fábrica de Produção de Calçado de Braga** foi autuada pela Inspeção de Trabalho, que lhe exigiu o pagamento de 45 mil escudos - denunciou a

União dos Sindicatos de Braga. «A administração vê assim premiadas as suas diversas ilegalidades e, mais uma vez, são os trabalhadores, a Segurança Social e o Estado que aguentam e pagam estas situações», comenta a USB/CGTP, recordando que aquela empresa «recebeu apoio do Estado e da autarquia para se instalar, mas agora ninguém diz nada e a CM de Braga nem responde às questões colocadas».

Na mesma nota de imprensa, divulgada dia 22, a União regista ainda a recente falência da Carvalho Araújo e da **Ferreiras e Dias**. Esta firma de Garfe encerrou, ficando a dever os salários de Março e Abril aos seus 50 trabalhadores; embora autuada pela IGT por diversas irregularidades, as suas máquinas foram «passadas» a outro empresário (ex-

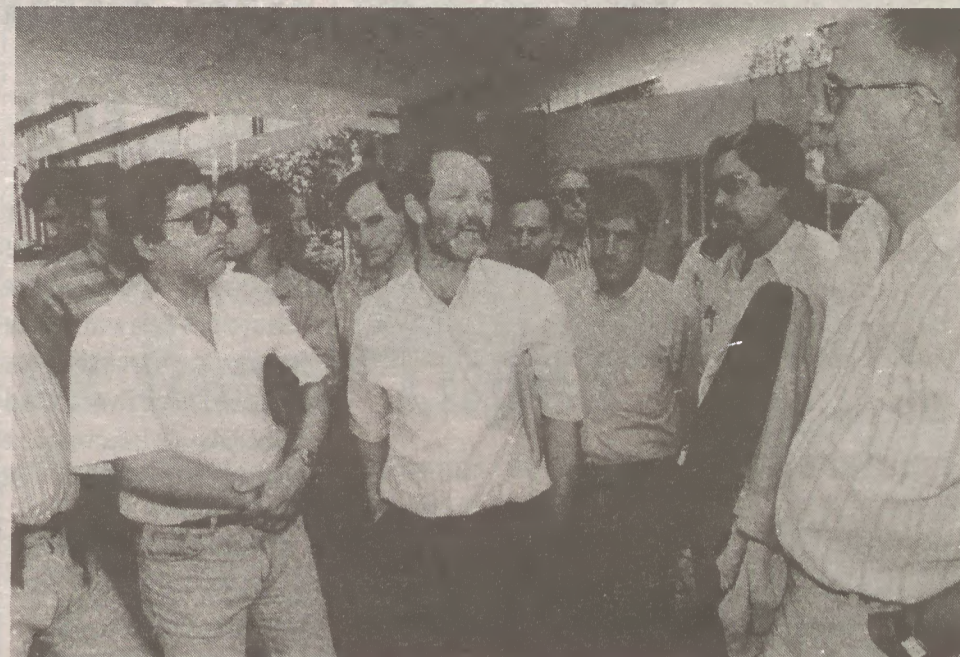
deputado socialista), que as usa no mesmo local e com 10 trabalhadores apenas; a **Ferreiras e Dias** era administrada pela família Lameiras, de Guimarães, e pertence ao grupo Penafort, que administra tranquilamente meia dúzia de empresas do género.

A USB revela também que a **Kromberg** dispensou a maioria dos contratados a termo, manifestando a sua preocupação pelos resultados das assembleias de credores das Malhas Dextra e da Novos Pioneiros.

Ferrovários

A CP tem sofrido, desde 1988, quando se iniciou o «Plano de Modernização», uma verdadeira sangria, contabilizando a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferrovários Portugueses um total de 8454 postos de trabalho liquidados até final de 1995. Unilateralmente, o conselho de gerência da CP aplicou, desde 1993, um esquema de flexibilização de horários de trabalho, que «não criou um único posto de trabalho, antes pelo contrário».

Num comunicado que divul-



Onde poderão encontrar emprego lapidadores de diamantes com 50 anos de idade, que passaram metade da vida na Dialap?

gou sexta-feira, a Comissão Executiva da federação revela que, «com isto tudo e numa altura em que se fala de muitos milhões para a CP, seria de esperar uma inversão na política de recursos humanos, nomeadamente com a criação de mais postos de trabalho», denunciando que «desde meados do presente mês, mais trabalhadores ferroviários estão a ser confrontados com propostas de rescisão do contrato de trabalho ou passagem à situação de reforma».

Lupal

Dívidas acumuladas, no valor de 300 mil contos, levaram a um processo de execução fiscal das Finanças de Vila Franca de Xira contra a empresa de mobiliário Lupal. O sócio-gerente Luís Moreira Rodrigues anunciou a 19 de Março o despedimento dos seus 60 trabalhadores, aguardando estes que em tribunal lhes seja reconhecida razão e a empresa condenada por não respeitar os direitos legais e contratuais do pessoal.

Às denúncias públicas dos trabalhadores e do sindicato da Construção Civil, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa, o patrão respondeu com tentativas de intimidação. Para impe-

dir a retirada de equipamentos e matéria-prima, única garantia de pagamento dos seus créditos, os trabalhadores mantêm-se em vigilância permanente junto à fábrica.

O sindicato alertou publicamente para o contraste entre a angústia dos trabalhadores despedidos e seus familiares (na Lupal trabalhavam mesmo famílias inteiras), por um lado, e a situação do empresário, que age como se nada tivesse acontecido e continua a gerir outros empreendimentos, nomeadamente as Lojas Rodrigues e Rodrigues.

Dialap

A administração da Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes, cujo capital é maioritariamente detido pelo Estado, deverá gastar cerca de **650 mil contos** para despedir 56 trabalhadores, com uma idade média de 51 anos e que, no geral, dedicaram à Dialap mais de 25 anos. Este resultado, confirmado em princípio na segunda-feira, foi nessa tarde denunciado publicamente à porta da empresa (cujas instalações estão, quase na totalidade, ocupadas pela Expo '98) por membros da Comissão de Trabalhadores e do sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

O despedimento - encoberto pelo subterfúgio das rescisões por mútuo acordo - foi anunciado a 13 de Maio, afirmando a administração contar com o apoio financeiro do IPE. Nessa altura foi também comunicado que, a partir do dia 14, deixava de ser fornecida matéria-prima, ficando os trabalhadores dispensados de comparecer ao serviço.

A CT (cujos membros foram todos incluídos no despedimento) e o sindicato mostram-se particularmente preocupados pelo facto de, tal como se furtou a dar quaisquer explicações para justificar esta redução de pessoal, a administração nada dizer acerca das garantias de futuro da Dialap, receando que, passado mais algum tempo, também se vejam sem emprego os 62 trabalhadores que ainda ficam ao serviço da lapidadora.

Grande preocupação suscita também o futuro dos trabalhadores que agora ficam sem emprego, quer pela idade, quer pela especificidade da profissão. Têm sido reclamadas, nomeadamente em vários contactos com o Governo, medidas de apoio social específicas. Nesta batalha se vão empenhar agora os trabalhadores que ficaram sem emprego e as suas estruturas representativas.



Trabalhadores em greve concentraram-se anteontem à porta da empresa, em Lisboa

Regisconta despede pessoal e aumenta administração

Na mesma altura em que desencadeou um processo de despedimento colectivo de 42 trabalhadores, a administração da Regisconta apresentou uma proposta para aumentar o salário de cada administrador em 1500 contos, a que acresce um cartão de crédito sem limites, e coloca anúncios para a admissão de vendedores.

Esta situação, denunciada anteontem à tarde pela comissão de trabalhadores da empresa e pelo sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, verifica-se após alguns anos de degradação da situação

financeira do grupo Regisconta. Só na Regisconta Informática, onde foi anunciado o despedimento colectivo, o passivo ultrapassava já os 3 milhões de contos, em Janeiro do ano passado.

Ao mesmo tempo que se interrogam sobre como foi possível chegar a tal situação, os representantes dos trabalhadores acusam a administração de ser a responsável pelos graves problemas da Regisconta e de optar por uma estratégia que privilegia a redução do pessoal. Novos despedimentos estão previstos também na Regindústria e na Programa.

Administração Pública vai lutar pelo Acordo

Na cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, que reuniu em Lisboa no passado dia 22, foi feito o balanço do «acordo para 1996 e compromissos de médio e longo prazo», assinado com o Governo a 24 de Janeiro.

O documento continha os valores da actualização salarial (de que a Frente Comum se demarcou à partida) e previa ainda a concretização de «19 medidas imediatas» e a abertura de negociações, em 13 mesas parcelares, sobre medidas de curto prazo.

Quatro meses passados, das «medidas imediatas» apenas uma foi aplicada (eliminação de selagem nos termos de posse) e sobre duas ainda nem foram entregues quaisquer projectos aos sindicatos

(revogação da lei dos disponíveis e regulamentação do regime de instalação). Três dos restantes projectos governamentais foram dados a conhecer aos sindicatos já durante o mês de Maio, pelo que ainda não têm parecer sindical.

Das mesas parcelares ainda não foram convocadas para iniciar os seus trabalhos; três tiveram a primeira reunião em Maio e uma foi convocada para a passada segunda-feira.

Numa nota em que critica o «incumprimento do acordo», a Frente Comum convocou para ontem uma conferência de imprensa, com o objectivo de divulgar as conclusões da cimeira e divulgar as formas de luta decididas, nomeadamente uma jornada a levar a cabo no dia 5 de Junho.

TRABALHADORES

«Trabalho com direitos para todos» é preocupação central até ao fim do século

Começa amanhã o 8.º Congresso da CGTP

Durante dois dias, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, a reunião magna da Intersindical Nacional vai analisar a actividade desenvolvida desde o 7.º Congresso (Março de 1993), definir o programa de acção para o triénio até 1999 e eleger o Conselho Nacional da CGTP.

O lema do congresso - «Trabalho com direitos para todos» - foi escolhido «porque a CGTP-IN coloca como fulcro da sua acção para o triénio 1996-1999 a efectivação do

direito ao trabalho, exercido na plenitude dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores», afirma-se logo na abertura da proposta de Programa de Acção apresentada aos dele-

gados pelo Conselho Nacional cessante e que foi objecto de discussão nas estruturas sindicais desde os primeiros dias de Abril.

Os trabalhos deverão iniciar-se às 9.30 horas de sexta-feira (prevendo-se para as 11.30 a intervenção de abertura do coordenador da *Inter*, Carvalho da Silva), terminando cerca das 19.30 de sábado.

Em nota divulgada segunda-feira à imprensa, o departa-

mento de informação da CGTP destacava alguns temas que vão estar em debate, depois de sublinhar que a «prioridade das prioridades» é «a garantia do direito ao trabalho, tendo em conta que a promoção, a segurança e a estabilidade de emprego são condições indispensáveis para assegurar o exercício dos direitos laborais, sociais e políticos dos trabalhadores»:

- o aumento dos salários, a redução dos horários de trabalho e a melhoria da protecção social e dos serviços de saúde e de higiene e segurança;

- um conjunto de propostas para «um verdadeiro desenvolvimento do País, assente na modernização do sector produtivo real e na valorização dos recursos humanos»;

- duas resoluções, sobre Segurança Social e sobre a reforma do sistema fiscal, «tendo em vista a garantia de uma maior justiça social»;

- o «rejuvenescimento do movimento sindical», encarado como «um dos grandes desafios» que, em termos

organizativos, estão colocados aos trabalhadores e sindicatos, e que «só pode emergir da base, com a sindicalização e a participação dos jovens, renovando assim o elo fundamental do movimento sindical e, a partir daí, toda a organização e acção sindical».

Para ultimar as propostas a apresentar ao congresso, reuniu anteontem o Conselho Nacional da Confederação

Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional.



Sindicato dos EFFAs filia-se na CGTP-IN

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas decidiu na semana passada filiar-se na CGTP. Por votação secreta, a proposta da direcção do STEFFAs foi aprovada com 92 por cento dos votos expressos.

Ao divulgar este resultado, o departamento de informação da *Inter* refere que a proposta de filiação na central «foi feita não por sentimento de gratidão pelo apoio que a CGTP-IN dispensou, desde a primeira hora», ao sindicato, «mas sobretudo porque ela constitui uma força que

permite fazer ouvir mais alto a voz dos trabalhadores junto da opinião pública e nas várias instâncias do poder, melhorando assim a capacidade reivindicativa com vista a alcançar os objectivos e satisfazer as aspirações de quem trabalha».

O STEFFAs foi constituído em Junho de 1983, mas só viria a ser legalmente reconhecido passados seis anos. A filiação na CGTP permite ao sindicato participar já de pleno direito no 8.º Congresso da central.

Não pode ser lei

A aprovação da proposta de lei sobre flexibilidade e polivalência «não significa o termo do processo legislativo», alerta a União dos Sindicatos de Aveiro. Numa nota de imprensa que divulgou dia 22, a USA/CGTP regista que a proposta foi aprovada, na generalidade, «perante os protestos dos trabalhadores» e «apenas com os votos favoráveis do PS e do CDS/PP».

a obrigação de reflectir sobre a gravidade da proposta que pretendem impor, sobrepondo-se à contratação colectiva livremente negociada».

A União dos Sindicatos de Aveiro decidiu solicitar audiências aos partidos políticos, grupos parlamentares, deputados eleitos pelo distrito, bispo da diocese, governador civil, JOC e LOC, «com o objectivo de manifestarmos as nossas

mente que o PS se tenha já esquecido das promessas que fez ao povo português e aos trabalhadores e que não tenha respeitado os 1652 pareceres desfavoráveis à lei, cedendo vergonhosamente às exigências mais radicais do patronato, significando tal um grave atropelo à sociedade democrática».

Perante «os gravíssimos riscos sociais, económicos, de cidadania e familiares que tal

se reclama democrático, bem como a sua total indignação, exigindo que a polivalência e a flexibilidade não sejam lei, exortando os trabalhadores do turismo a continuarem a luta contra esta pretensão do patronato e do PS».

Nova acção em Lisboa

A União dos Sindicatos de Lisboa convocou para ontem à tarde uma concentração de dirigentes sindicais no largo frente à Assembleia da República, pretendendo assim sublinhar a contestação à lei da flexibilidade e da polivalência, que hoje deverá ser votada na especialidade.

«Apesar das alterações de especialidade que lhe estão a ser introduzidas, a lei continuará, no essencial, imperativa e limitadora do direito de livre negociação colectiva, não favorecendo o emprego», afirma a USL na nota de imprensa em que anuncia a iniciativa.

«Activistas sindicais irão assistir aos debates nas galerias do povo do Parlamento e a USL/CGTP prepara-se para dar um presente simbólico a cada deputado, à sua entrada para a AR», refere a nota. O presente será uma colher de pau, com a inscrição «Não queremos ser pau para toda a colher».

Alentejo exige combate efectivo ao desemprego

Reagindo a declarações recentes de responsáveis do Governo, o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP-IN reafirmou a exigência de um plano de emergência para fazer face ao desemprego na região e renovou as propostas apresentadas em Março e a que o executivo de Guterres e Maria João Rodrigues ainda não respondeu.

«Com profunda preocupação», o Secretariado analisou no dia 22 as declarações da ministra do Emprego, na recente visita a Alentejo, onde a governante defendeu que o plano de emergência para o Alentejo, de há muito reivindicado pelo movimento sindical e pelos alentejanos e assumido como bandeira pelo PS durante a campanha eleitoral, já não se justifica - refere uma nota divulgada após a reunião da estrutura alentejana da CGTP, na qual são também citadas declarações do governador civil de Beja.

A prova mais evidente da necessidade de medidas excepcionais - realça o Secretariado - está na existência de mais de 40 mil desempregados na região e nas situações de desaparecimento de empresas e diminuição acelerada de postos de trabalho.

Às afirmações de que o combate ao desemprego pode ser eficazmente desenvolvido através dos POCs (Planos Ocupacionais), o organismo que reúne as uniões de sindicatos dos distritos de Beja, Évora e Portalegre contrapõe: «nos últimos 5 anos, os POCs tiveram custos superiores a 6 milhões de contos, e nesse período o desemprego no Alentejo aumentou 26 por cento».

Os sindicatos alentejanos reafirmam que não têm uma posição contrária às anunciadas medidas de ocupação de desempregados, mas opõem-se «frontalmente» a que os desempregados integrados nesses programas possam ser utilizados em actividades de carácter efectivo e por entidades com fins lucrativos, nomeadamente por entidades agrícolas privadas. «A suceder tal situação, que mereceu o repúdio generalizado das entidades da região que em Beja reuniram com o presidente do IIEFP, significaria que os desempregados inscritos nos Programas Ocupacionais e subsidiados pelos fundos da Segurança Social iriam prestar trabalho não remunerado para aqueles que, em muitos casos, porque mantêm as terras abandonadas, são os principais responsáveis pela existência do desemprego» - denuncia o Secretariado Inter-Regional da *Inter*.

Aljustrel

Foi convocado para ontem à tarde um plenário de mineiros aberto à população de Aljustrel, com o objectivo de «decidir o que fazer» face ao atraso do Governo, da EDM e da administração das Pirites Alentejanas na apresentação de propostas para o futuro da mina e do concelho.



A luta em defesa do direito a estabilidade de horários e profissões vai continuar (foto de arquivo)

«A proposta agora vai voltar à Comissão de Trabalho, antes de voltar ao plenário da AR para, então, deliberar sobre as alterações a introduzir e a sua rejeição ou aprovação definitiva», refere a União, sublinhando que «o Governo e a Assembleia da República têm

preocupações sobre a proposta de lei e dar a conhecer o parecer dos trabalhadores».

A votação parlamentar de 17 de Maio foi também analisada pela direcção nacional da Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal, que «lamenta profunda-

proposta de lei, a ser lei, representa para os trabalhadores» e «a manifesta vontade do PS em aceleradamente transformar a aberrante proposta em lei», a estrutura dirigente da FESHOT-CGTP expressa «profunda preocupação pela postura assumida por um partido que

INTERNACIONAL

Eleições em Israel

Bangladesh

Dois dias após uma tentativa de rebelião militar provocada pela demissão do comandante do exército do Bangladesh, general Nasin, 12 oficiais foram detidos pelas forças leais ao Governo. Entre eles encontra-se o comandante Rahman, que organizou a movimentação de tropas para a capital como apoio aos revoltosos.

Turquia I

86 intelectuais turcos começaram a ser ouvidos na semana passada pelo Tribunal de Segurança de Estado de Istambul, por delito de opinião. Fazendo parte de um conjunto de 1080 co-editores do livro «Liberdade de Pensamento», os réus declararam-se culpados ao assumir colectivamente a edição da obra, no quadro de uma «iniciativa contra o delito de opinião» que tinha como objectivo protestar contra o facto da expressão de pensamento ser considerada um crime na Turquia. No livro, que entretanto foi apreendido e retirado do mercado, figuram textos dos mais importantes escritores turcos contemporâneos e declarações de oito ex-deputados do dissolvido Partido Pró-Curdo da Democracia.

Turquia II

O governo turco "caiu" na sexta-feira com a retirada, devido a divergências profundas, do Partido da Via Justa de Tansu Ciller da coligação governamental que mantinha com o Partido da Mãe Pátria do primeiro-ministro Mesut Yilmaz. O executivo foi formado em Março e contava com um apoio parlamentar minoritário.

Itália

Durante a apresentação do programa do Governo no Senado italiano, Romano Prodi, o novo primeiro-ministro, prometeu proceder a uma profunda descentralização no sentido de um «federalismo solidário» com grandes transferências de poder administrativo para as regiões, afirmando que a Itália do futuro é «a Itália das autonomias». Segundo a Lusa, Prodi afirmou que vai ser adoptada uma política de rigor económico e que vai fazer a lira regressar ao Sistema Monetário Europeu. Referindo-se às «divergências em matéria de política económica e internacional» que a coligação de centro-esquerda e a Refundação Comunista mantêm, o novo chefe do Governo italiano sublinhou que, no entanto, ambas têm posições comuns quanto ao desemprego, salários e justiça social. A Refundação Comunista e a Liga Norte manifestaram-se já decepcionadas com o discurso de Prodi.

Os israelitas votaram ontem pela primeira vez separadamente para o Parlamento e para eleger o próximo primeiro-ministro. Os resultados ainda não eram conhecidos até ao fecho da nossa edição, mas as sondagens davam uma escassa vitória ao Partido Trabalhista de Shimon Peres. O seu principal adversário é Benjamin Netanyahu, do Likud, que durante toda a campanha eleitoral explorou o principal receio da população israelita: o medo do terrorismo.

As propostas dos dois partidos são muito semelhantes em praticamente todos os aspectos, sendo a paz e a segurança a questão fundamental. Contudo, Peres sobrepõe o Estado de Israel a «Erets Israel» (a Terra de Israel), enquanto o líder da direita tudo fará para evitar a

divisão do segundo.

Jerusalém é, para os seis partidos concorrentes, a capital indivisível de Israel. Perante o consenso geral dos israelitas e apesar do processo de paz em curso com os palestinianos, também os trabalhistas prometeram solenemente que não dividirão a

cidade. Esta é uma posição que não tem o aval da comunidade internacional.

Quanto aos colonatos, o Likud defende que «importa expandi-los nos territórios ocupados, incluindo nos enclaves judeus de Hebron», predominantemente palestiniana. O Partido Trabalhista oficialmente declarou-se contrário ao crescimento da colonização, mas na prática os colonatos aumentaram de cerca de 146 mil para mais de 150 mil desde 1992.

O estabelecimento de um Estado palestiniano independente é aceite só por um partido, o Meretz, que afirma que a sua criação «abrirá caminho a uma nova realidade - dois Estados

soberanos, separados, vivendo em paz um com o outro». Os outros partidos admitem apenas a autonomia dos palestinianos.

«A alternativa não é recuar, mas sim avançar», afirmou Shimon Peres. Na verdade, o clima de medo provocado pelos atentados islâmicos e pela possibilidade da sua repetição durante a campanha eleitoral levou a que o demagogo Netanyahu espalhasse o medo e assustasse os eleitores com a possibilidade de os trabalhistas vencerem.

Os eleitores estavam cansados (os últimos meses foram marcados pela morte de Rabin, por vários atentados suicidas e pela operação no sul do Líbano) e confusos com as propostas dos

concorrentes. Tendo decorrido com tranquilidade, a campanha encobria uma carga explosiva perigosa. Sabendo disso, tanto os trabalhistas como o Likud contararam indivíduos, quase sempre cadastrados, para proteger a integridade física dos seus activistas durante a colagem de cartazes e a distribuição de propaganda.

Yasser Arafat, o líder palestiniano, comentando a possível eleição de Netanyahu para primeiro-ministro, disse que a sua vitória «provavelmente» atrasaria as negociações sobre o estatuto final dos territórios palestinianos. No entanto, «o essencial é que o vencedor acredite na paz».

República Centro-Africana
Paz à francesa

A crise que abalou a República Centro-Africana e provocou um número ainda indeterminado de vítimas parece ter chegado ao fim, mas os problemas que lhe estiveram na origem estão longe de ter encontrado solução.

O Presidente Ange-Félix Patassé continua no poder, graças à intervenção militar da França, mas a sua credibilidade política - se é que ainda tinha alguma - desapareceu. Os soldados revoltosos, cerca de centena e meia, regressaram aos quartéis e já foram amnistiados, mas as exigências para que Patassé se demita continuam na ordem do dia, tal como continuam por resolver os enormes problemas económicos com que o país se debate.

Com pouco mais de três milhões de habitantes, uma

esperança de vida de 49 anos e uma mortalidade infantil que ultrapassa os dez por cento, a República Centro-Africana (sobre)vive com um Produto Interno Bruto de cerca de 1,2 mil milhões de dólares (uma média de 1.080 dólares por pessoa e por ano). A dívida externa do país ascende a 904 milhões de dólares, o equivalente a cerca de três quartos do PIB anual, e a inflação oficial era de 24,5 por cento em 1994, ano a partir do qual deixou de haver dados.

Com este cenário, e sendo certo que nos dois últimos anos o aumento do custo de vida foi

uma constante, fácil se torna perceber que a maioria da população vive na miséria. Sintomático que uma das exigências dos soldados revoltosos fosse o pagamento dos prês em atraso. Se a tudo isto se juntar um «sistema totalitário», nas palavras de Auguste Boukanga, presidente do Movimento para a Democracia e o Desenvolvimento (MDD); um Presidente corrupto e uma elite política exploradora e sem escrúpulos; as soluções draconianas impostas pelo Fundo Monetário Internacional e a desvalorização em 50 por cento do franco CFA, a moeda da África francófona, em 1994, estão reunidas as condições para que a revolta, agora debelada pelos franceses, volte a eclodir a qualquer momento.

A intervenção da França, ex-potência colonial, alegada-



Em Bangui, a vida volta à «normalidade» sob a vigilância das tropas francesas

mente em socorro dos estrangeiros mas de facto servindo de apoio ao regime de Patassé, é explicável à luz do interesse geoestratégico do país, tido como essencial para a presença francesa em África, só que nem por isso mais legítima. As manifestações antifrancesas registadas a semana passada

em Bangui, capital do país, e que se saldaram por mais um banho de sangue, foram elucidativas. A paz podre imposta pela Legião Estrangeira de Jacques Chirac não convence ninguém e o espectro de novas lutas, a que não falta sequer o germe das divisões étnicas, paira no ar.

Conselho
da Paz

Uma delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), constituída pelo respectivo presidente da Direcção Nacional, Cunha Serra, e por Helena Rato e António Pedro Carvalho, membros da Direcção, foi recebida segunda-feira na Presidência da República, onde entregou um dossier informativo sobre a recente Assembleia da Paz. Para além da entrega de documentação, que incluiu o Plano de Actividades para o ano em curso, a delegação do CPPC informou ainda a Presidência sobre as actividades que está a desenvolver, em particular as iniciativas em torno do seu XX aniversário e a Campanha de Solidariedade com as Crianças Angolanas.

O Presidente da República foi convidado a participar na sessão comemorativa do XX aniversário do CPPC, prevista para Setembro.

Partidos Comunistas do Sul da UE
criticam PAC
e propõem uma política alternativa

Organizado pelo Partido da Refundação Comunista e pelo Grupo de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, realizou-se em Nápoles, no passado fim-de-semana, um Encontro dos Partidos Comunistas e outras forças democráticas dos países da orla mediterrânica da União Europeia para debate da Política Agrícola Comum e definição de uma política alternativa para a agricultura mediterrânica.

No Encontro, para além do Partido Comunista Português, estiveram também presentes representantes e responsáveis nacionais de agricultura do Partido da Refundação Comunista de Itália, do Partido Comunista Francês, da Esquerda Unida de Espanha, do Partido Comunista Grego, da Coli-

gação da Esquerda e do Progresso da Grécia e ainda, a título de convidado, o responsável nacional da Política Agrícola do PDS da Itália.

Considerado um frutuoso primeiro passo para a cooperação e o acerto de posições em matéria de política agrícola entre partidos e forças que participam no

Grupo de Esquerda Unitária Europeia, o Encontro foi norteador por uma alargada convergência de posições, não só na crítica à actual PAC, como nos princípios que devem estruturar uma política alternativa para o Mediterrâneo.

A ideia de que a actual PAC discrimina as agriculturas do Sul da Europa e, em particular, os pequenos agricultores e as explorações familiares, e que a reforma da PAC agravou e acelerou a concentração de apoios num número reduzido de grandes explorações e favorece sobretudo as transnacionais do comércio agro-alimentar, estiveram presentes em todas as intervenções. Igualmente convergen-

te foi a ideia da necessidade de uma política que reconheça o direito a produzir e reconheça a especificidade e a diversidade regional das agriculturas europeias, que estabeleça limites às ajudas a um número máximo de hectares por exploração e às próprias explorações, em função da sua dimensão, que privilegie as explorações dos pequenos agricultores, e que penalize as agriculturas hiperintensivas geradoras de excedentes no quadro de uma agricultura de qualidade, compatível com o meio ambiente e os direitos do consumidor, tal como, aliás, propôs no Encontro, o PCP, representado pelo camarada Lino de Carvalho.

INTERNACIONAL

Eleições em metade da ilha Comunistas aumentam votação em Chipre

O Partido Comunista (AKEL) alcançou 33 por cento dos votos e 19 mandatos (o segundo mais votado) nas eleições legislativas realizadas no domingo na República do Chipre, a parte grega daquela ilha mediterrânica. Aumentou, assim, a sua votação de 30 para 33 por cento. A União Democrática do presidente Glafcos Cléridès venceu as eleições, mantendo os seus 20 lugares no parlamento com 34 por cento.

Durante a campanha eleitoral, os principais temas abordados prenderam-se com a eventual adesão de Chipre à União Europeia no ano 2000 e as possibilidades da reunificação da ilha, dividida nos sectores grego e turco desde 1974, data da invasão da parte norte pelo exército da Turquia. O governo cipriota grego, que controla a

zona sul de Chipre, é o único reconhecido pela comunidade internacional.

A integração na UE é encarada como um meio de possibilitar a reunificação da ilha. Contudo, os turcos são de outra opinião: «Se a UE abrir as portas aos cipriotas gregos, os cipriotas turcos optarão pela integração na Turquia», ameaçou em



A parte sul da ilha de Chipre, controlada pelos cipriotas gregos, foi a votos no domingo

1994 o presidente da República Turca do Norte do Chipre, reconhecida apenas por Ancara com o beneplácito dos Estados Unidos.

Como adiantou o comissário europeu responsável pelas relações com a Europa de Leste e os Balcãs, a parte sul de Chipre pode entrar sem o norte. Esta será uma solução «possível», mas não a «preferível».

O processo deve começar seis meses depois da conclusão da conferência sobre a revisão do Tratado de Maastricht. As pressões da Grécia não vão ces-

sar, tendo já o governo grego ameaçado desencadear uma «crise sem precedentes» na UE se o processo não for para a frente, bloqueando nomeadamente a adesão de Malta, que decorrerá na mesma altura de Chipre.

Ao contrário do que acontece com a maioria dos Quinze, este país não terá dificuldades em cumprir os critérios de convergência para a União Económica e Monetária, no que diz respeito à inflação, défice público, taxa de juro e dívida pública.

Depois da França e da Itália,

o Chipre tem o nível de vida mais elevado no Mediterrâneo e o seu rendimento *per capita* no ano passado foi de 15 470 dólares, o dobro do da Grécia e muito superior aos de Espanha e Portugal.

O AKEL concorda com a adesão à UE desde que as negociações tenham como fim a «reunificação da ilha, assegurando o respeito pelos direitos humanos e garantindo a independência e a soberania do país». Uma das condições apontadas é a «desmilitarização total».

Saudações do PCP

O secretariado do Comité Central do PCP enviou na terça-feira uma saudação ao Comité Central do AKEL, pelos seus resultados eleitorais, que reproduzimos em seguida.

Queridos camaradas,

Transmitimo-vos as calorosas felicitações pelos resultados alcançados pelo vosso partido nas eleições legislativas. Eles confirmam o AKEL como grande força política, indispensável e insubstituível para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo cipriota e a solução dos complexos problemas do vosso país, em particular os que resultam da ocupação pela Turquia de parte do território nacional.

Confirmando-vos a solidariedade dos comunistas portugueses, enviamo-vos, queridos camaradas, as nossas fraternas saudações.

Eleições «não equitativas» na Albânia

Depois de afastar das listas e enviar para a prisão os seus principais adversários, o presidente Sali Berisha venceu oficialmente as eleições legislativas albanesas, sob a contestação da oposição, que se retirou algumas horas antes do encerramento das assembleias de voto.

«A comissão central de eleições comprometeu séria e deliberadamente as eleições. Não reconhecemos os resultados, retiramos os nossos candidatos, os representantes na comissão eleitoral e os observadores», lê-se num comunicado assinado

por quatro partidos da oposição, entre os quais se encontra o Partido Socialista, dos ex-comunistas. Segundo a agência Lusa, estas forças políticas responsabilizaram o governo e o presidente Berisha pelo «clima de terror, de pressões psicológicas

e de violência física» em que decorreu o acto eleitoral de domingo, solicitando a anulação das eleições e a organização de um novo escrutínio «em condições democráticas». Mais tarde, o Partido dos Direitos do Homem, que representa a minoria grega na Albânia, juntou-se às outras formações.

Os 400 observadores estrangeiros parecem divididos sobre a validade do escrutínio. Um membro da delegação da Organização para a Segurança e Co-

operação da Europa afirmou que viu uma assessora «encher urnas» com boletins de voto. Um observador do Parlamento Europeu, Jean-François Vallin, declarou no domingo que ele e os seus doze colegas consideravam as eleições «não equitativas».

Durante a campanha eleitoral, a Comissão Nacional de Eleições, nomeada por Berisha, anunciou que não estariam presentes representantes dos partidos na operação de contagem dos votos. O presidente decidiu posteriormente que os representantes partidários e da Comissão não necessitam acompanhar as urnas até aos locais da contagem, tendo a tarefa sido responsabilidade da polícia.

Para a oposição, o presidente Sali Berisha pretende transformar a Albânia num país de partido único. Para isso não se esquivou a violar as regras democráticas e a Constituição. Exemplo disso é a «lei do genocídio» que impede os comunistas de exercerem cargos públicos até ao ano 2002.

Além de afastar da corrida eleitoral os principais dirigentes socialistas, Berisha enviou para a prisão outros tantos, como é o caso de Fatos Nano, o presidente do PS. Condenado a 11 anos de prisão, Nano é acusado de cumplicidade no desaparecimento de parte da ajuda finan-

ceira entregue pela Itália ao Governo de Ancara, em 1991. Segundo os socialistas e as organizações internacionais de defesa dos direitos humanos que pedem a sua libertação, Nano foi condenado apenas por ser um ex-comunista.

Outra das recentes medidas do governo foi a aprovação de uma nova lei eleitoral, que favorece claramente o Partido Democrático (no poder) e penaliza os pequenos partidos. Segundo a nova lei, 115 deputados serão eleitos através do sistema uninominal maioritário e os restantes 25 são escolhidos através do método proporcional.

A primeira figura do Partido Democrático na campanha eleitoral foi precisamente o presidente Berisha. Nunca explicando qual o programa de governo do seu partido, afirmou que é necessário prosseguir as reformas económicas por ele introduzidas e prometeu a redução de impostos, o aumento dos salários e a criação de subsídios aos agricultores.

O Partido Socialista tem um programa eleitoral semelhante, defendendo ainda a adesão da Albânia às instituições europeias e um reagrupamento das terras, com o objectivo de o país abandonar a agricultura de subsistência, tendo em vista a produção em larga escala.

Cessar-fogo na Tchetchénia

Um acordo de cessar-fogo entre os independentistas tchetchenos e a Rússia foi assinado no Kremlin, na segunda-feira passada.

O documento, subscrito pelo primeiro-ministro russo, Viktor Tchernomyrdin, e o líder independentista, Zelimkhan Iandarbiev, prevê ainda a troca de prisioneiros entre as duas partes.

O governo russo não adiantou qualquer data para a retirada das suas tropas da república caucasiana, nem se referiu ao referendo sobre a independência da Tchetchénia, reivindicado pelos independentistas.

O futuro estatuto da república não foi tratado neste encontro, mas para Bóris Ieltsin faz parte integrante da Rússia «una e indivisível». Para o comandante das forças tchetchenas, Aslan Maskhadov, o domínio futuro da Rússia seria inaceitável.

O encontro correu o risco de ser adiado à

última hora, por um lado, devido às acções militares russas na Tchetchénia, e por outro, devido à presença de Doku Zavgaliev, chefe do governo pró-russo daquela república, nas negociações.

As conversações acabaram por se realizar, pondo fim, pelo menos no papel, a 17 meses de guerra que provocou 40 mil mortos, na sua maioria civis.

Ieltsin sempre se havia recusado negociar directamente com o dirigente do movimento tchetcheno.

A aproximação das eleições presidenciais e a insatisfação popular que poderá dar a vitória aos comunistas no próximo dia 16 de Junho fez com que o presidente russo recuasse na sua posição.

As negociações prosseguirão a nível de peritos para a elaboração de medidas concretas na solução pacífica do conflito.

Quebeque

O parlamento provincial do Quebeque aprovou no dia 22 uma resolução sem efeito prático a favor da autodeterminação e do direito à independência daquela província canadiana. O documento, aprovado por uma vasta margem de votos, foi apresentado pelo Partido Quebequês, actualmente no poder e que defende a autonomia. A resolução surge como resposta à recente decisão do governo federal canadiano de apoiar um processo judicial destinado a proibir legalmente uma eventual declaração unilateral de independência por parte do Quebeque.

Afeganistão

O presidente do Afeganistão, Rabbani, e o líder integralista Hekmatyar assinaram na sexta-feira um acordo de paz que prevê a formação de um Governo conjunto. O acordo entre as duas partes, que desde a queda do regime comunista, em 1992, têm disputado o poder, prevê nomeadamente a cooperação entre ambos tendo em vista a formação de um governo provisório e a longo prazo um governo eleito e o estabelecimento de um exército nacional islâmico.

Brasil

90 por cento dos índios brasileiros yanomanis estão sob a ameaça de ficarem cegos devido a uma epidemia de oncoroceros. A sua propagação e a falta de recursos para administrar o tratamento, que se prolonga por 12 anos, causou já alarme entre as autoridades sanitárias.

Espanha

Enrique Rodriguez Galindo, general da Guarda Civil espanhola, foi demitido do seu cargo de conselheiro do Ministério do Interior, 24 horas depois de ter sido preso sob suspeita de envolvimento no caso GAL, a chamada «guerra suja» contra a ETA. Galindo foi acusado de detenção ilegal, tortura e assassinio de dois separatistas bascos em 1993.

Birmânia

A Liga Nacional para a Democracia anunciou que vai efectuar um conjunto de reuniões públicas, desafiando a Junta Militar no poder na Birmânia. O anúncio foi feito no domingo durante as comemorações do sexto aniversário da vitória da Liga nas eleições de 1990, anuladas pelo regime militar. Nos dias anteriores, o governo procedeu à detenção de 275 membros daquele partido.

Texto de
Margarida Folque

Fotos de
Sérgio Morais

Encontro de Quadros sobre Associativismo

Actualizar análise responder a nova

Com cerca de 200 participantes, um terço dos quais amigos do Partido, realizou-se no passado domingo, na Voz do Operário, o Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre o Movimento Associativo. Ao longo de todo o dia, destacados activistas do movimento associativo trouxeram ao Encontro as suas experiências, os problemas com que se confrontam na sua actividade diária e as medidas que preconizam para os resolver.

Na mesa que presidiu ao encontro encontravam-se os camaradas que integram o Grupo de Estudos junto do Comité Central para os Problemas do Movimento Associativo Popular, Manuel Valente, António Foito, Carlos Luz, Vítor Agostinho, Alfredo Flores, Carlos Rabaçal e, ainda, Luís Sá, da Comissão Política do Comité Central.

Depois da «chegada do Porto», que o trânsito daquele domingo enso-larado fez atrasar, os trabalhos iniciaram-se com uma pequena intervenção de Carlos Rabaçal enquadrando os temas que, divididos por três painéis, iriam estar em debate.

Referindo o simbolismo de que aquele encontro se revestia, ao realizar-se precisamente numa colectividade que sendo centenária sempre tinha acompanhado os tempos, renovando-se e actualizando-se, Carlos Rabaçal salientou o principal objectivo que havia presidido à realização do encontro: actualizar a análise dos comunistas sobre a situação

do movimento associativo para que o PCP, o único partido até agora com iniciativas legislativas nesta área, possa trabalhar com mais consciência e maior conhecimento.

Lembrando que 48 anos de fascismo impediram em Portugal uma normal vida associativa, Carlos Rabaçal valorizou os saltos qualitativo e quantitativo que se deram nos dois anos que se seguiram ao 25 de Abril, levando a que o número de associações nestes 22 anos mais que triplicasse. A falta de apoio ao movimento associativo por parte dos governos de direita nos 20 anos que se seguiram levou, todavia, a uma posterior estagnação do movimento e ao levantamento de dificuldades às várias associações, que se mantêm vivas e actuantes mercê da determinação e empenhamento de milhares de voluntários que nelas trabalham e que constituem a riqueza maior do associativismo.

Hoje, com o Governo PS, assiste-se a uma abertura ao diálogo que

Luís Sá no Encontro de Quadros

Profundo humanismo caracteriza intervenção dos comunistas



Na sua intervenção de encerramento, Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central, para além de abordar alguns aspectos da situação política nacional, debruçou-se designadamente sobre a importância do movimento associativo popular, o que ele significa para as diversas forças políticas e a atenção que o PCP dá ao importante papel «desta escola de vida colectiva», como o documento-base lhe chamou.

Disse Luís Sá que uma das características da política dos outros partidos, designadamente dos partidos de direita, é a sua grande preocupação mediática e a procura em satisfazer grandes interesses, mesmo que recorrendo muitas vezes ao manobristismo e à intriga.

A intervenção dos comunistas nas colectividades, pelo contrário, é caracterizada - disse - por um profundo humanismo e respeito pelo que a política tem de mais digno. O apoio que os comunistas dão ao movimento associativo é no sentido de concretizar direitos fundamentais das populações como o direito à cultura, ao desporto, à qualidade dos tempos livres, além de outras componentes, como a generosidade e a solidariedade expressas na intervenção em estruturas como os Bombeiros Voluntários ou as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

É, pois significativo que um Partido com os valores como os que o PCP possui promova este encontro nacional e decida procurar dar mais atenção a esta frente de trabalho, afirmou Luís Sá.

É evidente, por outro lado - continuou - que por detrás do Associa-

tivismo Popular está a recusa do projecto que os poderes dominantes forjaram para as populações e que é o de explorar nas empresas os trabalhadores - os que ainda estão empregados -, em condições de cada vez maiores poderes do patronato, como se pode ver agora com a aprovação da lei da flexibilidade e da polivalência, e depois fazê-los «pasmar» frente ao ecrã da televisão onde os vários canais televisivos, numa disputa de audiências muito pouco edificante, oferecem aos telespectadores programas de qualidade cada vez menor.

Pelo contrário - prosseguiu Luís Sá -, as colectividades e outras associações populares são muitas vezes um instrumento de recusa desse projecto e, prolongando as lutas que se travam nas empresas, apelam à ocupação sã e solidária dos tempos livres dos trabalhadores, de forma a valorizar a pessoa humana através da cultura ou do desporto popular.

As Associações voltam-se muitas vezes para o poder local democrático - disse - mas o apoio que lhes deve ser dado deveria caber ao poder no seu conjunto, sem propósito de manipulação política das massas populares, antes tendo como objectivo concretizar os direitos que assistem a todos os cidadãos.

Daqui decorre que um projecto político democrático alternativo - como é o projecto do PCP - não pode deixar de ter como uma das suas componentes a confiança das massas populares e em consequência o apoio ao associativismo popular, disse Luís Sá a terminar.

Movimento Associativo quer nova legislação

Considerado por todos como um instrumento muito útil de trabalho, o documento preparatório do Encontro de Quadros de domingo passado resulta de um trabalho do apuramento que ao longo do tempo foi sendo feito junto dos activistas do movimento associativo. Previamente distribuído e discutido nas várias organizações

o documento acabou por contemplar todas as propostas de alteração que lhe foram apresentadas - cerca de 40 -, três das quais introduzindo pontos novos que apenas haviam sido nele ligeiramente abordados.

Aperfeiçoado e enriquecido com estas alterações, o documento será editado em forma de brochura e enviado a todas as organizações do Partido, devendo servir de base à discussão que sobre esta

temática será feita com vista à realização do XV Congresso do PCP.

Tratando-se de um documento que analisa a evolução e desenvolvimento do movimento associativo nas últimas décadas, nele se equacionam também as dificuldades que este movimento enfrenta e se aborda, concretamente, a legislação necessária para resolver os problemas que se colocam com mais premência ao movimento associativo. Tem ela que ver com a necessidade de as associações passarem a ser assumidas pelo poder central como corpos intermédios da sociedade imprescindíveis na sua função de satisfazer direitos básicos das populações, como o direito à cultura, ao desporto e a uma melhor qualidade dos seus tempos livres, e ainda de prestação de serviços sociais a que o Estado não afinal não dá a resposta necessária.

Clarificar os mecanismos de apoio da administração central ao movimento associativo, assegurar ao movimento associativo benefícios que lhes facilitem a prossecução dos seus fins, designadamente ao nível da isenção de uma carga fiscal que não se coaduna com esses mesmos fins, assegurar aos dirigentes associativos condições para o exercício da sua actividade, criação de um Instituto do Associativismo, são alguns dos propósitos que presidem às iniciativas legislativas que o Grupo Parlamentar do PCP se propõe tomar, de entre as quais se destaca o ante-projecto de Lei Quadro de Apoio ao Associativismo e o projecto de lei sobre o Estatuto Social do Dirigente Associativo.



Aspecto da mesa que presidiu aos trabalhos do Encontro



s exigências

não se traduz, contudo, em qualquer medida, uma que seja, que aponte para o desenvolvimento do movimento associativo, diz Rabaçal, que considera que o encontro deve, pois, interrogar-se também sobre a postura, que novas propostas, que novas políticas devem ser empreendidas para fazer face à situação.

Afirmando que são hoje muito maiores as exigências que se colocam ao movimento associativo, Carlos Rabaçal destaca a necessidade de nova legislação que altere o sistema de fiscalidade das associações, acabando com as soluções avulsas que perpetuam uma situação que é já insustentável.

O associativismo em Portugal

Lançado que estava o debate, o resto do dia foi ocupado com uma profunda discussão abordando os temas dos painéis previstos - «Por um país mais associativo», «o Movimento associativo face aos poderes instituídos» e «A acção dos comunistas no Movimento Associativo Popular», introduzidos respectivamente por José Maria Silva, Carlos Luz e Vítor Agostinho.

É Portugal um país associativo, ou revela atrasos em relação aos restantes países europeus; como salvaguardar a autonomia do movimento associativo face à apetência que os poderes central e regional manifestam em relação ao movimento associativo, no sentido de o influenciar e instrumentalizar; que resposta para os principais problemas criados pela falta de apoio dos poderes instituídos; que enquadramento legal deve ser feito para obviar às dificuldades financeiras; como estruturar o movimento associativo de forma a coordenar a sua acção; como participar na formulação das leis orgânicas dos vários serviços; que papel cabe ao PCP nessa tarefa, foram questões que mereceram a atenção do encontro.

Nas mais de 30 e diversificadas intervenções que se verificaram, eram três, contudo, as tónicas dominantes. Uma insistia na explicitação das diferenças entre associações e empresas e na necessidade de diferente legislação para as regulamentar; outra ia no sentido de se pôr fim a uma situação inaceitável que é a de as colectividades andarem permanentemente «de chapéu na mão a mendigar junto do poder político»; outra, ainda, apontava a grande proliferação e diversidade de associações existentes que, indo do teatro, a actividades cívicas, aos patins ou a skates, traduz a apetência particularmente dos jovens para o convívio e obriga a um debate interno no sentido de se analisar qual o acolhimento que se está a dar, nas colectividades, aos jovens.

Preparar o XV Congresso do PCP

Enfim... um encontro que soube a pouco e que deixou muita coisa ainda por discutir. A realização de encontros idênticos a este mas com maior regularidade e de encontros parcelares sobre as várias vertentes do movimento associativo - Bombeiros, IPSS, Bandas, Teatro, Cineclubismo, Campismo e Caravanismo, entre outros - foi o desejo expresso unanimemente pelos participantes.

Por unanimidade e aclamação foi também aprovado o documento que serviu de base à discussão havida e que foi enriquecido com cerca de 40 propostas de alteração, três das quais se traduziram pela introdução no documento de questões que não haviam sido contempladas com profundidade e que dizem nomeadamente respeito à Regionalização, ao Movimento associativo no quadro da União Europeia e a uma nova política fiscal para as associações não lucrativas.

Já no fim dos trabalhos e em jeito de conclusões, Carlos Rabaçal, reafirmando as teses fundamentais do documento sobre o movimento associativo, recomendou uma maior atenção do Partido nesta área, apelou ao prosseguimento do debate a nível das Direcções das Organizações Regionais e apontou algumas medidas orgânicas necessárias com vista à preparação do próximo Congresso do Partido.

Luis Sá encerrou o encontro com uma intervenção que abordou algumas questões relativas ao movimento associativo e fez o ponto da situação política.



Prosseguir o debate foi uma das conclusões dos participantes



PCP Força indispensável

A estruturação do movimento associativo foi uma das questões que o Encontro discutiu como fundamental para a coordenação da acção das associações populares, para o bom desempenho das funções que lhes cabem e para uma adequada resposta às crescentes exigências que lhes são colocadas.

Ao PCP, contudo, como partido estreitamente ligado às massas populares, compete-lhe contribuir para elevar o nível e a capacidade de intervenção do movimento associativo.

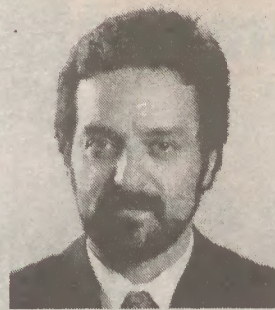
Sendo claro para os comunistas que o trabalho partidário nesta área «toca» horizontalmente outras áreas de actividade do PCP - cultura, desporto, ensino, questões sociais, autarquias, juventude, etc. - é necessário que as organizações do Partido se debruçam sobre as estruturas orgânicas que em cada região devem ser criadas de forma a que o PCP acompanhe e intervenha nesta importante realidade social.

Prosseguir o debate ao nível das Direcções das Organizações Regionais; destacar quadros responsáveis por esta frente de trabalho nos organismos dirigentes concelhios ou de freguesia; criar colectivos que acompanhem e discutam as várias vertentes do movimento associativo foram algumas das medidas que o Encontro Nacional de Quadros sobre o Movimento Associativo viu como prioritárias para o desenvolvimento do trabalho partidário nesta área.

De entre as muitas sugestões de trabalho ainda apontadas no encontro, destacamos as seguintes: levantamento da situação do Movimento Associativo; recenseamento dos membros do Partido em corpos gerentes ou com outras funções de responsabilidade nas Associações; realização de reuniões específicas dentro do associativismo e criação de estruturas de articulação, cooperação e troca de informação entre os vários camaradas.



Em defesa de outra política



Luís Sá
Membro
da Comissão Política

A POLÍTICA pode ser uma actividade humanista, dignificante da espécie humana, orientada para a intervenção generosa e solidária em defesa da liberdade, da democracia política, económica, social e cultural, orientada para a luta por mais direitos, justiça e bem-estar. Mas pode ser também manobristo, intriga e até, no limite, perseguição e discriminações.

Em artigo recente, intitulado «*Em defesa da Política*», publicado no Expresso de 25 de Maio, Marcelo Rebelo de Sousa resolveu proceder, como o título parecia indicar, a uma «defesa da política», mas que, no essencial, é identificada com os limites e os temas da sua política. Rejeita a imagem de manobristo, reivindica para si a «vitória» que foi a cedência do PS na questão do referendo nacional e a discussão que estaria a verificar-se sobre a regionalização.

Significativamente, porém, o artigo revela que a «política» que MRS defende não inclui questões como a revisão do Tratado de União Europeia, ou a flexibilidade dos horários de trabalho e a polivalência de trabalhadores, ou os problemas sociais que se acumulam. Compreende-se: são questões centrais em que a convergência do PS e PSD são totais. Também a aplicação dos critérios de convergência previstos no Tratado de Maastricht e as suas consequências na estagnação económica e no volume de emprego são temas inconvenientes, porque o PS e PSD pensam da mesma maneira.

Naturalmente que cabe ao PCP e à oposição de esquerda tentar introduzir estes e outros temas na agenda política. MRS pode escrever «*Em Defesa da Política*», mas é evidente que os temas centrais que escolhe decorrem dessa convergência profunda com as políticas essenciais do PS. E é também evidente que este facto se projecta nos próprios temas e prioridades de boa parte da comunicação social, que se desinteressa sistematicamente por certos temas, com destaque para os que dizem respeito ao mundo do trabalho.

Mesmo em relação ao tema que para ele parece ser no momento o campo da política por excelência, importa interrogarmo-nos sobre o desenvolvimento do processo. Por exemplo, para quem exalta os debates televisivos verificados, importa perguntar quantos foram, com que igualdade de oportunidades, com que esclarecimento sobre os verdadeiros problemas.

Terrorismo desinformativo

Importa também perguntar se a questão do «referendo nacional» não deixou em segundo plano a regionalização e se o tratamento desta não foi, em geral, um caso exemplar de terrorismo desinformativo. Ameaçaram o País, por exemplo, com a perspectiva de uma terrível Bósnia. Confundiram regiões-autarquia, com intervenção meramente administrativa, com regiões de afirmação de nacionalidades, com a Catalunha ou o País Basco, que é verdade que o «federalismo comunitário» quer instrumentalizar.

Afirmaram que Portugal seria um país pequeno, omitindo que as regiões portuguesas teriam áreas e população média semelhante a países como a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Holanda.

Inventaram custos enormes, omitindo que não haveria membros eleitos nas assembleias regionais, que as regiões devem funcionar com o património e serviços das CCR's e outros serviços periféricos da Administração Central.

Alegaram riscos para a unidade nacional que resultariam da regionalização, sem reconhecer que estes riscos são absurdos face à inexistência de diferenças nacionais ou étnicas, ocultando que mesmo em países onde estas existiam, o regionalismo isolou o separatismo.

Garantiram que não haveria tradições de estruturas intermédias entre municípios e Poder Central em Portugal, ocultando que estas existem e têm tradições; só que os órgãos foram eleitos em períodos democráticos e liberais e foram nomeados pelo Governo Central em períodos de ditadura fascista ou autoritarismo - o mesmo, de resto, que sucedeu com os municípios.

Inventaram um falso dilema entre afirmar as regiões como parte do Poder Local e fortalecer os municípios, como se não fosse possível e necessário simultaneamente actuar num e

noutro sentido. Descobriram que os municípios é que eram importantes e que estariam ameaçados pelas regiões, quando nunca os defenderam antes. De resto, a Constituição impede a transferência de poderes dos municípios para as regiões. Omitem também que os municípios querem praticamente todos as regiões eleitas, exactamente para defenderem a autonomia municipal.

Acusaram quem quer cumprir a Constituição de pretender retalhar o País de forma centralizada, omitindo que os mecanismos previstos conduziriam sim a unir os municípios de baixo para cima e a organizar a Administração, garantindo a participação popular na definição de áreas regionais e dos serviços dos ministérios e pondo termo a uma situação que retalhou anarquicamente o País em 80 divisões «regionais» diferentes, que criam dificuldades aos cidadãos e dificultam a coordenação dos serviços periféricos.

A política do PSD e da direita visa esconder, igualmente, que existe já um poder regional, que chega a administrar, através das CCR's, 43 milhões de contos previstos do Orçamento de Estado, além de estas administrarem muitos outros milhões provindos dos fundos comunitários, sem contar com muitas outras verbas administradas por outros órgãos da Administração periférica do Estado, como Governadores Cívicos e muitas outras.

O refúgio das piruetas

A defesa do referendo nacional por parte da direita tem, neste contexto, vários objectivos simultâneos. Por um lado, procura-se fazer depender a aplicação de normas constitucionais de actos de vocação plebiscitária, abrindo um precedente a que se sucede a contestação da permanência dessas próprias normas na Constituição. Assim, na reunião da Comissão Eventual de Revisão Constitucional (CERC) de 24 de Maio, o PP já exigiu a eliminação da lei fundamental das normas sobre a regionalização no caso do eventual referendo nacional sobre as regiões se pronunciar em sentido negativo; recorde-se a campanha do general Soares Carneiro de 1980 em torno de uma «revisão constitucional» através de plebiscito e entender-se-à a importância desta questão. É claro que o PS afirma que as regiões continuarão na Constituição e que se o voto em referendo for negativo, haverá tantos referendos quantos os necessários até a votação ser favorável. Mas, para além do problema ser politicamente questionável, sempre se pode perguntar: se o PS agora declarou que nunca cederia em matéria de referendo nacional e pouco tempo durou a sua «firmeza», o que levaria a crer que não se verificaria o mesmo no futuro, com novas e rápidas coincidências com a direita?

O PSD tem procurado, na campanha sobre o referendo nacional, por outro lado, o refúgio para as suas piruetas em matéria de regionalização: a favor na Assembleia Constituinte, a favor no tempo da AD e do debate público do Livro Branco da Regionalização (treze dias apenas, recordam-se?); a favor nas campanhas eleitorais de 1985, 1987, 1991 e na votação da Lei Quadro das Regiões (lei nº 56/91); contra (sem defender referendo) a partir de 1994.

As propostas do PSD sobre a revisão constitucional revelam, porém, o que verdadeiramente lhe vai na alma ao propor que a criação das regiões deixasse de ser obrigatória, para ser uma mera possibilidade; por outro lado, no referendo nacional as abstenções seriam contadas como votos negativos: isto é, quando Salazar plebiscitou a «Constituição» de 1933, as abstenções eram votos positivos para se proclamar a sua pretensa legitimidade; agora, como o PSD pretende que não haja regiões, as abstenções seriam contadas, na prática, como votos negativos. Com efeito, o PSD exige no seu projecto de revisão que o referendo nacional seja aprovado pela maioria dos eleitores recenseados e não dos votantes...

PS alimenta folhetim

O que é aberrante em tudo isto, porém, é que o PS alimente este folhetim. Ou talvez não seja: centrar a vida política nesta

Os confrontos verbais do PSD e PS não escondem convergências acentuadas

matéria convém-lhe. Desvia as atenções das incapacidades governativas, dos problemas económicos e sociais e das suas coincidências com a direita.

Ao fazê-lo, porém, o PS pode julgar que presta um serviço de curto prazo ao seu Governo, mas presta um mau serviço à democracia. Na verdade, o referendo nacional, que admitiu, corresponde à adopção de vários procedimentos democraticamente prejudiciais:

- mostra que o «crime compensa», cedendo à direita depois de proclamar durante semanas que nunca o faria;

- admite que a aplicação prática de normas constitucionais possam eventualmente ficar indefinidamente congelada em todo o País em função de um acto, que constitui um precedente, de admitir a possibilidade de novas pressões futuras noutras direcções;

- abre caminho para a possibilidade de um conflito entre a legitimidade da Assembleia da República, que aprovará a Lei de Criação das Regiões, e o eventual resultado de um referendo nacional;

- cria a possibilidade de um conflito entre a vontade de instituir as regiões, que pode ser forte em algumas delas, e o eventual voto negativo a nível nacional (que pode ser determinado, por exemplo, pelas regiões autónomas ou por questões que podem não ter que ver com o problema de haver ou não regiões, mas sim com áreas de uma ou outra, opinião sobre atribuições ou outras questões);

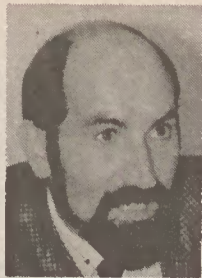
- abre campo para uma campanha em torno da proposta do PSD de, através da revisão constitucional, admitir o voto dos emigrantes em todos os referendos (ao contrário do que acontece actualmente), apesar de saber - ou exactamente por saber - que grande parte das comunidades de emigrantes não existe qualquer possibilidade de assegurar a igualdade de oportunidades.

Os confrontos verbais do PSD e PS não escondem convergências acentuadas. Onde assim não é, o complexo constituído pela acção convergente do grande poder económico e pela grande comunicação social e leaders de opinião que selecciona depressa leva o PS a ceder, o que é tanto mais grotesco quanto, em casos como o referendo nacional sobre a regionalização, começa sempre por jurar que nunca o fará.

Neste quadro, cabe ao PCP diversificar os seus campos de intervenção, não deixando que a «agenda política» seja marcada exclusivamente pelos temas que o PS selecciona. Nesse quadro, é óbvio que a revisão do conjunto da Constituição, a revisão do Tratado de União Europeia, a defesa da produção nacional, a defesa das políticas e responsabilidades sociais públicas, as lutas dos trabalhadores, da juventude, dos reformados, das mulheres, do Poder Local, do movimento associativo popular, são especialmente importantes. Mas também não pode deixar de intervir no campo específico da revisão da Constituição e da regionalização. Neste campo, o PCP tem que prosseguir a defesa da ideia, que está consagrada na lei fundamental, de que onde há patamares de poder, deve haver designação democrática dos seus órgãos: é assim a nível do País, do município ou da freguesia, deve também acontecer o mesmo ao nível intermédio entre o território nacional e o município.

A abertura do debate nacional sobre os projectos de lei aprovados em 2 de Maio na Assembleia da República é um momento adequado para esclarecer posições e fomentar a participação, designadamente dos municípios e das populações. Estará em causa, em especial, o debate acerca das áreas e atribuições regionais. A área e o elenco das regiões e a questão de saber a região a que deve pertencer cada município deve encontrar resposta neste debate.

Seja qual for o desfecho deste processo, é incontestável que o PCP interveio com firmeza e coerência, tal como faz noutras lutas em defesa da democracia e aspirações populares. **Em defesa da política; mas de outra política, quer no estilo, quer nos temas e nos objectivos e interesses sociais.**



■ Lino de Carvalho

A História repete-se ou a função histórica do PS

Reorganização dos tempos de trabalho,

flexibilidade, polivalência sim mas para criar «novos espaços de adaptabilidade interna das empresas», mais emprego com menos precaridade e até menos «recibos verdes» lançam aos sete ventos dirigentes e deputados socialistas, di-lo o Governo PS. Até aqui nada de original. A História repete-se.

Também em 1976 no preâmbulo do Decreto-Lei nº 78/76 de 28 de Outubro que instituiu os contratos a prazo o então Governo também PS afirmava, contra a opinião e a luta dos trabalhadores, que o mesmo visava propiciar a breve trecho um significativo aumento da oferta de emprego. Viu-se! A pressão sobre os contratos celebrados com duração indeterminada acentuou-se obviamente e o que devia ser excepcional, a contratação a prazo tornou-se norma com a consequente insegurança nas relações laborais, coacções sobre os trabalhadores, incremento do desemprego.

Certo e sabido que, agora com a flexibilidade e a polivalência o mesmo vai acontecer e a situação vai agravar-se.

O Vice-Presidente da CIP, na sua já célebre entrevista de antologia ao «Diabo» (5.Fev.96) tratou, com cristalina linearidade, de confirmar o que os trabalhadores já sabiam ou no mínimo desconfiavam.

Vale a pena revisitar de novo alguns excertos da entrevista. Diz ele: «Como o PS prometeu em campanha que (a redução do horário) iria ser feita por lei, explicámos ao Governo que essa redução sem contrapartidas poderia ser muito desagradável para o País e foi aí que o nosso amigo, o Governo, aceitou que a flexibilidade e a polivalência, que eram as nossas condições, fossem registados em concertação». Perguntado pelo jornalista se não achava estranho «terem-no conseguido com um Governo Socialista», o Vice-Presidente da CIP logo tratou de lembrar que «os contratos a prazo, que nos foram muito favoráveis, também foram criados no Governo do dr. Mário Soares...».

E quando o PCP e os trabalhadores afirmam que com esta lei a redução do horário, em muitos casos, será fictícia porque permite que a redução se faça através da anulação das interrupções do tempo de trabalho hoje contratualmente adquiridas, também aqui a CIP não podia ser mais clara pondo a nu aquilo que o PS e o Governo tudo têm feito para esconder e escamotear. Diz o Vice-Presidente da CIP «... há muitas empresas que, ao reduzir para as 40 horas, vão começar por subtrair ou anular as pausas» e acrescenta que «o lanchar é um vício como outro qualquer». Assim mesmo!

Mas também aqui nada de original em relação ao que se passa pela Europa do capital. Sabe-se como a questão da flexibilidade e da polivalência são uma exigência do grande patronato, como também se conhece o debate que, por exemplo, vai por França: à exigência da redução do horário do trabalho para 35 horas (e, em certos sectores, 32 horas) sem perda de salário opõe o governo de Chirac à modificação dos tempos de trabalho e a flexibilidade. Também a Confederação Nacional do Patronato Francês (CNPF), que aprovou expressamente

no seu conselho executivo um argumentário sobre esta matéria, afirma que aceita a redução do horário de trabalho desde que esta seja a contrapartida de uma reorganização do trabalho com vista ao aumento da flexibilidade.

Contudo em todo este processo não nos surpreende que o capital e os seus Governo procurem desequilibrar ainda mais a seu favor as relações de trabalho e os ganhos de produtividade. O que é significativo é que seja o Partido Socialista, em Portugal, ontem como hoje, a ser o instrumento político de poder daquele objectivo. O que é significativo é os seus dirigentes e os sindicalistas socialistas da UGT optarem por ir buscar à direita os apoios de que precisam para fazer leis que pretendem convencer-nos de que são favoráveis aos trabalhadores.

É espantoso (e igualmente prenhe de significado) que o secretário-geral da UGT tenha declarado «esperar do Partido Popular um grande apoio para a batalha da concertação social em Portugal».

O manto diáfano

Isto é, é o Partido Socialista, mais uma vez, que cumpre, no Governo, os objectivos que a direita não tinha conseguido porque como disse também Ferraz da Costa, presidente da CIP, a relação de forças é agora mais favorável «ao lado empresarial que estava numa posição extraordinariamente fraca para negociar contrapartidas com os Sindicatos porque a redução (de horário) tinha sido anunciada sem contrapartidas».

Com a lei agora votada a cenoura da redução (ilusória) para as 40 horas é o manto diáfano que recobre o verdadeiro objectivo que é a flexibilidade e a precarização, que assim são colocadas não mais como situações extraordinárias ou como fenómenos passageiros transitórios, marginais ao sistema económico, mas como seu elemento orgânico, estrutural e factor de organização do trabalho.

Neste quadro é legítimo falar-se em regressão dos direitos laborais e em processo de desvalorização do trabalho introduzidos na ordem jurídica e social pela mão... do Partido Socialista.

É assim o Partido Socialista que vem dizer que as conquistas civilizacionais, ao nível das tecnologias de produção,

dos sistemas de organização do trabalho, da informação, dos novos bens materiais e culturais à disposição dos povos não se traduz em menos penosidade para a vida em maiores benefícios para quem trabalha, em mais tempo livre, de lazer, de possibilidade de acesso e fruição dos saberes e da cultura para os trabalhadores.

Pelo contrário isto só é possível, na versão PS, com maior tensão e desequilíbrio da vida individual e familiar, com menos direitos e mais instabilidade, com a reversão dos ganhos de produtividade exclusivamente a favor do capital. Não é a economia ao serviço dos homens e das mulheres que trabalham. São os cidadãos ao serviço da economia e da taxa de lucro.

A História repete-se

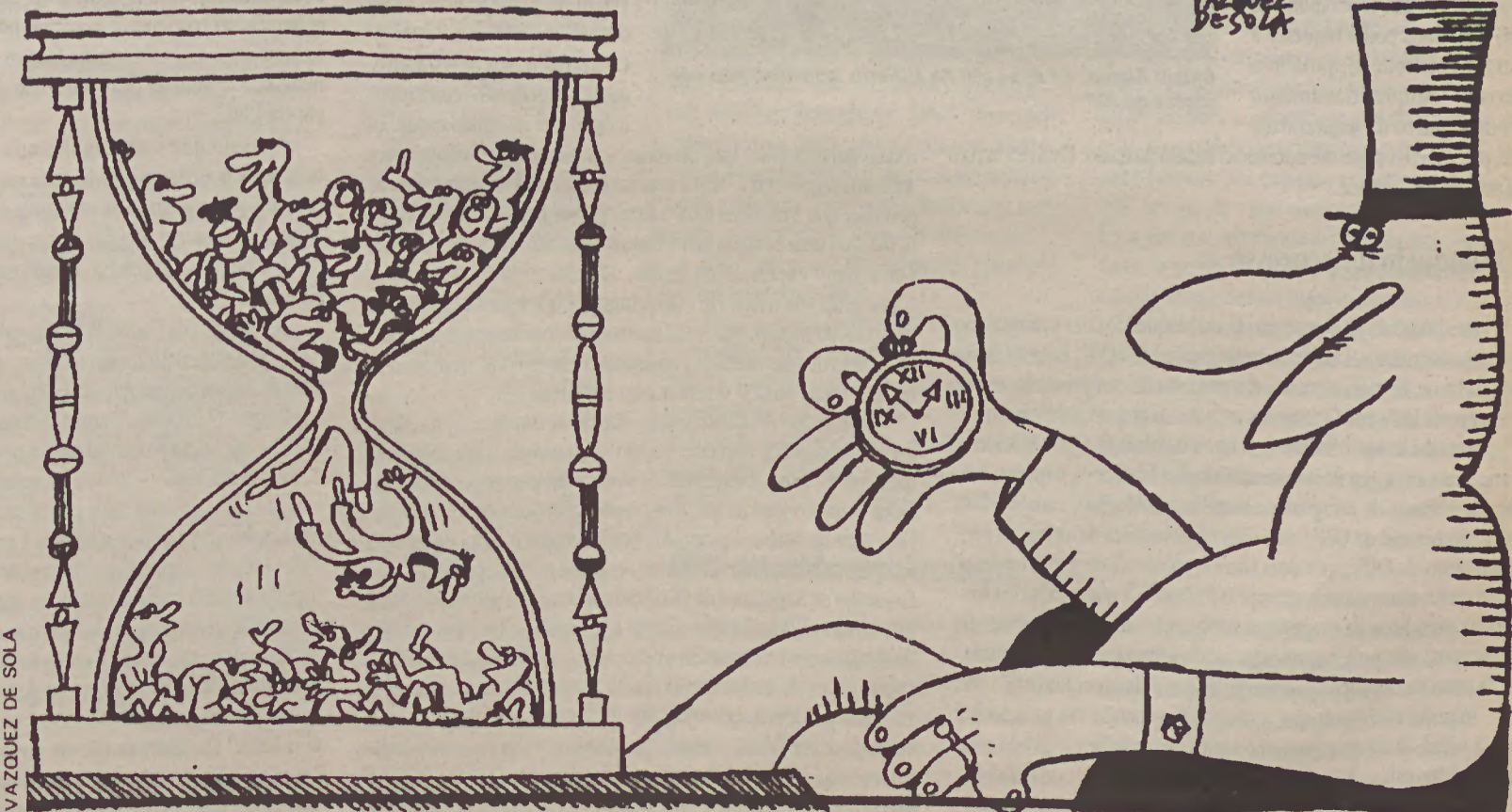
A par da apresentação da lei de desregulamentação das relações de trabalho, o PS preparava (prepara) uma lei para intimidar e procurar travar as manifestações e as lutas sociais. Em nome segundo o membro do Secretariado do PS, António Galamba («Semanário», 18/5/96) de «dignificar o relacionamento com os cidadãos» o Governo prepara um quadro legal mais repressivo contra quem se manifesta nas ruas. Faz-nos lembrar que foi também o Governo PS, há uns anos, que prendeu dirigentes sindicais que se manifestavam junto à sede do Conselho de Ministros e que fez publicar legislação contra quem criticasse (injuriasse, diziam) o Primeiro-Ministro. Seguramente também em nome da dignificação dos cidadãos!

É o Governo PS que anuncia hoje um larguíssimo programa de privatizações como foi o PS, ontem, que deu início ao processo violento de destruição da Reforma Agrária.

A História, de facto, repete-se.

O Partido Socialista, coberto com a palavra «socialista», explorando as ilusões criadas entre os trabalhadores (sobre tudo do tempo em que na oposição criticava «pela esquerda» o Governo do PSD), aproveita essa nova relação de forças para introduzir e consolidar no sistema económico e na vida social e laboral as opções que mais beneficiam os interesses do capital e que desequilibram a favor deste as relações de trabalho, executando a missão que o PSD não tinha conseguido porque estava, neste plano, numa situação social mais fraca.

É esta a função histórica do PS. Para que conste. E para que se lute.



■ Manuel Brotas

Sahara Ocidental: e agora?

No passado fim-de-semana, de 18 e 19 de Maio, em que se realizou o Congresso da JCP, tive a grata surpresa de reencontrar, como convidado estrangeiro representando a direcção da UJSario (organização da juventude saharai), Chibih Slama, o camarada que me tinha servido de guia no deserto, cerca de mês e meio antes, na minha visita ao Sahara Ocidental.

Acompanhei-o a algumas entrevistas, a última das quais à Redacção do "Avante!". Aqui deixo, resumido, o seu registo sobre o processo de paz, a situação actual e as perspectivas futuras.

Nos finais dos anos 80, a Frente Polisario tinha aplicado uma trégua unilateral na guerra de libertação que a opunha a Marrocos. Isso criou condições para que se iniciasse um processo de paz, promovido pela ONU com a colaboração da OUA. O cessar-fogo entrou em vigor em Setembro de 91. Acordou-se a realização de um referendo para Fevereiro de 92, com base no censo espanhol realizado em 74, antes da retirada do poder colonial. Nele encontravam-se recenseados 74.902 saharais, dos quais estão vivos 61.000. Isto significava que, a este número de votantes, só poderiam somar-se as poucas centenas de pessoas que até à data do referendo atingissem os 18 anos de idade.

Imediatamente, Marrocos começou a transferir para os territórios ocupados dezenas de milhares de colonos marroquinos, com o objectivo de os incluir no processo de identificação dos votantes do referendo. Mas isso não seria concretizável sem que se adoptassem critérios menos rígidos. Esse papel coube ao anterior secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que, antes de abandonar o cargo, em Dezembro de 91, estabeleceu cinco novos critérios para a identificação dos votantes:

1. Pessoas que constem da lista corrigida do censo de 74;
2. Pessoas pertencentes a uma tribo saharai residentes no território na altura do censo de 74, mas que não tivessem sido recenseadas;
3. Familiares próximos de pessoas dos grupos anteriores (pai, mãe e filhos);
4. Pessoas cujo pai tivesse nascido no território;
5. Membros de tribos saharais pertencentes ao território, que nele tivessem residido 6 anos consecutivos ou 12 intermitentes antes de 1 de Dezembro de 1974.

Os novos critérios violavam flagrantemente o plano de paz original. Principalmente os dois últimos. Em lugar dos cerca de 75 mil candidatos do censo espanhol, abriam as portas para o registo de dezenas de milhares de marroquinos. Por exemplo, ao abrigo do 4º critério, um cidadão marroquino de 60 e tal anos podia requerer a sua identificação, pois não existe qualquer documento comprovativo da naturalidade do pai, que se calhar até nasceu no século passado. Estava aberta a porta para a fraude.

O bloqueio do processo

Até Junho de 93 o processo ficou bloqueado com a interpretação destes critérios. O novo secretário-geral da ONU, Butros Ghali, manteve-os, mas apresentou uma proposta de compromisso aceite pela Frente Polisario (apesar das reservas expressas publicamente). Ficou estabelecido criarem-se centros de identificação (funcionaram quatro nos territórios ocupados por Marrocos e quatro nos acampamentos de refugiados saharais na Argélia), constituídos, além do pessoal da ONU e de dois observadores de ambas as partes e outro da OUA, por dois *sheikhs*, notáveis de tribo, um proposto pelos marroquinos outro pela Polisario, a quem caberia identificar membros da respectiva subfracção de tribo, no caso do requerente não poder apresentar provas materiais (por exemplo, uma carta de condução passada pelas autoridades coloniais).

Importa esclarecer que a sociedade saharai era uma sociedade tribal. O censo espanhol classificava as tribos segundo uma ordem alfabética. As primeiras sete tribos (A a G) eram divididas em fracções, por sua vez divididas em subfracções (que constituíam como que uma família alargada). Por exemplo, um saha-



raui cujo nº de identificação começasse por A11 pertencia à tribo A, dentro desta à fracção 1 e, dentro desta ainda, à subfracção 1. Os marroquinos tentaram que, na ausência de provas materiais, a identificação se fizesse com base no testemunho de notáveis de tribo e não de subtribo. Ora, isto significaria que o dito notável deveria reconhecer milhares de indivíduos, que provavelmente não via há quase 20 anos. A Polisario argumentou que a identificação teria que ser feita a nível da subfracção de tribo, que é uma unidade bastante mais pequena. Ficou assente desta forma, mas o episódio foi revelador da acção de Marrocos, orientada no sentido de tornar menos rigorosa a identificação, de forma a fazer passar cidadãos marroquinos por saharais.

A fraude marroquina

Mas nada exemplifica melhor a colossal tentativa de fraude do que o nº de requerentes apresentados por Marrocos. Ao todo foram apresentados 242.000 candidatos (recorde-se que dos recenseados pelos espanhóis já só vivem 61.000). Só Marrocos apresentou 181.000, dos quais 100.000 vivem no seu território. Além do mais, 110.000 dos requerentes apresentados pelos marroquinos vêm de tribos ou grupos tribais que no censo espanhol

rondavam os 8 mil - 14% do censo -, mas que representam agora 45% dos requerentes. Não é preciso ser muito inteligente para se perceber que Marrocos tentou fazer passar por saharais bastante mais de uma centena de milhares de cidadãos marroquinos. Talvez a maior expressão da fraude, que toca as raízes do absurdo, seja o grupo de tribos H61 (as letras H, I e J representam confederações de tribos), que tinha apenas 536 pessoas no censo espanhol, mas de que Marrocos apresenta agora 56.000 (!) requerentes, dos quais 46.000 vivem no seu território!

O processo de identificação iniciou-se em Agosto de 94. A grande massa dos requerentes não dispunha de qualquer prova material. E, como é evidente, os *sheikhs* propostos por ambos os lados faziam o jogo de quem os propôs (constituía enorme chantagem para os notáveis propostos por Marrocos o facto de terem a sua família a viver nos territórios ocupados). Num encontro com o Conselho de Segurança da ONU em Junho de 95, notáveis de tribo que vivem na Argélia assinalaram que em 75% dos casos tinham discordado com os notáveis marroquinos. O processo de identificação, seja pela enorme massa de requerentes ilegais apresentados por Marrocos, seja pelos desacordos inevitáveis no processo de identificação entre os notáveis de tribo propostos pelas duas partes, bloqueou. A comissão de identificação, dos 242.000 apresentados, só foi capaz de examinar cerca de 62.000 requerentes.

Entretanto, em Janeiro deste ano, o Secretário-Geral da ONU, no seu relatório ao Conselho de Segurança, decidiu que fossem fornecidas às duas partes as listas das pessoas que, apesar de tudo, já tinham sido declaradas como votantes no referendo. Marrocos, que sabe que o resultado não lhe é favorável, vetou esta medida.

A retirada da ONU

A grande questão é que Marrocos, depois de 15 anos de guerra, compreendeu que não podia derrotar militarmente a Frente Polisario. Tentou então conseguir na secretaria o que não conseguiu no terreno, isto é, ao mesmo tempo que dava resposta a pressões internacionais dos mais variados quadrantes, alinhou no processo de paz com o intuito de, manipulando o processo de identificação, obter artificialmente um resultado que fosse favorável à integração do Sahara Ocidental no estado marroquino. A partir do momento que compreendeu que, também aqui não conseguia o que pretendia, bloqueou o processo.

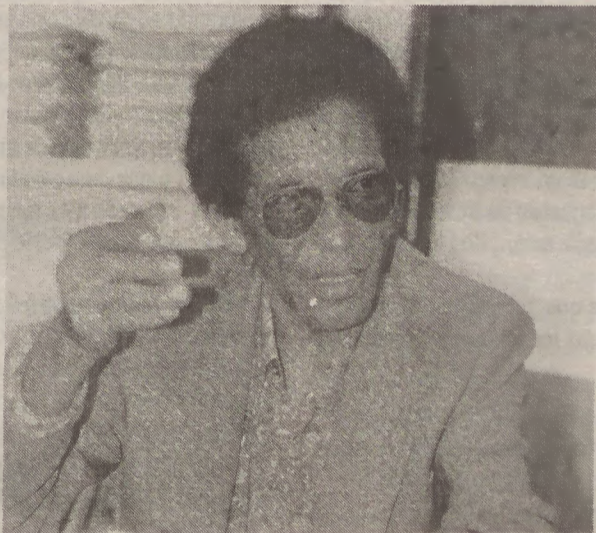
Se o Conselho de Segurança der o seu acordo à proposta contida no informe apresentado no passado 8 de Maio pelo Secretário-Geral da ONU, no próximo 31 de Maio os trabalhos de identificação serão suspensos com a retirada dos membros das comissões de identificação e serão reduzidos em 20% os efectivos militares, que manterão a vigilância do cessar-fogo.

Esta situação é inaceitável para os saharais. Se a ONU propõe a retirada da componente civil, encarregada da identificação, então não há referendo e já não se aplica o princípio de autodeterminação, o que constituiria, depois de 5 anos e de um gasto de mais de 250 milhões de dólares, um dos mais fragorosos falhanços da ONU.

Mais do que isso. Significaria que a ONU reconhece a ocupação marroquina do Sahara e que deixa as forças militares para que vigiem se os saharais entram em guerra. É necessário não esquecer que Marrocos está no Sahara, está a explorar as riquezas do Sahara, quem está no exílio são os saharais!

A direcção da Frente Polisario está cautelosa. Não quer ser o bode expiatório do fracasso do plano de paz. Não quer que digam que este falhou porque retomou a via armada. Mas o tempo não joga a seu favor. O impasse interessa e beneficia Marrocos, que procura transformar em facto consumado a ocupação do território, até que da luta de libertação só reste a recordação de uma causa perdida.

Marrocos é muito mais poderoso militar, económica e diplomaticamente. A luta dos saharais é uma luta de David contra Goliath. O retorno à guerra não é uma decisão fácil para a Polisario. Significaria um mar de sangue na região. Mas, por outro lado, o consolidar da ocupação significaria o reforço da repressão, dos desaparecimentos, das prisões, da tortura, do assassinato, mais uma vez denunciadas no relatório da Amnistia Internacional recentemente publicado. Que fazer com este dilema, com a morte pelos dois lados? Os saharais são um povo persistente, da independência não abdicarão nunca. São também um povo corajoso. Há um provérbio saharai que diz: "Se avançar significa morrer e recuar significa morrer, então mais vale avançar e morrer."



Chibih Slama, da direcção da UJSario, convidado ao congresso da JCP

E o Alentejo foi ao Parlamento Europeu

■ Daniel Rosário

Durante o mês de Maio, a habitual sessão mensal do PE em Estrasburgo foi marcada por um evento que veio quebrar a monotonia habitual destas sessões: os vários edifícios foram literalmente invadidos por uma «Embaixada do Alentejo» que aí se instalou, de armas e bagagens, de segunda a sexta-feira.

Durante uma semana, uma representativa delegação do Alentejo (composta por cerca de 120 pessoas) procurou sensibilizar aquela e outras instituições comunitárias para a realidade da região.

A iniciativa partiu do deputado, do PCP, Joaquim Miranda, ele próprio originário do Alentejo, e contou com a organização e empenho de todo o colectivo do Partido no Parlamento Europeu.

À semelhança das antigas embaixadas reais, o Alentejo levou à sede do Parlamento Europeu uma pequena, mas aliciente, mostra daquilo que tem de melhor.

Com uma exposição permanente como pano de fundo, durante os dias da sessão plenária do PE por aí passaram as vozes e os trajas do grupo coral «Os Ceifeiros de Cuba», os ritmos do grupo folclórico e cultural da Boavista, os acordes do grupo instrumental de Alcácer do Sal, a magia das Vozes do Sul/Lua Extravagan-

compunham o programa obedeceu a um esforço de descentralização. Assim, dada por inaugurada a exposição, os Bonecos de St^o Aleixo, levados pelo CENDREV, iniciaram a sua actuação noutra ponta das instalações, cabendo ao Centro de Imprensa acolher a magia e irrequietude das pequenas personagens.

O dia terminou com aquele que foi um dos momentos mais esperados da semana e que não decepcionou as mais de duas centenas de participantes: a mostra gastronómica. Confirmando a qualidade, até com alguma surpresa – dada a distância da «base» e o ambiente «euro-

cosmopolita» habituado ao «jarre garni» –, a ementa conquistou tudo e todos, começando com as entradas tradicionais (orelha de porco de coentrada, cabeça de xara, enchidos e presunto, azeitonas e pão tradicional), passando pelos pratos (sopas de peixe à alentejana e migas com cerne de porco) e doces conventuais (pão de rala, trouxas de ovos, porquinho doce), tudo devidamente regado com o inevitável vinho (Vila dos Gamas e Santos Jorge, brancos e tintos).

Depois da noite de recuperação, na manhã seguinte a exposição foi visitada por uma turma de alunos de origem portuguesa do liceu

lamentar de Política Regional, Roberto Speciale, e com o comissário português.

No encontro com o presidente do parlamento, os elementos da «Embaixada» transmitiram-lhe uma informação sobre a situação geral na região e comentaram a aplicação de políticas comunitárias em zonas com características como o Alentejo, nomeadamente as conhecidas dificuldades de desenvolvimento.

Com Roberto Speciale trocou-se impressões sobre a concretização do Alqueva e os atrasos verificados na transferência de verbas para a execução de alguns projectos, nomeadamente ao abrigo do programa LEADER.

A presença da «Embaixada» em Estrasburgo culminou com a realização de um espectáculo de música tradicional, no qual actuaram todos os grupos envolvidos na iniciativa, que decorreu num jardim fora das instalações do PE, o que permitiu abrir a iniciativa ao exterior, nomeadamente à numerosa comunidade portuguesa da região da Alsácia-Lorena, nomeadamente em Colmar.

Promovida pelo PCP, e co-organizada pelo seu colectivo no PE e pelas Regiões de Turismo do Alentejo, a iniciativa contou com o apoio de outras instituições e organizações como a Comissão de Coordenação da Região Alentejo, o Centro de Inovação Empresarial do Alentejo e o ICEP a Embaixada de Portugal no Conselho da Europa e o Cônsul de Portugal em Estrasburgo. Esta «Semana do Alentejo em Estrasburgo» constituiu ainda uma demonstração da capacidade do PCP de mobilizar pessoas oriundas de diferentes quadrantes políticos e de diversos planos institucionais em torno de uma região cujos problemas são comuns e cuja abordagem deve ser conjunta.



A iniciativa partiu do deputado do PCP, Joaquim Miranda

te e, como não podia deixar de ser, os sabores da comida e vinhos alentejanos. No entanto, nem tudo foi festa, e aproveitou-se para se tratar de coisas sérias, nomeadamente através da realização de diversas reuniões institucionais e do debate «O Alentejo na Europa». O mote foi dado na terça-feira ao fim da manhã, quando os eurodeputados interrompiam os trabalhos para o almoço. Da escadaria junto ao hemicírculo começou a difundir-se o som do Alentejo, das vozes graves e envolventes dos Ceifeiros de Cuba, mobilizando a atenção de dezenas de frequentadores da instituição, entre deputados e funcionários.

Mais tarde, no mesmo dia, voltou a ouvir-se as vozes da planície, desta feita a assinalar a inauguração da exposição «Alentejo – Tesouro Escondido de Portugal», à qual acorreram quase todos os deputados e funcionários portugueses, outros deputados e funcionários, bem como o secretário-geral do Parlamento Europeu e o presidente da comissão parlamentar da política regional.

A exposição, da responsabilidade das regiões de turismo que participaram na iniciativa, oferecia uma panorâmica geral da paisagem alentejana e suas gentes, assim como de algumas das mais importantes actividades culturais e económicas aí desenvolvidas. Assim, estiveram patentes obras de António Charrua, António Cunha, Armando Alves, João Cutileiro, Jorge Vieira, José Manuel Rodrigues, Palolo e Rogério Ribeiro e um painel relativo à actividade da Universidade de Évora. Rochas ornamentais, cortiça, vinhos e a empresa EDIA (responsável pelo empreendimento do Alqueva) também ocuparam lugar de destaque na exposição.

O retrato da região estava também traduzido na composição da «Embaixada» que, além dos referidos grupos culturais, incluía deputados eleitos nos círculos alentejanos, o presidente do Conselho de Região, as Associações de Municípios, a Universidade de Évora, o CENDREV, o Organismo Intersindical Regional (CGTP-IN), a REPER, organizações e empresas representativas de sectores económicos significativos, além de personalidades alentejanas destacadas como, por exemplo, Cláudio Torres e Paco Bandeira.

Com o objectivo de fazer chegar o Alentejo a tanta gente quanto possível, a localização das diferentes iniciativas que

Louis Pasteur, acompanhada por duas professoras. A hora das coisas bem mais sérias chegou com a realização do debate «O Alentejo na Europa», no qual participaram, entre outros, o comissário João de Deus Pinheiro, o representante da comissão Wulf-Mathies (responsável pelos fundos estruturais e fundo de coesão) e vários eurodeputados de diferentes grupos políticos, além, dos administradores da empresa de Alqueva (EDIA).

Abrangendo vários temas relacionados com a região do Alentejo, o debate incidiu especialmente na questão da construção da barragem do Alqueva. A nota dominante entre os presentes foi, além do reconhecimento da urgência e indispensabilidade da concretização do projecto, a desmistificação de argumentos, nomeadamente de carácter ambiental, que têm sido utilizados com o objectivo de atrasar ou até mesmo inviabilizar a execução da obra.

No âmbito dos contactos institucionais que a «Embaixada» manteve, realizou reuniões com o presidente do PE, Klaus Hänsch, com o presidente da comissão par-



Grupo coral «Os Ceifeiros de Cuba»

Bastidores

Porte de armas autorizado

Sensação provocaram os Ceifeiros de Cuba, quebrando a monotonia do cinzento dos fatos e ausência de entusiasmos que, habitualmente, caracterizam as sessões mensais do PE em Estrasburgo. Desde deputados a funcionários, passando por simples visitantes da ilustre instituição, ninguém ficou alheio à sua presença, fosse pelo colorido dos seus trajas, fosse pelos acordos das suas vozes.

Ou fosse, pura e simplesmente, pelas voltas trocadas ao sistema.

O ataque ao sistema começou logo à chegada. Com a entrada nas instalações sujeita a um aparatoso e (pelo menos aparentemente) rigoroso controlo, os ceifeiros não se lhe puderam furtar, sendo imediatamente sujeitos à passagem por um detector de metais. Passa o primeiro ceifeiro e o

detector, diligente, imediatamente causa a presença de metal não tolerado: um canivete! Zelosa, a segurança «confisca» a arma branca até ao fim da visita. Foram-se seguindo os ceifeiros e... foram-se acumulando os canivetes. Ao décimo canivete o zelo foi-se substituindo por espanto e incompreensão que, ao fim de vinte canivetes acumulados num monte, arrematados ainda por uma foice de verdade (que isto das indumentárias é coisa séria), deram lugar à tolerância, e os ceifeiros lá seguiram acompanhados das suas terríveis catanas. Que isto os alentejanos é tudo gente de bem. E, além disso, onde é que já se viu privar um homem do seu melhor amigo quando chega a hora da bucha?! Em lado nenhum. E muito menos no Parlamento Europeu.

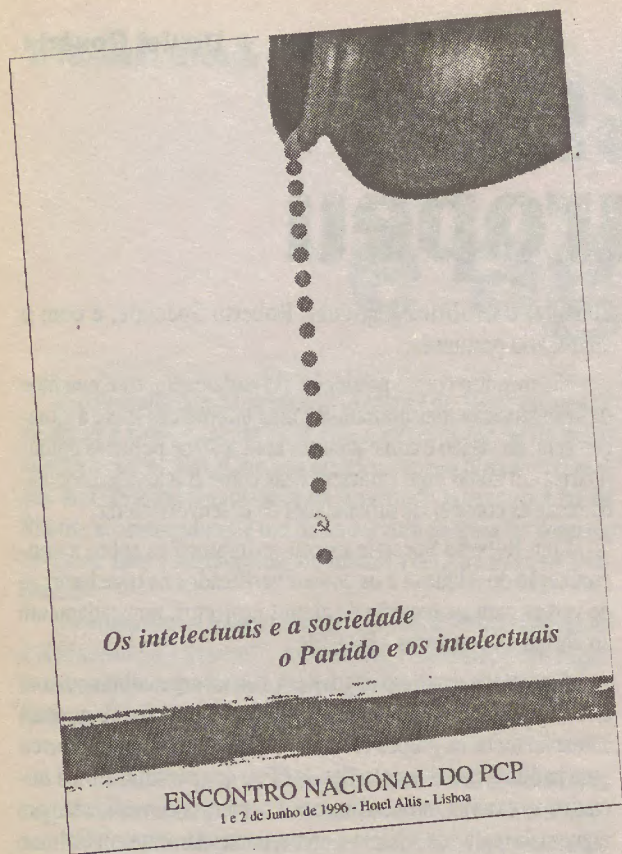
Um capote apreciado

Apreciadas foram as ofertas que a Delegação do Alentejo deixou em Estrasburgo. Quem o garante é o presidente do PE, Klaus Hänsch, que em carta ao deputado Joaquim Miranda confessa ter gostado «francamente muito do belo capote» com que foi prendado.

Lamentando não ter tido oportunidade para conversar mais com a Delegação, Hänsch tem ainda uma palavra de apreço para a exposição com que o Alentejo se apresentou, considerando-a «muito conseguida, pois desperta o interesse pelo povo e pela região».

EM FOCO

Um ponto de par

**Porquê este Encontro com intelectuais?**

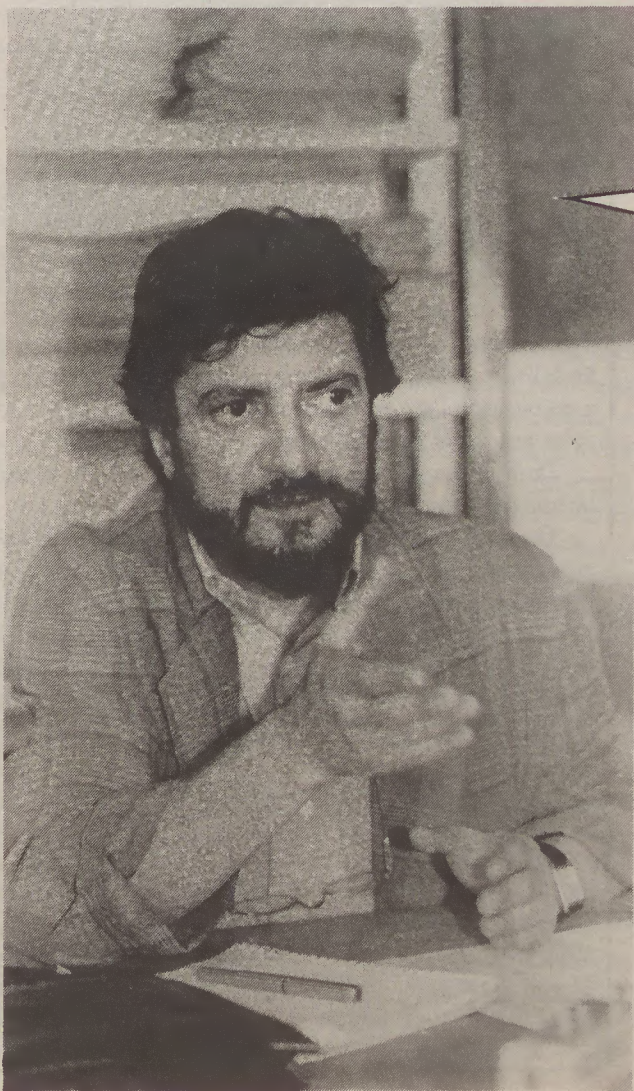
A realização deste Encontro tem a ver com a necessidade que sentimos de reflectir colectivamente sobre o trabalho partidário em relação aos intelectuais e sobre a participação dos intelectuais no trabalho partidário. Por outro lado, trata-se também de reflectir sobre o que representam hoje os intelectuais na sociedade portuguesa e como se pode potenciar a sua participação na transformação democrática do país. O Encontro visa ainda procurar respostas para uma questão que se coloca hoje de forma muito aguda, que é a do desenvolvimento encarado não apenas como o crescimento económico, mas o desenvolvimento económico, social, cultural e político.

Esta é uma ideia que vem já dos XII e XIV Congressos. No ano passado, em Junho, realizou-se a 3ª Assembleia do Sector Intelectual de Lisboa que carrou algumas análises, algumas propostas, no sentido de um Encontro deste tipo; também a Assembleia da Organização Regional de Lisboa (ORL) definiu entre as suas prioridades o trabalho com os intelectuais. Considerámos assim que havia agora condições para avançarmos para este Encontro, que é um Encontro Nacional do Partido, não um encontro de intelectuais do PCP. Embora naturalmente haja um forte número de intelectuais comunistas presentes, participarão nos trabalhos outros camaradas ligados a outros sectores do Partido.

Quem são os intelectuais dos nossos dias?

Durante muito tempo, habituámo-nos a pensar nos intelectuais como aqueles que estão envolvidos em acções de criação literária, artística e cultural, envolvendo aqui também a filosofia, a ciência, etc., ou como protagonistas particularmente activos na criação de ideias, da intermediação do debate e da luta das ideias. Essa função existiu e continua a existir, mas, por outro lado, registaram-se transformações nas sociedades contemporâneas que levam a que possamos e devamos ter em conta que os intelectuais constituem actualmente uma camada social heterogénea do ponto de vista de classe, do ponto de vista da sua composição, com grandes diferenças nas suas ligações às actividades de execução, de planeamento, de projecto, com grandes diferenças do ponto de vista das suas situações profissionais e económicas, mas sendo de qualquer forma uma camada social que se caracteriza por uma formação tendencialmente de nível superior, pelo exercício de um trabalho que é predominantemente intelectual, que é exercido em diferentes esferas da vida produtiva, cultural e espiritual.

Isto é importante ter em conta porque nos leva em direcção a um outro problema, ou seja, este fenómeno do alargamento numérico, não só em termos absolutos mas também em termos relativos, desta camada dos intelectuais no conjunto da sociedade portuguesa, como de um modo geral nas sociedades contemporâneas, foi acompanhada por processos de diferenciação interna, do ponto de vista social, bem como de processos de um grande assalariamento tendencial. O caso mais exemplar talvez seja o dos professo-



No próximo fim-de-semana, o PCP promove um Encontro Nacional subordinado ao tema «Os intelectuais e a sociedade. O Partido e os intelectuais». A iniciativa, que deverá contar com largas centenas de participantes, foi pretexto para uma entrevista com Manuel Gusmão, membro do CC do PCP. Sem soluções na manga mas com muitas questões em cima da mesa, o Encontro propõe-se ser um ponto de partida numa frente de trabalho fundamental para uma melhor e maior intervenção na transformação da sociedade.

res, um dos grupos mais numerosos e onde as taxas de assalariamento são esmagadoras, mas o mesmo se passa de forma crescente com outros grupos, como os médicos e os advogados, por exemplo.

Isso significa que os intelectuais estão a deixar de ser uma elite?

Esta evolução social pode conduzir ou dar fundamentos sociais a uma maior aproximação entre os intelectuais - já não apenas uma elite social e numericamente reduzida mas com um peso crescente no conjunto da população activa - em relação aos outros trabalhadores. Deixam de ser aquele grupo minoritário, com características acentuadamente de elite, para passarem a ser massa.

Esta noção do que é ser intelectual não é ainda hoje suficientemente compreendida pelos próprios.

Incluindo no Partido?

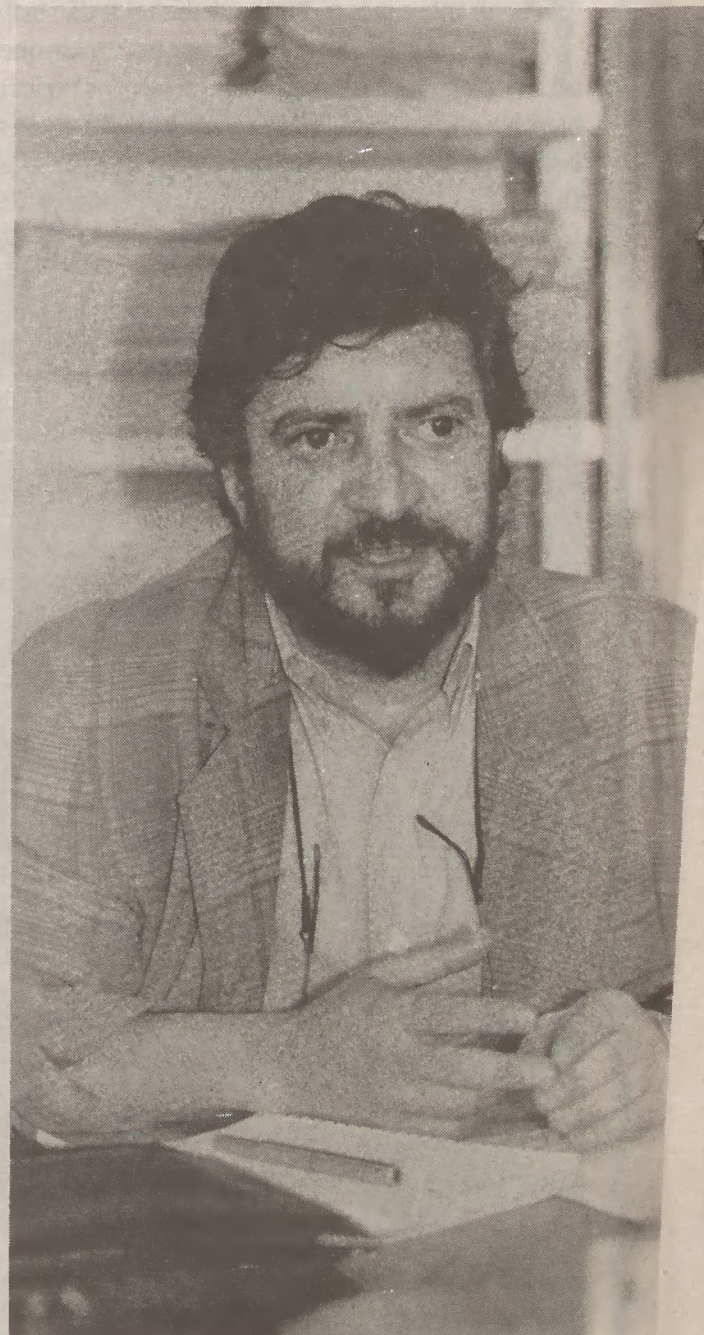
Sem dúvida. Há intelectuais que tendem a não se reconhecer como tal, porque ligam a designação à função que referi antes. Creio que o importante é compreendermos as transformações sociais que se foram dando e, por outro lado, perceber que entre essa camada muito ampla e heterogénea há alguns que continuam a manter a função mais especificamente relacionada com a criação, com a intermediação e o debate de ideias, função essa que por vezes partilham com outro tipo de pessoas que intervêm sem ser basicamente pela condição de intelectuais, mesmo que o possam ser do ponto de vista social. Quando se pensa num debate ou na luta de ideias, para além dos que intervêm nessa luta enquanto intelectuais, ou enquanto políticos que são entretanto do ponto de vista social intelectuais, há outros que também intervêm com um peso que não se deve subestimar, que são, por exemplo, patrões, grandes empresários, etc. Essa função é exercida nas sociedades contemporâneas não apenas por intelectuais no sentido restrito e antigo do termo.

Essa realidade abre várias frentes de trabalho...

É verdade. Temos que dar resposta à evolução social que levou a esta nova situação e, por outro lado, ter em atenção o papel que continuam a desempenhar na função intelectual entendida em sentido restrito, em relação ao mundo contemporâneo, de produção de ideias.

“Para além da tentativa de contracção da autonomia relativa de que o trabalho intelectual necessita, há, por via dos poderosíssimos aparelhos de comunicação de massa contemporâneos, o que temos chamado de tentativa de instalação de um pensamento único”

Este é um dos problemas que temos vindo a estudar e que será debatido no Encontro. Simultaneamente, este problema arrasta a necessidade de compreender o modo como os intelectuais trabalham em esferas de actividade que tem a ver com as grandes necessidades da população. Basta pensarmos na saúde, na educação e no ensino, na comunicação em geral, no estudo e investigação das relações de trabalho, das estruturas económi-



cas, etc., e em geral na investigação científica e tecnológica, para perceber que depende, em parte, dos intelectuais, as possibilidades de evolução das nossas sociedades.

O que reforça a importância da necessidade da aliança entre a classe operária, os intelectuais e outras camadas intermédias, como programaticamente defende o PCP...

Exacto. O que significa que os intelectuais comunistas e o Partido em geral têm de agir e não apenas ficar expectantes para que esta aliança social básica para a concretização do nosso projecto de uma democracia avançada no limiar do século XXI se possa ir estabelecendo. Temos que estudar o modo como trabalhamos no Partido com os intelectuais e como estes trabalham no Partido, e o modo como nos devemos relacionar, intelectuais comunistas e PCP, com a intelectualidade em geral.

O desmoronamento do sistema socialista veio tornar mais difícil essa relação?

A situação é complexa, muito contraditória, mas com mais potencialidades do que se possa pensar. Por um lado, é evidente que o desmoronamento do sistema socialista no Leste da Europa provocou, entre os intelectuais como entre a população em geral, crises, dúvidas, em relação aos ideais, às convicções que se tinha; por outro lado, contra o que alguns terão esperado, o facto é que a derrocado do sistema socialista não trouxe perspectivas melhores para as sociedades. No mundo capitalista, o que se tem verificado é uma ofensiva muito grande, que vinha já do começo da expansão da ideologia neoliberal nos Estados Unidos e na Inglaterra, do período de Reagan e Thatcher, mas se acelerou significativamente com os acontecimentos a Leste, contra direi-

EM FOCO

Texto: Anabela Fino
Fotos: Jorge Caria

Entrevista com Manuel Gusmão

“A ofensiva contra os direitos do trabalho, os direitos sociais e, em certa medida, os direitos culturais, atinge também os intelectuais, ainda que de forma diferenciada”

tos sociais e culturais. Direitos esses que, conquistados pela luta da classe operária, dos trabalhadores, das forças democráticas e de esquerda, as populações dos países mais desenvolvidos e de desenvolvimento médio passaram a considerar direitos civilizacionais, patamares a que as sociedades humanas tinham conseguido chegar fruto do trabalho humano nas suas várias dimensões, em que incluiu a ciência e a técnica, e da luta revolucionária potenciada pela existência a Leste de um sistema alternativo ao capitalismo.

A ofensiva contra os direitos do trabalho, os direitos sociais e, em certa medida, direitos culturais, atinge também os intelectuais, ainda que de forma diferenciada. Um exemplo muito concreto: em Portugal temos vindo a assistir ao aparecimento e crescimento do desemprego entre os jovens quadros.

Assiste-se, ao mesmo tempo, à tentativa de redução das margens de autonomia relativa do trabalho intelectual, por efeito de vários factores que se conjugam: por um lado, a tentativa de submissão ao mercado, ou à lógica do mercado capitalista, que é uma lógica económica comandada pela necessidade do lucro e, em muitos casos, também ideológica, do trabalho intelectual e dos produtos desse trabalho.

Uma certa mercantilização...

Exacto. Uma certa mercantilização da criação artística, mas também da investigação científica, pois quando se criam restrições ao financiamento de certas áreas de investigação com o argumento de que não são imediatamente rentáveis, o que se está é a tentar impor uma lógica do mercado capitalista, a lógica do lucro, ao trabalho intelectual. Para além dessa tentativa de contração da autonomia relativa de que o trabalho intelectual necessita, há, por via dos poderosíssimos aparelhos de comunicação de massa contemporâneos, o que temos chamado de tentativa de instalação de um pensamento único.

Vale a pena recordar que esta fórmula - pensamento único - não é elaborada por nós, comunistas; ela aparece, por exemplo, nas páginas do «Monde Diplomatique».

Falas do monolitismo disfarçado de pluralismo?

Falo do pensamento que tende, suportando algumas variantes controladas, a restringir o leque de opções políticas, económicas, sociais, culturais e ideológicas. Ou seja, há um leque de variantes consentidas que para todos os efeitos é restritivo, já que obriga a encarar o capitalismo na sua forma contemporânea como um quadro fatal de pensamento ou de potencialidade de desenvolvimento das sociedades.

As variantes controladas permitem dar uma aparência de diversidade. É evidente que podemos encontrar algumas contradições possíveis entre essas variantes, o que não obsta a que elas tendam a

fazer crer que há aspectos em que não é possível a escolha. E isso tende sempre a significar que a única coisa que nos é possível é gerir o sistema capitalista.

Podemos afirmar que se assiste a uma subalternização dos intelectuais aos tecnocratas?

Acho que não há dúvidas de que se tem estado a assistir a uma tentativa de redução da esfera do político. Encontramos um discurso que tende a dar a entender que num mundo tão complexo como o contemporâneo o que deveria prevalecer seriam as soluções técnicas. Mais do que a discussão de alternativas políticas, o que importaria seria o debate das soluções técnicas, o que justificaria conceder cada vez mais poder a instâncias também cada vez mais distantes dos cidadãos, e mais restritas. No fundo, instâncias transnacionais e não eleitas.

Caso da União Europeia...

Exactamente. Na União Europeia assiste-se à tentativa de concentrar cada vez mais poder na Comissão e não nos órgãos eleitos, num momento em que se torna cada vez mais clara a fusão entre essas instâncias políticas de poder e os interesses do grande capital transnacional.

Na situação nacional, este fenómeno de retracção da esfera do político, que tem a ver com a restrição do leque de escolhas, foi enunciado na última campanha eleitoral para as eleições legislativas por pessoas que não são comunistas, mas que entretanto notavam, tal como nós alertávamos, que na corrida ao centro, na disputa do eleitorado do centro, partidos como o PS e o PSD se tendem a aproximar. Podem divergir sobre questões de estilo, sobre alguns números, sobre algumas soluções técnicas, mas sem que haja propriamente alguma diferença de projecto político. É esta realidade que os leva a ter de encenar grandes batalhas verbais em torno de questões sobre as quais, na prática, estão de acordo no essencial.

É a espectacularização da política...

Sim, o que por sua vez leva ao que se pode designar por uma espécie de autonomia perversa do político em relação à representação dos interesses sociais. Veja-se o caso da Itália, quando pouco depois da eleição de Berlusconi se registaram as maiores manifestações de massas do pós-guerra contra a sua política, que era previsível; o mesmo se passou em França, depois da eleição de Chirac. Parece crescer um divórcio entre a consciência que as pessoas têm quando confrontadas com medidas que afectam os seus interesses vitais, e a dificuldade de transpor isso para a sua forma de representação política, para o voto, por exemplo. Este é, aliás, um problema que também conhecemos em Portugal.

Esta situação é acompanhada por tentativas de ataque da burguesia à própria democracia representativa, de que sempre se apresentara como grande defensora, acusando os comunistas de não reconhecer a sua importância. Qualquer tentativa - como a que estamos agora a assistir - de manipular o sistema de representação, corresponde seguramente a colocar largos sectores sociais e eleitorais sem representação política, e a fabricar, contra a própria manifestação da von-

tirmos que, entre outros valores, a questão da democracia política foi sempre uma das mais fortes tradições entre os intelectuais europeus, podemos compreender que também aí existam receios com a situação que vivemos.

Receios que mal transparecem na nossa comunicação social...

Aparecem pontualmente. Vale a pena lembrar, a propósito, as reflexões de Noam Chowsky (importante linguista do nosso século, editado na Caminho, que esteve recentemente em Portugal) sobre a comunicação social. Chowsky acolhe formulações, partilhadas por outros, segundo as quais hoje, para além da ligação entre o poder económico e a propriedade dos grandes meios de comunicação, há nas sociedades capitalistas desenvolvidas um processo de endoutrinação que não assume as formas duras ou “hard” de censura, mas as formas “soft” de autocensura, o que leva a uma restrição, mais uma vez, do leque de coisas que se podem dizer, ou que são aceitáveis dizer.

Chowsky utiliza expressões como «fabricação do consentimento», que me parece particularmente interessante. É uma expressão que indica que grande parte do corpo central e dominante dos analistas políticos, dos columnistas com espaço certo, dos fazedores de opinião, quando exprimem as suas opiniões, mesmo se estas divergem dentro do tal leque consentido, visam forçar, expressa ou subliminarmente, o consentimento das pessoas em relação a uma situação que lhes é adversa mas que é apresentada como fatal. Aliás, o discurso de que temos de fazer isto porque tem de ser assim, é hoje o discurso largamente dominante.

É um discurso que, no melhor dos casos, tende a mobilizar as pessoas, mas que tem pelo menos a função de as desarmar perante as situações que enfrentam, levando-as a aceitar as soluções propostas, que não protestem, que se resignem. O que pode levar ainda ao desinteresse.

Em relação a nós, esta realidade tem o efeito de nos silenciar. Independentemente de termos necessidade de encontrar novas formas de apresentar as nossas mensagens, o facto é que o que fazemos merceria, numa situação de pluralidade de opiniões relativamente fiel, uma voz na comunicação social que não nos é consentida.

Como reage a intelectualidade a esse espantoso?

Nota-se já hoje, às vezes por forma pontual, outras vezes de modo mais generalizado, por vezes de forma mais construída e formulada, outras de forma apenas sintomática, um mal-estar crescente perante esta situação.

Um mal-estar ainda pouco visível...

Nem tanto. É visível nas declarações de alguns intelectuais, e sobretudo em movimentações de massas. Por exemplo, as enormes manifestações registadas em Itália há um ano ou dois, as manifestações em França no final do ano passado, na Bélgica, as greves que começam a ter lugar na Alemanha, a proliferação de lutas em Portugal... Os sintomas são visíveis igualmente numa mutação que julgo significativa no comportamento da juventude, em particular

na juventude universitária, que é o caso que melhor conheço. Os comportamentos massivos no ensino superior, nestes últimos anos, revelam um estado de espírito, uma combatividade, uma resistência e um protesto que não encontrávamos em meados da década de oitenta.

Este mal-estar começa a traduzir-se, também, no modo como, crescentemente, mais pessoas se aproximam de nós, quer no respeitante à camada dos intelectuais, quer sobretudo ao nível da juventude.

Estes sinais indicam uma mudança da situação, em que nós temos de participar activamente. Para isso temos de encontrar frentes de trabalho, respostas e propostas que ajudem a desequilibrar a correlação de forças

e reforcem a nossa capacidade de influência e de atracção para os nossos ideais e para o nosso projecto.

Neste Encontro vão ser apresentadas propostas nesse sentido?

A nível do sector intelectual e da ORL temos estado a procurar encontrar e implantar algumas respostas de tipo orgânico, de estilo de trabalho, de definição de prioridades, etc. A nível nacional, obviamente, tudo depende das várias situações, das capacidades que temos em cada sítio. Nesse sentido, o Encontro vai ser mais um ponto de partida para o encarar desta frente de trabalho, do que um ponto de chegada.



“Para além da ligação entre o poder económico e a propriedade dos grandes meios de comunicação, há nas sociedades capitalistas desenvolvidas um processo de endoutrinação que não assume as formas duras ou “hard” de censura, mas as formas “soft” de autocensura”

tade política dos cidadãos, maiorias parlamentares e governamentais que não correspondem à realidade política e eleitoral do país.

É o que está na forja com alguns projectos de revisão constitucional...

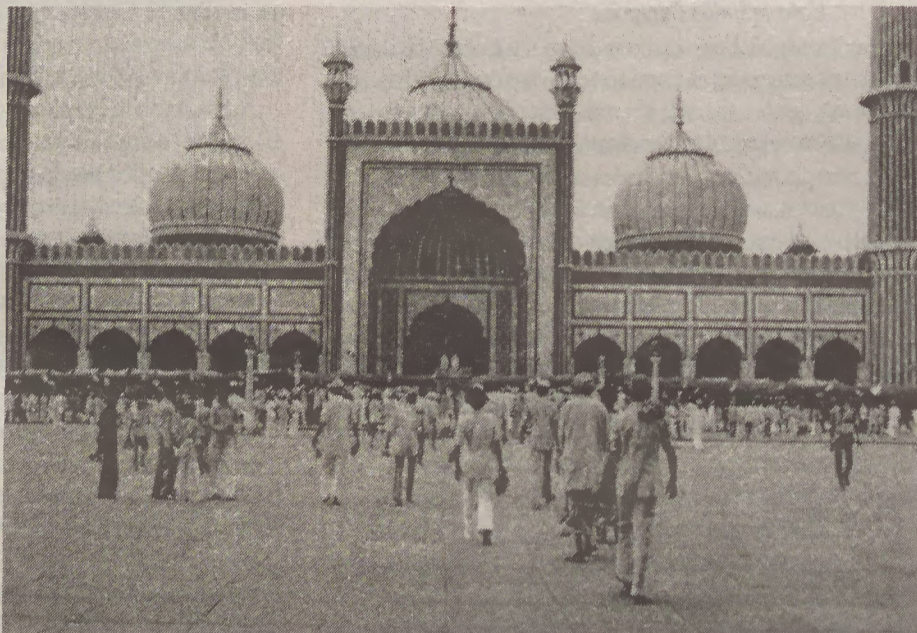
Nem mais. Ora, se admi-

Como resultado das eleições Comunistas indianos estão perto do poder

■ Manoel de Lencastre

As recentes eleições indianas resultaram no espectacular fim de uma tradição política que vinha desde os dias da fundação da Índia moderna e independente. O Partido histórico do Congresso, o de Jawaharlal Nehru e de Indira Gandhi, governara o país a partir de 1947 e apenas deixara de ocupar o poder durante quatro escassos anos. Agora, sofreu uma decisiva e histórica derrota da qual terá muitas dificuldades em recuperar.

Na hora da contagem final dos votos de 590 milhões de cidadãos para a eleição dos deputados ao Lok Sabha (Parlamento nacional), o Congresso ganhou 138 lugares e os nacionalistas hindus, 187. Estes, agrupam-se no BJP (Bharatiya Janata Party - Partido do Povo Indiano). Mas os partidos independentes e da esquerda, incluindo os comunistas, chegaram ao número de 117 deputados, o que pode permitir-lhes intervir prática e decisivamente no destino político do país. Os restantes lugares (103) distribuíram-se entre uma pequena multidão de partidos locais e outros de reduzida expressão nacional. O número de deputados eleitos pelo Congresso é de metade, apenas, relativamente ao parlamento anterior e o partido só conseguiu surgir como maioritário em 4 dos 25 Estados indianos. Outros Estados onde a influência do Congresso fora considerável no passado, como Maharashtra, Tamil Nadu, Karala, Karnatka, perderam-se irremediavelmente. Naturalmente, o primeiro-ministro e «leader» do Partido, Narasimha Rao, teve de ceder o poder.



Índia. Perto de 600 milhões de eleitores inscritos. Desta vez, os votos anunciam mudança

Lok Sabha um número significativo de deputados comunistas, socialistas e independentes enquanto fazia subir o BJP a uma posição que jamais conhecera? Vamos tentar dar a resposta adequada a estas importantes questões da política indiana mas temos, primeiro, de registar duas ou três palavras sobre o BJP, o mais votado de todos os partidos.

Partido BJP é um perigo

O que explica as alterações a que as eleições conduziram na composição das forças que formam o leque parlamentar? O que deu lugar a que o povo indiano tivesse voltado as costas ao partido do Congresso e enviado ao

aos instintos dos dirigentes e dos militantes do BJP-RSS. Agora, tudo indica que o partido do Congresso possa acabar por compreender e aceitar a posição dos comunistas, principalmente, e apoiar sem exigências impossíveis um futuro programa de governo com viabilidade e que trave a ascensão dos fanáticos religiosos que já estão no governo - ou que facilite a convocação de novas eleições para que o eleitorado esclareça melhor aquilo que pretende. Então, a máquina dos votos voltará a agitar o espírito e o viver dos 590 milhões de inscritos nos cadernos eleitorais. A Índia dará um novo passo, talvez pequeno, ainda, em direcção do futuro.

Capitalismo destruiu Partido do Congresso

O Partido do Congresso carece de repensar a sua posição. A reeleição de Rao para o cargo de presidente parece revestir-se de carácter apenas provisório enquanto as diversas tendências procuram soluções e discutem as reais hipóteses de apoio a um governo que integre os comunistas. O Congresso é uma organização política com um importantíssimo passado histórico a que, para sempre, ficaram ligados os nomes de Jawaharlal Nehru e Indira Gandhi. Estes estadistas conduziram o país através dos tempos difíceis da independência, da consolidação, do trabalho do movimento dos países não-alinhados pela paz mundial e pela liberdade de todos os povos que o imperialismo e o colonialismo subjugavam. Muitos programas políticos do Congresso atingiram grande expressão nacional e foram, em diversas circunstâncias, bem recebidos e apoiados pelos comunistas. A Índia conheceu, desde 1947, a criação de muitas indústrias de base, a aplicação de múltiplos programas destinados a fazê-la sair da estagnação provocada por relações de produção e de propriedade vindas do fundo dos séculos. Trabalhou-se pela irrigação dos campos em vastíssimas zonas de todo o subcontinente, pela modernização do sector rural, na luta contra o analfabetismo, contra a inevitável resistência das forças do passado, pela criação e aplicação na prática de uma política externa independente.

Mas, o tempo passou. Desaparecidos Nehru e Indira, o Congresso voltou-se muito mais para as práticas socioeconómicas do Ocidente e foi, gradualmente, caindo no lamaçal das ideias das privatizações, do globalismo, da abertura do mercado nacional aos abutres das transnacionais. Foram anulados muitos programas mínimos de apoio social, económico, educacional às comunidades rurais. As multidões de excluídos engrossaram, dramaticamente, nas grandes cidades. Centenas de milhões de pessoas viram-se totalmente abandonadas à sua sorte e nasceram, perante o horror das populações, algumas bolsas de afluência e de consumismo nas zonas de Delhi e de Bombaim, principalmente. Nessas áreas, o mercado desenvolveu-se na base de importa-

ções de mercadorias e produtos desnecessários - o «whisky», por exemplo.

Sob os governos do Congresso presididos por Rao, a Índia ofendida assistiu à criação de um mercado de cerca de 200 milhões de consumidores cuja preponderância no conjunto do país ameaçava dar lugar a uma espécie de Nova Índia com lugar marcado, exclusivamente, para os mais afluentes. Nada menos de 750 milhões de pessoas viram cair aos seus pés aquela Índia que era a sua, a que se desenvolvia lentamente mas com segurança, a mãe Índia que daria pão a todos os seus filhos e filhas.

Comunistas conhecem a resposta

A penetração do capitalismo selvagem e assassino em todos os sectores do país onde parecia possível construir um mercado,

Exigências inaceitáveis

No sentido da lógica, o Presidente da República indiana, Shankar Dayal Sharma, convidou o chefe do partido com mais lugares no Parlamento, Atal Bihari Vajpayee (BJP) a formar o novo governo e apresentá-lo dentro de duas semanas ao voto da Câmara. Mas quase todos os observadores sustentam a opinião de que este governo será de precária duração. Na verdade, a oposição dos partidos democráticos, entre os quais se colocam o Partido Comunista da Índia (Marxista) e o Partido Comunista da Índia, à permanência do BJP no governo é total e, provavelmente, assistiremos em breve à convocação de novas eleições.

A certa altura, pareceu possível a formação de um governo progressista incluindo representantes dos partidos comunistas e chefiado pelo primeiro-ministro da Bengala Ocidental, o comunista Jyoti Basu (80 anos). Este governo seria apoiado pelo Partido do Congresso. Mas os dirigentes deste apresentaram aos comunistas um catálogo de inaceitáveis exigências, o que levou Basu a declarar que não via razão para abandonar o princípio de que os comunistas não devem participar em governos de coligação ou dependentes dos votos de outros. Alguns dirigentes comunistas pareciam inclinados a deixarem-se sucumbir à tentação do poder. Mas um dos camaradas mais próximos de Busi, declarou:

«Entrar para um governo de coligação, representaria um compromisso enorme relativamente aos nossos princípios. Verificámos que, com os números à vista, não nos seria possível realizar transformações fundamentais na política nacional até agora seguida.»

O Hinduísmo

É a religião da Índia, mas, na realidade, é mais do que, simplesmente, uma forma de actividade religiosa. No Hinduísmo, adora-se a Natureza e a essência de um espírito universal que se pretende existir em tudo - nos homens, nos deuses, em todo o mundo visível. O código de Manu preside às regras de conduta pessoal, familiar, social e às cerimónias próprias e adequadas. Mas divide os hindus em quatro castas, a saber: os Bramanes (padres e sábios); os Ksatrias (guerreiros); os Vaisyas (agricultores e comerciantes); os Sudras (toda a Índia pobre, iletrada, sem meios de subsistência, todo o país trabalhador). As três primeiras castas são de origem ariana. Quanto à última, não se acha integrada no sistema que acredita em que as pessoas «fazem» diversas vidas.

Um dos aspectos mais interessantes e controversos do hinduísmo, reside na chamada transmigração das almas. Supõe-se que as infelicidades da vida presente resultam de pecados cometidos em vidas anteriores, que se devem ir redimindo ao longo de séculos de novas vidas. Outros aspectos, discutíveis, mas que atraem a curio-

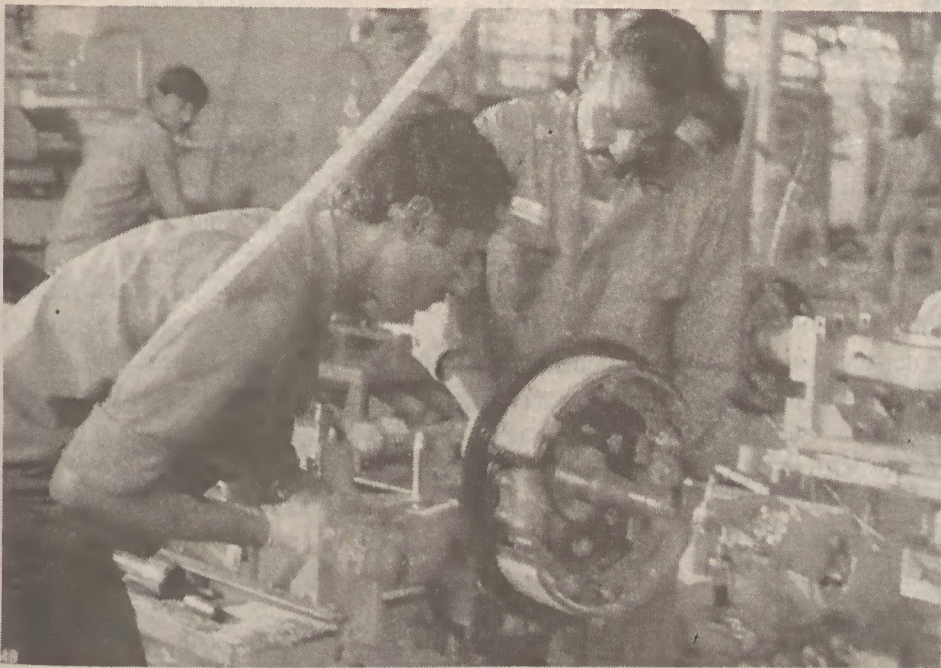
sidade e o estudo do homem ocidental, residem no facto de que as regras que definem a vida entre membros de castas diferentes devem ser absolutamente observadas. Por exemplo: não devem comer-se refeições cozinhadas por membros de castas inferiores; as castas devem manter-se totalmente separadas quanto à instituição do casamento; ninguém deve interromper um Hindu quando come as suas refeições; a pureza e a impureza desempenham funções centrais nas teorias do hinduísmo - daí, a lavagem dos pecados nas águas dos rios sagrados; o mais reverenciado de todos os animais é a vaca.

Outros animais são veículos e símbolos para os diversos ramos do universo dos deuses do hinduísmo: Garuda, um ser mítico meio-homem, meio-pássaro, é objecto da adoração de Visnu; o boi, de Siva; o pato, de Brama; o elefante, de Indra; o tigre, de Durga; o búfalo, de Yama; o rato, de Ganesh; o veado, de Agni; o papagaio, de Kama (deus do amor).

Trata-se de uma formação política de base religiosa, bem conhecida pelo seu fanatismo hindu. Os seus principais dirigentes, na mira do poder, tentaram distanciar-se, repetidamente, das bases neofascistas que estão no partido em representação do movimento que o fundou, o RSS (Rashtriya Swayansevak Sangh). Esta organização incorpora secções paramilitares e grande número de quadros disciplinados e preparados para todas e quaisquer acções de agitação religiosa. Fundado há mais de 60 anos, provou-se terem sido elementos do RSS que assassinaram Gandhi como forma de protesto contra a divisão da Índia e a criação do Paquistão, um novo Estado dos muçulmanos. A hostilidade do BJP-RSS àquele país, ao seu povo e a todos os muçulmanos que ainda vivem na Índia é feroz, pelo menos, e causa imensas preocupações.

Por outro lado, o avanço dos partidos da esquerda reflectiu a disposição do povo indiano relativamente ao Congresso cujo governo estava a conduzir o país para o precipício, e à natureza e

EM FOCO



A modernização, que deixou de ter como objectivo o progresso social, tem vindo a ser entregue à dependência do capitalismo internacional

Trajectória do Partido do Congresso na vida política indiana



Nehru, o chefe do primeiro governo indiano após a independência

- 1885 – Fundação do Congresso Nacional Indiano;
- 1920 – Gandhi assume a chefia do Partido;
- 1947 – Independência da Índia, sob o primeiro governo de Jawaharlal Nehru;
- 1948 – Assassínio de Gandhi por um extremista fanático do partido que deu origem ao BJP, o RSS;
- 1966 – Indira Gandhi, filha de Jawaharlal Nehru, assume o cargo de primeira-ministra, em representação do Congresso;
- 1977 – O partido do Congresso perde as eleições e Indira abandona o lugar de primeira-ministra;
- 1980 – Indira recupera o poder à frente do novo Congresso, o Partido do Congresso (I);
- 1984 – Assassínio de Indira. Seu filho, Rajiv Gandhi, divulgando um programa de abertura ao Ocidente e de liberalização, toma o lugar que o avô e a mãe tinham ocupado;
- 1991 – Assassínio de Rajiv Gandhi;
- 1996 – O Partido do Congresso é pesadamente derrotado e perde o poder.

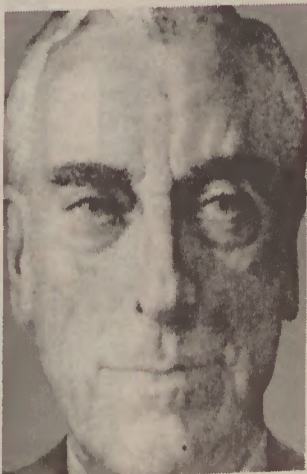
deu lugar à fuga para os milenários princípios do hinduísmo e este ganhou forças na vida política como as eleições demonstraram. E assim, perante as complexas condições em que o Congresso capitulara e os religiosos progrediam, foram os comunistas quem ergueu a bandeira da luta contra o desemprego, as privatizações de indústrias básicas nacionais, o empobrecimento galopante, a eterna arrogância dos velhos e dos novos capitalistas, a perda de independência face às investidas dos libertários do mercado global. Essa luta patriótica e nacional produziu bons dividendos e demonstrou que as corajosas campanhas dos partidos do socialismo foram compreendidas e dispõem de um largo espaço para novas iniciativas, programas de esclarecimento, de recrutamento e para acções diversas contra os megalómanos do mercado.

A corrupção, a que a invasão da Índia pelo espírito do mercado deu lugar, foi mais um factor que levou à estrondosa derrota do Congresso. Existem mais de 500 000 processos nos tribunais contra homens de negócios acusados de práticas corruptas. Onze dos mais influentes políticos do Congresso foram formalmente acusados da aceitação de gratificações por parte de dirigentes comerciais e industriais ligados a projectos sem interesse nacional mas de grandes possibilidades lucrativas. Há outras 55 personalidades políticas sob investigação criminal. E o presidente da Índia viu-se forçado a demitir, recentemente, a governadora da província nordeste de Himachal Pradesh, a senhora Sheila Kaul, uma modernizadora que distribuiu, pelos seus apoiantes e membros do Congresso, fundos nacionais destinados a subsídios à habitação entre a população local.

Em circunstâncias como estas, a influência e a agitação política organizada pelos comunistas conheceram enormes progressos. Todo o país ficou a compreender melhor o porquê e os objectivos da nova invasão imperialista. A Índia, ainda analfabeta e miserável em muitas regiões, respondeu com o seu voto democrático aos esclarecimentos e aos avisos dos únicos partidos que a salvarão das garras dos abutres do mercado e a ajudarão a conhecer uma vida diferente e livre. Também largas fatias populacionais da Índia esclarecida e não comprometida com as terapêuticas do hinduísmo lutaram com os comunistas contra o alastramento escandaloso da corrupção e o assalto aos sectores nacionais da economia. E entre as chamadas castas inferiores, Sudras e Dalits, o voto registado foi, em grande número, para os comunistas.

A Índia olha as actividades das novas companhias de aviação que, em concorrência com a «Air India», servem a classe média; os novos «magazines» carregadíssimos de fotos e material escrito de origem ocidental representando aspectos de uma civilização estranha e repelente que não compreende e não aceita. A Índia não carece de telefones móveis e portáteis, equipamento inadequado e secundário, actualmente, e não está ganha para o sistema de bebericagem de copos de «whisky» e «Coca-Cola» nos bares e restaurantes das cidades. No país real, 4/5 da população vivem da agricultura e 350 milhões de pessoas existem em condições quase sub-humanas. De todos estes, evidentemente, o mercado afasta-se. Não está interessado nos seus quase intratáveis problemas. São os

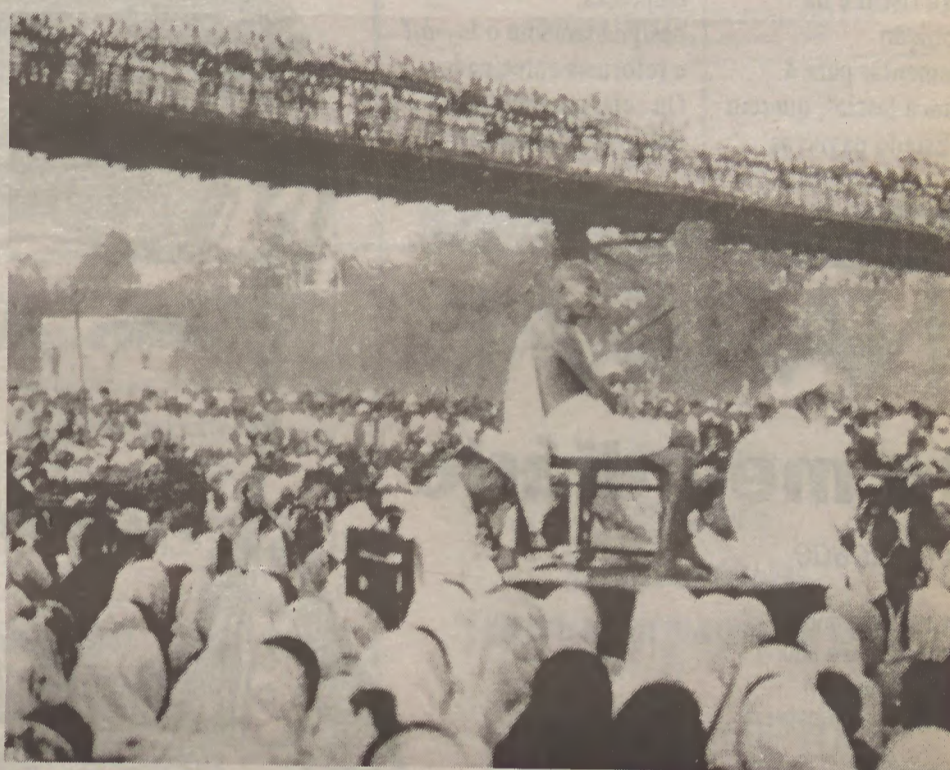
comunistas quem sabe compreender o povo a que pertencem. São eles quem propõem soluções válidas e competentes. Os comunistas têm a resposta. E todos aqueles a quem a ideologia do capitalismo não capturou, porque as condições não permitiam ou porque, no caso da esmagadora maioria da classe trabalhadora e de muitos intelectuais, se recusaram a ser vencidos, votaram no Partido Comunista (Marxista) e no Partido Comunista da Índia.



No encerramento desta edição, foi anunciada a demissão de Atal Bihari Vajpayee, do Partido Janata.

Deve Gowda, da Frente Nacional – Frente de Esquerda, foi convidado a formar governo, devendo tomar posse no sábado.

Abrem-se assim novas possibilidades para uma viragem política na Índia, sem o recurso a novas eleições. Pelo menos por enquanto, o espectro de um poder entregue a uma formação partidária confessional, conhecida pelo seu fanatismo e intolerância, foi afastado.



Gandhi. O herói da independência, assassinado por fanáticos hindus

Principais datas e acontecimentos que ligam a Índia à Europa



A rainha Vitória, figura máxima do Império britânico que colonizou a Índia

Lord Mountbatten, figura ligada ao fim do império britânico

1498 – Vasco da Gama aporta a Calecute, na costa do Malabar;

1501 – Estabelecimento de uma feitoria portuguesa, em Cananore;

1510 – Vitória de Afonso de Albuquerque, em Goa; Os portugueses estabelecem-se em Calicute (que abandonam em 1525), Goa, Cananore, Ceilão, Socotra, Malaca, Ormuz, Chaul;

1542 – Chegada à Índia de S. Francisco Xavier; (Em 1534, o poder português estende-se, no Gujarat, a Bassein, Salsete, Bombaim, Diu [1535] e Damão);

1580/1640 – Devido à perda da independência, os portugueses começam a ceder a sua influência no subcontinente;

1596 – Chegada dos holandeses;

1600 – A Companhia das Índias orientais recebe, da rainha Elizabeth I, a carta que permite aos mercadores de Londres o início da ocupação de certas partes da Índia;

1604 – Chegada dos franceses;

1658 – Os holandeses começam a expulsar os portugueses de todos os territórios que estes ainda ocupam;

1661 – Os portugueses dão à Inglaterra a cidade e o território de Bombaim, como parte do dote da infanta Catarina de Bragança, que partira para Inglaterra, em casamento com Charles II; sete anos depois, a coroa inglesa cedeu Bombaim à Companhia das Índias Orientais;

1690 – Os ingleses estabelecem-se em Calcutta;

1757 – Batalha de Plassey. Os ingleses, comandados por Clive, recuperam toda a sua influência em Calcutta e em Bengala;

1774 – Warren Hastings é feito Governador-Geral de Bengala, com supremacia em todas as presidências criadas pelos ingleses;

1858 – O governo de toda a Índia passa, directamente, da Companhia das Índias para a coroa britânica que se faz representar por um vice-rei. O império do Raj toma forma total e incorpora aquilo que são, hoje, o Paquistão, o Bangladesh, a Birmânia, o Sri Lanka (Ceilão) e partes do Afeganistão;

1860 – A representar o poderio britânico em todo o subcontinente, está a funcionar o Supremo Tribunal, em Calcutta. A lei dos impostos sobre os rendimentos começa a vigorar em todo o império. O Código Civil e o Código Penal entram em aplicação.

Querem tudo e não deixam nada

Em carta enviada ao presidente do Conselho Económico e Social (CES), a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) apresenta ao Governo sete novas exigências, a serem pormenorizadas em sede de Concertação Social, que se consubstanciam na pretensão de que o Governo reduza os «custos das empresas» de modo a «torná-las mais competitivas». E os patrões não estão de modas: querem a redução da carga fiscal e da contribuição complementar para a Segurança Social, querem que o Estado pague as

suas dívidas às empresas (mas não dizem uma palavra sobre as astronómicas dívidas das empresas ao Estado), pretendem preços «mais competitivos» (ou seja, mais baixos) ao nível dos combustíveis, electricidade, transportes e telecomunicações e, no capítulo social, reivindicam a «adaptabilidade e flexibilidade do Trabalho», a «mobilidade profissional e geográfica», «novas formas de trabalho» e «racionalização dos recursos humanos das empresas, designadamente o lay-off e reformas antecipadas». Ou seja, querem tudo e não deixam nada. Como

PONTOS CARDEAIS

os vampiros da canção do Zeca... Será que ainda alguém se lembra dela, no Governo PS? Cantaram-na bastante... no passado.

Demagogia à solta

Na desesperada tentativa de se conservar no poder, tudo serve à campanha de Bóris Ieltsin. Agora até já mete histórias de czares. Nikolai Egorov, chefe da

administração presidencial russa, aproveitou a inauguração em Moscovo de uma estátua de Nicolau II, o último czar da Rússia, para denunciar a «barbárie» dos primeiros bolcheviques e dos seus herdeiros. «Ao inaugurar um monumento ao czar mártir, procuramos apagar a mancha deixada por aqueles que esmagaram a Rússia com a sua roda

vermelha», disse o homem, acrescentando: «a ditadura dos chefes [bolcheviques] instaurada após a Revolução de 1917 cometeu o assassínio bárbaro e insensato do último czar da Rússia. Não é por acaso que os seus herdeiros não pronunciaram uma única palavra acerca do assassínio do czar e da sua família, pois são eles os culpados pelos assassínios de dezenas de milhões de russos». Esqueceu-se o novel czarista de dizer que entre os «herdeiros» da tal «ditadura dos chefes» faz parte o seu actual patrão Bóris Ieltsin, que ordenou, ele próprio enquanto primeiro secretário do Partido Comunista de Sverdlosk, a destruição da Casa Ipatiev, onde teria sido assassinada a família imperial, com o objectivo de que ela não se transformasse em local de peregrinação...

Crianças, crianças... negócios à parte

O Ministério da Agricultura dos EUA resolveu utilizar dois dos principais personagens do filme de desenhos animados da Walt Disney, *Rei Leão*, numa campanha de televisão destinada a promover uma alimentação equilibrada para os jovens. A intenção era boa, o Ministério fez tudo como deve ser avisando a produtora Disney e esperando - ingenuamente, como se verá - que esta empresa tão «dedicada» aos jovens cobrasse um preço acessível pelos direitos de autor, dado tratar-se de uma campanha a todos os títulos meritória. A surpresa não se fez

esperar e deixou o Congresso norte-americano de cabelos em pé: a Walt Disney apresentou uma factura de 400 mil dólares, qualquer coisa como 60 mil contos! Pois é... crianças, crianças, negócios à parte. Realmente, por que carga de água é que a solidariedade e a acção social não hão-de ser pagas e dar lucro? Estamos na América, né?

A saída do Zézé

Ciclicamente, o mistério repete-se: de repente, uma determinada figura ou situação salta para a ribalta e é um ver-se-te-avias no seu branqueamento. Agora chegou a vez de José Beleza, o célebre Zézé Beleza que, a coberto do consulado da sua irmã, Leonor Beleza, à frente do Ministério da Saúde, se meteu em tais alhadas que acabou condenado a vários anos de prisão sob a acusação de ter burlado o Estado em dezenas de milhares de contos. Andou anos fugido à Justiça, com mandatos de captura distribuídos pela Interpol, mas eis que regressa por uma porta tão grande que está a dar para tudo: venda e exibição na RTP das suas andanças pelo Oriente, que ele próprio filmou, passando assim num abrir e fechar de olhos de foragido procurado internacionalmente a respeitável «realizador de televisão», entrevistas no programa *Parabéns* de Herman José, outras presenças televisivas, o anúncio da publicação de um livro, longa entrevista no *Expresso*, enfim, uma estrela. Isto enquanto aguarda a concretização de um recurso que interpôs à sentença a que foi condenado. E ainda se queixa de ser vítima de perseguições malévolas!

PONTOS NATURAIS

Do meu diário

Actualidade

Algures no mundo (e por que não aqui?) crianças morrem de fome e de desprezo.

Entretanto o que de facto importa o que nos fica à flor do desejo é que o nosso clube se reforce de novas aquisições.

Com vista à futura temporada que a que passou, enfim, não foi famosa.

Loucura

Florestas ardem à velocidade de cem mil hectares por ano (ou por dia?)

Um fio de nailom aperta-nos a garganta.

E há para aí uns cómicos falando do bem-estar das próximas gerações!

Apocalipse ouve, com um sorriso amarelo. Já nem mexe uma palha. Limita-se a assistir saboreando uma bela talhada de melancia

(pelo sim, pelo não, de cultura biológica)

Eu estava lá

Daqui não levam nada. Não respeito o ignóbil e o indecente. Sou poesia de cara lavada nada flexível, nada polivalente. Viram-me na televisão? Eu estava entre os que estavam na galeria, e se levantaram contra, no acto da votação.

Daqui não levam nada. Sou poesia de cara lavada.



Ensaio

Na «Estrelas de seis pontas» o som é uma estranha personagem. Presente em cada linha em cada gesto. As vozes no pátio as portas da cela as chaves dando a volta o portão chapeado as marmitas nas mesas os passos reclusos diferentes dos passos dos guardas. E o silêncio. O silêncio. Silêncio a vaguear nos corredores silêncio nas conversas silêncio: a defesa o último reduto.

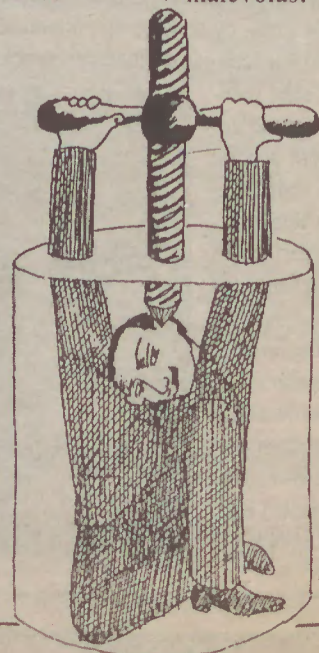
Silêncio suando de rastos na cela na memória.

Marcelo à pressão

A TV. A colmeia. Corrida contra o tempo. É preciso criar a imagem da nova abelha mestra é preciso sossegar o enxame.

O diabo mesmo é que o zângão não ajuda. (Zero em comportamento!)

Mário Castriau



AGENDA

BARCELOS

6ª Assembleia
da Organização Concelhia

Sexta, 31, no CT do PCP

LISBOA

3ª Assembleia da Célula da EPAL

Sábado, 1, às 14h30, no CT Vitória

com a participação de Luís Sá

Outras reuniões e assembleias:

ODIVELAS

Reunião de Reformados militantes do PCP: hoje, dia 30, às 15h, no CT do PCP.

VIEIRA DO MINHO

Reunião geral de militantes para discussão da situação política local e autárquica: sábado, 1, às 21h30, na Junta de Freguesia.

VILA FRANCA DE XIRA

Reuniões preparatórias da 5ª Assembleia da Organização Concelhia: dia 30, da célula da CM/SMAS (18h30, Refeitório Municipal); dia 31, das freguesias de Calandriz (21h30), Alverca (21h30, Salão da JF), Vila Franca (21h30, CT de Vila Franca); dia 1 de Junho, da freguesia de Vialonga (15h30, CT de Vialonga); dia 3, do Secr. de Empresas de Alhandra (Cimpor, Cimianto, Iberol Copaz, Colgate e Previnil) - 18h30, CT Alhandra: dia 4, da freguesia de Sobralinho (21h30, CT Sobralinho) e da célula da Tudor (17h30, CT da Catanheira)

Concelho de SINTRA

- Aqualva-Cacém - «Regionalização o que é?»: debate com a participação de Luís Sá, em instalações do Jardim de Infância Popular (ao lado da JF), sexta-feira às 21h30.

- Queluz - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira às 21h30, no CT, com a participação de António Cordeiro.

- Sintra - Debate com os vereadores da CDU, promovido pela célula dos trabalhadores da CM Sintra e SMAS: hoje, às 17h, no Palácio Valenças.

- Pero Pinheiro - Plenário de militantes da freguesia, com António Cordeiro: sábado às 15h30.

- Montelavar - Plenário de militantes da freguesia, com António Cordeiro: sábado às 21h30, no CT.

PORTO

Debate: «Qualidade de Vida» (equipamentos sociais e colectivos, infra-estruturas básicas e ambiente) com a participação de A. Bordalo e Sá, professor do ICBAS, Emílio Peres, médico, Ilda Figueiredo, vereadora da CMP, João Teixeira Lopes, sociólogo.

Reunião preparatória do Encontro Nacional da Agricultura, com a participação de Agostinho Lopes: sexta-feira, 31, às 21h30, no CT da Boavista.

VISEU

Reunião da DORV, alargada a outros Quadros, sobre a situação social e política e a preparação do XV Congresso do PCP: domingo, 2, às 14h30, no CT de Viseu.

CDU SEIXAL

A dar início a um programa que inclui a visita a todas as freguesias, a CDU promove no próximo domingo, dia 2, uma visita à freguesia de Arrentela, com a participação de eleitos e activistas. A partida é às 9h30 da zona da Junta de Freguesia, estando previstos um almoço cerca das 13 h. e uma reunião de balanço das 15 às 17 h.

PIC-NIC CDU

em Santo António da Charneca
(Quinta dos Amassadores)

Domingo, dia 9

Manhã desportiva a partir das 10 h., almoço, animação musical a partir das 15 h. às 16.30 h. intervenção de Jerónimo de Sousa sobre a situação política
(Inscrições nos CTs do PCP do Barreiro)

1 de Junho
1 9 9 6



inauguração
do monumento
aos resistentes
anti-fascistas
alentejanos

Programa

10 h. - Câmara Municipal
Recepção. Início do cortejo até ao Largo António José de Almeida, onde está implantado o monumento

12 h. - Inauguração do monumento
Em nome da URAP falará António Dias Lourenço.

15 h. - Jardim Público
Espectáculo com a participação de Grupos Folclóricos, Bandas e Grupos Corais.

21,30 h. - Cine-Teatro Curvo Semedo
Exibição do filme «Cinco Dias e Cinco Noites», de José Fonseca e Costa
(entrada livre)

organização:

URAP
UNIÃO DE RESISTENTES
ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES

Sector de Serviços de Lisboa

PASSEIO
DE FRAGATA
NO TEJO

Dia 6 de Junho

Inscrições até 4 de Junho
no CT da Av. Duque de Loulé
(Tel. 3148023)

PALMELA

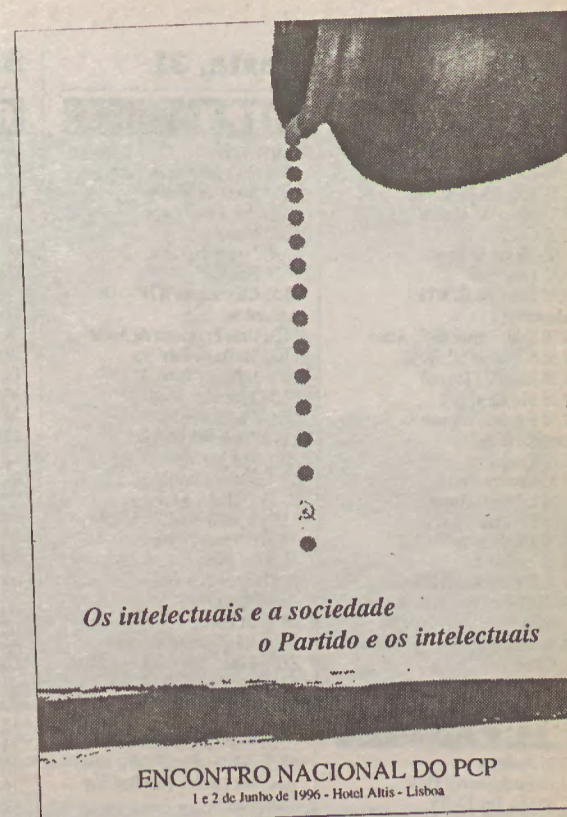
Dia 31

Almoço promovido
pela célula
dos trabalhadores da CM
na Soc. Filarmónica
"Os Loureiros"
com a camarada
Luísa Araújo

FARALHÃO

Dia 6 de Junho

Almoço
no Salão da Cooperativa
com o camarada
José Manuel Maia
(Inscrições nos CTs de Setúbal)



Os intelectuais e a sociedade
o Partido e os intelectuais

ENCONTRO NACIONAL DO PCP
1 e 2 de Junho de 1996 - Hotel Altis - Lisboa

Sábado, 1 de Junho

14.30 horas

Sessão de abertura

15.00 / 17.30 h.

1ª Painel

Os intelectuais
na transformação do país

18.00 / 19.00 h. e 21.30 / 23.00 h.

2ª painel

Os intelectuais
na sociedade portuguesa

Domingo, 2 de Junho

10.00 / 12.00 h.

3ª painel

O Partido e os intelectuais

12.00 h.

Sessão de encerramento

Intervenção de
Carlos Carvalhas
Secretário-Geral do PCP

CONVÍVIO ALENTEJANO

em Montigri - Montijo

Dias 1 e 2 de Junho

Sábado, 1 - Jantar e Grande Noite do Fado
Domingo, 2 - Música popular portuguesa
a partir das 15 h.

Intervenção política

Entrada livre

EM FOCO

Quinta, 30

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 O Caminho das Estrelas
 - 09.45 Rosto de Mulher
 - 10.45 Praça da Alegria
 - 12.25 Cinzas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 País Real
 - 13.55 Clássicos da RTP - Sabadabadú
 - 14.50 Uma Promessa de Amor
 - 15.30 Malha de Intrigas
 - 16.20 Infantil / Juvenil
 - 17.20 Vizinhos
 - 17.50 Futebol: Inglaterra-Portugal (Sub-21)
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Roseira Brava
 - 21.35 Primeiro Amor
 - 22.05 Herman Total
 - 23.00 Maria Elisa
 - 00.25 24 Horas
 - 01.00 RTP/Financial Times
 - 01.10 Ténis: Torneio de Roland Garros
 - 01.20 Monty Python - Os Malucos do Circo

- RTP 2**
- 17.05 Notícias
 - 17.10 Huckleberry Finn
 - 17.40 Um, Dó, Li, Tá
 - 18.40 Caderno Diário
 - 18.50 Magazine «Ver Artes»
 - 19.20 Remate
 - 19.40 TV Nostalgia: «Colditz»
 - 20.45 A Última Fronteira
 - 21.05 O Enigma da Suástica
 - 22.05 Acontece
 - 22.20 RTP/Financial Times
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.10 A Sombra do Homem-Sombra (de W. S. Van Dyke, II, EUA-1941 - Ver Destaque)
 - 00.50 Planeta Música

Sexta, 31

- RTP 1**
- 9.00 Notícias
 - 09.10 O Caminho das Estrelas
 - 09.35 Rosto de Mulher
 - 10.30 Praça da Alegria
 - 12.25 Cinzas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 País Real
 - 13.55 Clássicos da RTP - «Os Andrades»
 - 14.30 Uma Promessa de Amor
 - 15.30 Malha de Intrigas
 - 16.20 Infantil / Juvenil
 - 17.20 Vizinhos
 - 17.45 Canal Aberto
 - 19.00 Pedra sobre Pedra
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Roseira Brava
 - 21.35 Primeiro Amor
 - 22.05 A Mulher do Sr. Ministro (de Errol Morris, EUA-1991, com Lou Diamond Phillips, Policial/Mistério)
 - 00.30 24 Horas
 - 01.05 RTP/Financial Times
 - 01.15 Ténis - Torneio de Roland Garros
 - 01.25 Monty Python - Os Malucos do Circo
 - 02.00 Um Caso de Amor (de Ralph Thomas, Gr. Br. - 1971, com Joan Collins, Tom Bell. Ver Destaque)

- RTP 2**
- 17.00 Notícias
 - 17.10 Huckleberry Finn
 - 17.40 Um, Dó, Li, Tá
 - 18.40 Caderno Diário
 - 18.50 Máquinas
 - 19.15 Notícias
 - 19.35 TV Nostalgia «5ª Dimensão»
 - 20.35 A Par e Passo

Sábado, 1

- RTP 1**
- 08.00 Sempre a Abrir
 - 10.30 Clube Disney
 - 11.30 Cybermaster
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.20 Top +
 - 14.30 86-60-86
 - 15.05 Beverly Hills 90210
 - 16.00 Jornal Jovem (Nova Série)
 - 17.00 Balbúrdia no Leste (de Mel Brooks, EUA/1970. Ver Destaque)
 - 18.55 Clube dos Totalistas
 - 20.00 Telejornal
 - 20.55 Roseira Brava
 - 21.35 Primeiro Amor
 - 22.30 Parabéns
 - 01.35 24 Horas
 - 01.55 Euro 96
 - 02.25 Um Sonho Real
 - 03.55 Sei que o Meu Filho Está Vivo
 - 05.25 Um Coração

- RTP 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Forum Musical
 - 13.00 Parlamento
 - 14.00 Euronews
 - 15.00 Basquetebol
 - 16.55 Futebol: Angola-Portugal (Sub-21)
 - 19.05 Atlanta 96
 - 19.35 7º W
 - 20.10 À Descoberta do Mundo
 - 21.10 Semana ao Sábado
 - 22.00 Notícias 2
 - 22.05 Um Homem em Casa
 - 22.35 Figuras de Estilo
 - 23.35 Teatro: «A Escola de Mulheres»

- SIC**
- 09.00 Buêrére
 - 12.00 O Mundo dos Animais
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 Tostões e Milhões
 - 14.00 Malhação
 - 15.00 Portugal Radical
 - 15.30 Justiça Negra
 - 16.20 A Tentação de Um Anjo
 - 18.00 O Juiz Decide
 - 19.00 Quem É Você?
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.45 Clube VIP
 - 21.15 História de Amor
 - 22.30 Big Show Sic
 - 01.05 Último Jornal
 - 01.20 O Guerreiro de Ferro (de Al Bradley, EUA-1987. Aventuras.)

- TVI**
- 09.40 Animação
 - 12.00 Quem Sai aos Seus...
 - 12.30 Novos Ventos
 - 13.00 Jornal da Uma
 - 13.25 Contra-Ataque
 - 15.00 Ténis
 - 16.10 Doutores e Engenheiros
 - 17.25 Divórcio à Americana (de Jack Donahue, EUA-1965, com Frank Sinatra, Deborah Kerr, Dean Martin. Comédia)
 - 19.30 Telejornal
 - 20.05 Emboscada Fatal (de Budd Boetticher, EUA-1969, com Randolph Scott. «Western»)
 - 22.50 Fortitude - O Fim da Inocência (I)
 - 00.40 Últimas Notícias
 - 01.00 Muriel (de Alain Resnais, Fr.-1962, com Delphine Seyrig. Ver Destaque)

Saiba porque é que a sim-bologia da suástica se tomou odiada ao longo de séculos: hoje à noite na RTP2



Domingo, 2

- RTP 1**
- 08.00 Sempre a Abrir
 - 11.15 NBA
 - 12.00 Sem Limites
 - 12.30 Jornal da Tarde
 - 13.10 Automobilismo
 - 15.00 Made in Portugal
 - 16.05 Alta Voltagem
 - 16.35 Desenhos Animados
 - 17.00 100% Natural
 - 18.00 Marco Paulo com Música no Coração
 - 19.10 Casa Cheia
 - 20.00 Telejornal
 - 20.35 Domingo em Cheio
 - 22.10 Enviado Especial
 - 22.40 Domingo Desportivo
 - 24.00 24 Horas
 - 00.30 Euro 96
 - 01.00 Curso de 1999 (de Mark L. Lester, EUA-1990. Acção/Ficção Científica)

- RTP 2**
- 09.00 Caminhos
 - 09.30 Novos Horizontes
 - 10.00 70 x 7
 - 10.30 Missa
 - 11.30 O Homem e a Cidade
 - 11.50 Euronews
 - 12.45 Para Além do Ano 2000
 - 14.00 À Descoberta do Mundo
 - 15.00 NBA
 - 16.00 Jornada Desportiva
 - 19.45 Bombordo
 - 20.15 Cinema Português (Filme não designado)
 - 22.05 Artes e Letras - «Artaud, Le Momo» (Parte I)
 - 23.20 Os 39 Degraus (de Alfred Hitchcock. Ver Destaque)
 - 01.00 Planeta Música

- SIC**
- 09.00 Buêrére
 - 12.00 Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 Internacional Sic
 - 14.00 Malhação
 - 14.55 A Leste do Paraíso
 - 15.55 O Guarda-Costas
 - 16.55 Walker, o Ranger do Texas
 - 18.00 Salty (de Ricou Browning, EUA-1990. Infantil)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.45 História de Amor (de John Schumacher, EUA-1993, com Susan Sarandon, Tommy Lee Jones. Ver Destaque)
 - 22.35 A Vingança (de Tony Scott, EUA-1990, com Kevin Costner, Anthony Quinn. Aventuras)
 - 01.00 Último Jornal
 - 01.15 O Meu Maior Pecado (de Douglas Sirk, EUA-1958, com Rock Hudson, Dorothy Malone, Robert Stack. Ver Destaque)

- TVI**
- 09.40 Clube da Manhã
 - 12.00 Missa
 - 13.30 O 8º Dia
 - 14.00 Portugal Português
 - 15.30 Jornal do País
 - 15.55 Sortilégio de Amor (de Richard Quine, EUA-1959, com James Stewart, Kim Novak, Jack Lemmon. Comédia)
 - 17.40 Christy
 - 18.30 Caída do Céu
 - 19.30 Telejornal
 - 20.10 Lar, Louco Lar
 - 20.45 O Pai da Chefe
 - 21.10 O Raio Azul
 - 22.00 Mas que Vizinhos (de John G. Avildsen, EUA-1981, com John Belushi, Dan Akyroyd. Comédia)
 - 00.10 Hunter

Segunda, 3

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 O Caminho das Estrelas
 - 09.45 Rosto de Mulher
 - 10.45 Praça da Alegria
 - 12.25 Cinzas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 País Real
 - 14.00 Clássicos da RTP
 - 14.45 Uma Promessa de Amor
 - 15.15 Malha de Intrigas
 - 16.10 Infantil / Juvenil
 - 17.05 Vizinhos
 - 17.45 Canal Aberto
 - 19.00 Pedra sobre Pedra
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Roseira Brava
 - 21.30 Primeiro Amor
 - 22.05 Todos ao Palco
 - 23.10 Nova Oportunidade
 - 00.05 24 Horas
 - 00.50 Torneio de Roland Garros
 - 01.00 Monty Pythons - Os Malucos do Circo

- RTP 2**
- 17.05 Notícias
 - 17.15 Huckleberry Finn
 - 17.45 Um, Dó, Li, Tá
 - 18.50 Universidade Aberta
 - 19.35 TV Nostalgia - «A Jóia da Coroa»
 - 20.40 Foyer
 - 21.40 Dinheiro não Dorme
 - 22.05 Acontece
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.10 Ran - O Senhor da Guerra (de Akira Kurosawa, Fr./Jap.-1985. Ver Destaque)
 - 00.50 Planeta Música - Árias da Ópera

- SIC**
- 10.30 Os Imortais
 - 11.40 As Receitas do Dia
 - 12.10 A Guerra dos Sexos
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Donos da Bola
 - 15.00 Os Donos do Jogo
 - 15.45 Buêrére
 - 17.40 Renascer
 - 18.50 Quem É Você?
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Explode Coração + História de Amor
 - 22.00 Ponto de Encontro
 - 22.40 O Cliente (de John Schumacher, EUA-1993, com Susan Sarandon, Tommy Lee Jones. Ver Destaque)
 - 00.50 Os Donos da Bola
 - 01.15 Último Jornal
 - 01.35 Flash Back
 - 02.35 Vibrações

- TVI**
- 10.10 Clube da Manhã
 - 11.10 Novos Ventos
 - 11.30 Alf
 - 11.55 Ambição
 - 12.50 Dez Prá Uma
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.20 Primeira Mão
 - 14.35 Um Anjo na Terra
 - 15.30 A Fúria do Destino
 - 16.40 A Hora do Recreio
 - 17.30 Informação
 - 18.00 Já Tocou na Faculdade
 - 18.35 Marés Vivas
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Céu Como Horizonte
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 Heróis ou Traidores (de Robert Altman, EUA-1988, com Eric Bogosian, Jeff Daniels. Ver Destaque)
 - 23.55 TVI Jornal + Primeira Fila
 - 01.05 Rua Jump, 21



Ao fim da noite, na RTP2, os grandes espectáculos de todos os continentes.

Terça, 4

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 O Caminho das Estrelas
 - 09.45 Rosto de Mulher
 - 10.45 Praça da Alegria
 - 12.25 Cinzas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 País Real
 - 14.00 Clássicos da RTP
 - 14.45 Uma Promessa de Amor
 - 15.15 Malha de Intrigas
 - 16.10 Infantil / Juvenil
 - 17.05 Vizinhos
 - 17.45 Canal Aberto
 - 19.00 Pedra sobre Pedra
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Roseira Brava
 - 21.30 Primeiro Amor
 - 22.05 Ligações Perigosas
 - 22.55 O Envenenador de Wimbledon
 - 00.10 24 Horas
 - 00.55 Torneio de Roland Garros
 - 01.05 Monty Pythons - Os Malucos do Circo

- RTP 2**
- 17.05 Notícias
 - 17.15 Huckleberry Finn
 - 17.45 Um, Dó, Li, Tá
 - 18.40 Olho Clínico
 - 19.25 Remate
 - 19.40 TV Nostalgia - «Eu, Cláudio»
 - 20.40 Lendas e Narrativas
 - 21.15 Sinais do Tempo
 - 22.05 Acontece
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.00 Macbeth (de Orson Welles, EUA-1948, com Orson Welles, Jeanette Nolan. Ver Destaque)
 - 00.40 Planeta Música - Jazz

- SIC**
- 10.30 Os Imortais
 - 11.40 As Receitas do Dia
 - 11.55 A Guerra dos Sexos
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Escrita em Dia
 - 15.00 Os Donos do Jogo
 - 15.45 Buêrére
 - 17.40 Renascer
 - 18.50 Quem É Você?
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Explode Coração + História de Amor
 - 22.00 Barba e Cabelo
 - 22.30 Ousadias
 - 23.30 Cross Fire
 - 00.30 Os Donos da Bola
 - 00.55 Último Jornal
 - 01.10 Escrita em Dia
 - 02.10 Krush Groove (de Michael Schultz, EUA-1985, com Blair Underwood, Joseph Simmons, The Fat Boys. Musical)
 - 03.30 Vibrações

- TVI**
- 10.10 Clube da Manhã
 - 10.40 O 8º Dia
 - 11.30 Alf
 - 11.55 Ambição
 - 12.50 Dez Prá Uma
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.20 Primeira Mão
 - 14.35 Um Anjo na Terra
 - 15.30 A Fúria do Destino
 - 16.30 A Hora do Recreio
 - 17.30 Informação
 - 18.00 Já Tocou na Faculdade
 - 18.35 Marés Vivas
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Céu Como Horizonte
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 Os Novos Intocáveis
 - 23.50 TVI Jornal
 - 00.30 Jornal do Mundo
 - 01.00 Rua Jump, 21

Quarta, 5

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 O Caminho das Estrelas
 - 09.45 Rosto de Mulher
 - 10.40 Praça da Alegria
 - 12.15 Cinzas
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 País Real
 - 14.00 Clássicos da RTP
 - 14.45 Uma Promessa de Amor
 - 15.15 Malha de Intrigas
 - 16.20 Infantil / Juvenil
 - 17.20 Vizinhos
 - 17.45 Canal Aberto
 - 19.00 Pedra sobre Pedra
 - 19.50 Vamos Jogar no Totobola
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Roseira Brava
 - 21.30 Primeiro Amor
 - 22.55 O Viro Assassino
 - 23.55 24 Horas
 - 00.40 Torneio de Rolando Garros
 - 00.50 Monty Pythons - Os Malucos do Circo

- RTP 2**
- 17.05 Notícias
 - 17.15 Huckleberry Finn
 - 17.45 Um, Dó, Li, Tá
 - 18.45 Olho Clínico
 - 19.25 Remate
 - 19.40 TV Nostalgia - «Eu, Cláudio»
 - 20.40 Lendas e Narrativas
 - 21.15 Sinais do Tempo
 - 22.05 Acontece
 - 22.30 Jornal 2
 - 23.00 Macbeth (de Orson Welles, EUA-1948, com Orson Welles, Jeanette Nolan. Ver Destaque)
 - 00.40 Planeta Música

- SIC**
- 10.30 Os Imortais
 - 11.40 As Receitas do Dia
 - 11.55 A Guerra dos Sexos
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Escrita em Dia
 - 15.00 Os Donos do Jogo
 - 15.45 Buêrére
 - 17.40 Renascer
 - 18.50 Quem É Você?
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Explode Coração + História de Amor
 - 22.00 Barba e Cabelo
 - 22.30 Ousadias
 - 23.30 Cross Fire
 - 00.30 Os Donos da Bola
 - 00.55 Último Jornal
 - 01.10 Toda a Verdade
 - 02.10 O Papá É Major
 - 02.40 Vibrações

- TVI**
- 10.10 Clube da Manhã
 - 10.30 Jornal de Negócios
 - 11.30 Alf
 - 11.55 Ambição
 - 12.50 Dez Prá Uma
 - 13.30 Jornal da Uma
 - 14.20 Primeira Mão
 - 14.35 Um Anjo na Terra
 - 15.30 A Fúria do Destino
 - 16.30 A Hora do Recreio
 - 17.30 Informação
 - 18.00 Já Tocou na Faculdade
 - 18.35 Marés Vivas
 - 19.30 Novo Jornal
 - 20.30 Negócios em Dia
 - 20.50 O Céu Como Horizonte
 - 21.45 Fora de Jogo
 - 22.00 Os Novos Intocáveis
 - 23.50 TVI Jornal
 - 00.30 Jornal do Mundo
 - 01.00 Rua Jump, 21

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

A Sombra do Homem-Sombra

(Quinta, 23.10, RTP2)

Este é o quarto exemplar da célebre série sobre o casal de detectives-privados *Nick e Nora*, criada a partir de um romance de *Dashiell Hammett* e a que a RTP 2 dedicou um ciclo integral. Desta vez, a nova comédia policial leva-nos aos meandros do jogo ilegal e a... não um, não dois, mas três-crimes-três! A realização é, mais uma vez, de *W. S. Van Dyke* e, nos principais papéis, brilham *William Powell* e *Myrna Loy*.



Tommy Lee Jones e Susan Sarandon, numa cena do filme «O Cliente», de Joel Schumacher

Aí Vem Nick

(Sexta, 23.10, RTP2)

O último filme da série com *Nick e Nora* é passado nos meios de espionagem internacional. A frescura já desaparecera há algum tempo desta série de sequelas, mas se não houver nada de melhor é ainda interessante passar o tempo com este belo divertimento.

Um Caso de Amor

(Sexta, 02.00, RTP1)

Estranha mescla entre filme fantástico e melodrama romântico, *Um Caso de Amor* conta-nos a história de um cientista britânico que é transportado para um «universo paralelo», após uma explosão, tendo mudado de identidade e encontrando-se casado com uma bela mulher. Esta, no entanto, sofre de problemas cardíacos e o nosso homem trata de regressar ao Mundo de onde saíra para a encontrar e tentar salvá-la da morte... 'tão a perceber?

Balbúrdia no Leste

(Sábado, 17.00, RTP1)

Bem menos conhecido do que os restantes filmes de *Mel Brooks*, este *Balbúrdia no Leste* é considerado uma das suas melhores



Madeleine Carroll e Robert Donat, em «Os 39 Degraus», de Alfred Hitchcock

comédias e vai buscar a sua inspiração à clássica história da velha senhora que esconde as jóias no interior de uma cadeira da sua casa de jantar - um tesouro que é cobiçado por toda a espécie de gente... Mas o realizador aproveita para fazer aqui uma paródia, por vezes irresistível, aos romances de *Dostoievski* e ao cinema clássico russo, com um *Dom De Luise* em grande forma.

Muriel

(Sábado, 01.00, TVI)

Uma jovem viúva, antiquária em Boulogne-sur-Mer, procura rever um seu apaixonado da adolescência. Mas a fantasiosa

imagem que ela fizera deste torna-se agora na figura de um medíocre em fuga perante a vida. Quanto ao enteado da viúva, é perseguido pela recordação de *Muriel*, uma jovem torturada durante a guerra da Argélia. Como sempre jogando com os diversos planos do tempo e as memórias individuais das suas personagens, *Resnais* constrói aqui um dos seus filmes só aparentemente mais banais, enriquecido que é pelo desenrolar de histórias paralelas, pela sofisticada montagem, pela fabulosa fotografia e por uma requintada banda sonora.

Os 39 Degraus

(Domingo, 23.20, RTP2)

O cidadão canadiano *Richard Hannay*, de férias em Londres, é involuntariamente envolvido, por um incidente casual com uma espectadora (afinal, uma agente secreta), no mesmo teatro londrino onde assistia a um espectáculo, numa complicadíssima intriga de espionagem em que se trata de destruir uma rede de espões relacionados com segredos atómicos. Após inenarráveis e perigosas peripécias, em que é não só perseguido pelos espões como também pela polícia que dele desconfia e vai no seu encalce, o nosso canadiano acaba por descobrir, na companhia de uma professora que se lhe atravessa no caminho, o segredo dos *trinta e nove degraus* naquele mesmo teatro do centro de Londres. Um filme que é justamente considerado o melhor da «fase inglesa» de *Alfred Hitchcock* e em que completamente se afirma o sentido de *suspense* que sempre rodeou as suas maiores obras posteriores. Entre tantíssimas outras, é verdadeiramente exemplar a sequência no comboio, montada pelo cineasta com impressionante destreza e capacidade de construir grandes momentos de tensão, nunca isentos de um irresistível e desarmante humor. E no que se refere às habituais perversidades de *Hitchcock*, é impossível resistir àquela com que, neste filme, o realizador mais uma vez nos surpreende: a escolha do actor *Godfrey Tearle* (extraordinariamente parecido com *Franklin Delano Roosevelt*) para desempenhar o papel do chefe dos agentes inimigos!...

Meu Maior Pecado

(Domingo, 01.15, SIC)

O filme foi adaptado por *Douglas Sirk* de uma obra-prima de *William Faulkner*. Nada menos. Embora pareça estarmos perante personagens estereotipados e de uma história aparentemente

banal, *Sirk* não disfarça ter ido buscar ao romance original o espantoso lado melodramático da intriga e mostra-se, mais uma vez, insuperável e único no género. A gravar!

Heróis ou Traidores

(Segunda, 22.00, TVI)

É, mais uma vez, a célebre história da *Revolta no Caine*, desta vez sobretudo centrada no núcleo da intriga - o julgamento. Naturalmente a longa distância do «original» de *Edward Dmytryk* (em que nos estarrecíamos perante uma inesquecível interpretação de *Bogart*) quem já o viu na televisão concordará que a sua qualidade está, de qualquer maneira, acima da média, para telefilme. A realização é de *Robert Altman* e os papéis principais têm em *Eric Bogosian* e *Brad Davis* dois excelentes intérpretes.

O Cliente

(Segunda, 22.05, SIC)

A bem urdida história deste filme centra-se sobre a figura de um jovem de 11 anos que é apanhado entre dois fogos: o FBI e a Mafia que se prepara para o liquidar por saber de mais. Mas o miúdo é suficientemente esperto e desembaraçado para tratar de arranjar aquilo de que mais precisava, um advogado. E é então que chega ao contacto com uma advogada que se interessa pelo



William Powell e Myrna Loy regressam esta semana nos últimos dois filmes da série «The Thin Man», realizada por W. S. Van Dyke



Um fotograma de «Ran - O Senhor da Guerra», um impressionante filme de Akira Kurosawa

caso e decide ocupar-se dele. Acontece, entretanto, que o filme vai bem mais fundo do que esta superficial e angustiante emergência e acabamos por mergulhar na mais sórdida história de corrupção, em que somos levados a hesitar entre quem são os «bons» e quem são os «maus». *Susan Sarandon* e o jovem *Brad Renfro* dão nas vistas, mas *Tommy Lee Jones* tem uma composição tão fabulosa quanto terrível. A realização, impecável, é de *Joel Schumacher*.

Ran - O Senhor da Guerra

(Segunda, 23.10, RTP2)

Primeiro filme de um ciclo dedicado a *Shakespeare*, *Ran - O Senhor da Guerra* é a fabulosa e pessoalíssima versão do cineasta japonês *Kurosawa*, inspirada no drama do *Rei Lear*. Verdaderamente espantosos são os primeiros 40 minutos, uma lição de como preparar em cinema a narração de uma intriga e a composição das suas personagens principais. A não perder!

Romeu e Julieta

(Terça, 23.10, RTP2)

Com guarda-roupa inspirado em *Piero de la Francesca* ou *Carpaccio* e filmado por entre os cenários naturais da época da Renascença - em Verona, Veneza ou Siena! - é natural que seja o lado pictórico deste filme que melhores louvores lhe trouxeram. Numa excelente adaptação da obra de *Shakespeare* em que, de algum modo, o ritmo da peça original se perde um pouco, esta produção resulta verdadeiramente sumptuosa e a distribuição dos papéis (com *Laurence Harvey* em *Romeu* e a amadora *Susan Shentall* em *Julieta*) afigura-se justíssima.

Macbeth

(Quarta, 23.10, RTP2)

Estreado no mesmo ano em que *Laurence Olivier* mostrava a sua versão cinematográfica de *Hamlet*, disse-se então que este filme de *Welles* sofria em termos de comparação - provavelmente porque era da compita entre dois clássicos de *Shakespeare* que se tratava. Mas, com os anos, percebe-se melhor agora como *Orson Welles* soube ultrapassar todas as dificuldades financeiras que ensombraram a rodagem do filme para ter a coragem de filmar *Macbeth* praticamente apenas em interiores, em meio de nevoeiros e de cenários estranhos e bizarros e com uma fotografia propositadamente escura - mesmo assim escapando aos efeitos da teatralidade que não deixaram de afligir a versão de *Olivier*.

TELEVISÃO

■ Correia
da Fonseca

David

Eu ia olhando a emissão e tudo estava bem. Os poemas eram do David Mourão-Ferreira. O nome de Diana Andringa na autoria do programa era, a vários títulos, uma garantia. Dos que iam ali falar de David, parecia-me gostar de todos, embora naturalmente mais de uns que de outros (mesmo de Vasco Graça Moura, porque não vinha possesso do hipercavaquismo agravado que, muito mais que a qualidade intelectual, lhe conferiu uma triste popularidade; mesmo de quem fez um percurso que sempre me lembra navios, ratos e afundamentos esperados que afinal não houve). Eu estava, pois, a gostar de tudo, a manter a esperança de que a emissão viesse minorar a dívida que todos temos para com David Mourão-Ferreira, poeta, homem de cultura ampla e generosa. Foi quando pressenti que algum desconforto se me começava a insinuar. E comecei a perguntar-me porquê.

Fui descobrindo. Eram coisas menores, porventura sempre ou quase sempre objecções impertinentes. Comecei por achar que, quanto a David, havia ali muitas palavras alheias a alguma penúria de palavras do próprio, isto é, da sua obra poética. Esta suspeita teve um momento de suspensão quando Luís Lucas leu a «Litania para este Natal» (por sinal com a introdução de uma cesura errada exactamente na versão final, o que foi uma pena), mas prosseguiu depois quase até ao fim, até porque se me foi tornando evidente que a minha escolha dos poemas terão sido não apenas mais profusa mas também diferente. Quanto a este segundo ponto, não era grande descoberta: é sabido que nisto do escolhas cada qual faz a sua e que é sempre difícil manter uma discussão sobre isso. Por mim, lamentei a ausência de poemas que ao longo dos anos me deram a sobressaltara consciência de que estava perante um enorme poeta cuja inteira dimensão nem sempre era reconhecida por todos, e isto por vezes por razões falsas, outras vezes só pelas «pequenas coisas da maldade» de que falou Jorge de Sena. Senti a falta de «Herança» (Ouvir, ouvir de noite uma ambulância...), de «Equinócio» (Chega-se a este ponto em que se fica à espera...) de «Retrato de rapariga» (muito hirta de pé no patamar do sono...). Quanto a este último poema, até poderia trazer à emissão um sentido de europeísmo que não o que anda agora a ser por aí apregoado nos salões de má-nota: de um europeísmo que é devoção pela tradição humanista da «Europa, essa Grécia ampliada», amor pela cultura e não pelos balanços consolidados, gosto da partilha para lá das fronteiras. Mas todas as minhas possíveis reticências quanto aos poemas ouvidos ficaram arrasadas pela experiência devastadora que foi ouvir a «Ladaíña dos Natais Póstumos» na vez incomparável e insubstituível do próprio Mourão-Ferreira: «Há-de vir um Natal e será o primeiro/ em que se veja à mesa o meu lugar vazio/ (...) Há-de vir um Natal e será o primeiro/ em que não viva já ninguém meu conhecido/ Há-de vir um Natal e será o primeiro/ em que nem vivo esteja um verso deste livro/» É um poema de 87. É um poema de enquanto houver um homem perante a vida, a morte e a palavra.

Depois disto, não pude lembrar mais o receio, ou a suspeita, de que a escolha dos poemas incluídos no programa havia privilegiado a vertente erótica da obra de David Mourão-Ferreira e os livros mais recentes. Aquele poema e aquela voz tinham, só por si, justificado a emissão tornando-a inescusável.

Os dois príncipes

Antes, tinham sido pontuais objecções ou nem sequer isso, talvez apenas algumas estranhezas. Por exemplo, quanto à mobilização de imagens para integração no programa. As da Guerra Mundial e da Guerra Civil de Espanha (estas aliás sempre bém-vindas porque nunca é de mais lembrar que houve aquela guerra infame a que o fascismo português ficou ligado da pior maneira), dificilmente teriam cabido com inteira naturalidade a propósito da vida ou da obra de Mourão-Ferreira, jovem de mais para ter sido profundamente marcado pelo crime franquista ou por ter participado, mesmo apenas por uma mobilização militar, no conflito mundial. Os breves excertos de «Sem Sombra de Pecado» e de «Um Amor Feliz», filme e telenovela, pareceram-me também de inserção dispensável, embora reconheça, no primeiro caso, a vantagem de sublinhar o relance crítico que David lançou sobre o minimundo militar, pormenor em que tive tanto gosto como a própria Diana Andringa, e no segundo caso a de ter permitido vermos e ouvirmos de novo Artur Ramos, o que nunca será de mais. A propósito, ao menos um

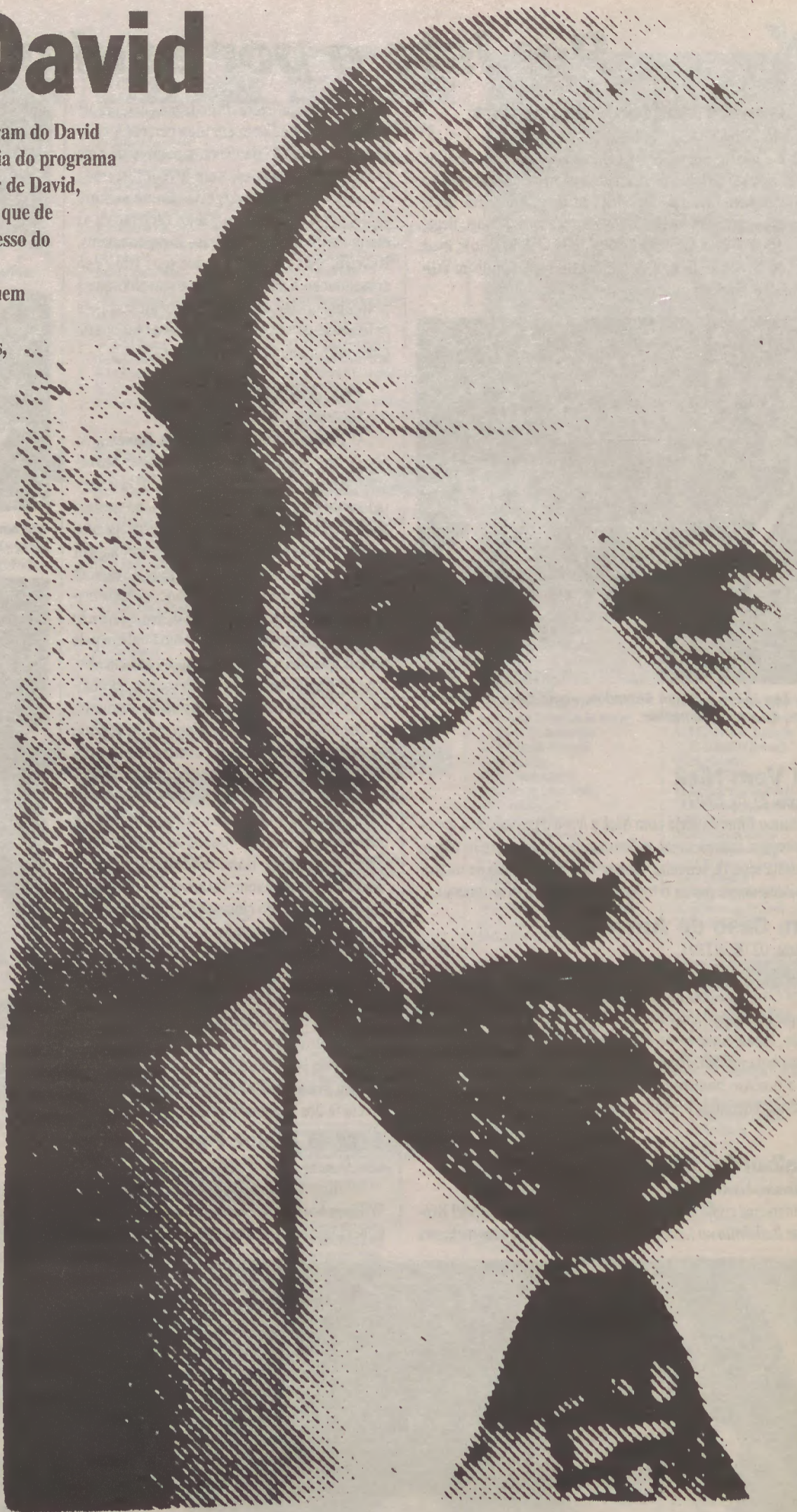
pouco, convirá fazer referência à presença de um outro deponente, Urbano Tavares Rodrigues, e a uma omissão relativamente grave por ele cometida. Foi quando Urbano disse de David que ele é um príncipe no quadro da actual vida literária portuguesa. É verdade. Mas Urbano «esqueceu-se» de acrescentar o que de resto todos sabem: é que há pelo menos mais um príncipe no mesmo reino, e esse príncipe é o Urbano Tavares Rodrigues.

Por muito, porém, que possa ser discutível o directo relacionamento de David Mourão-Ferreira com guerras que não viveu nem o tocaram dramaticamente, é certo que o trabalho de Diana Andringa sublinhou o fundamental: embora a poesia de David seja lírica e muito pessoal, nunca dele está ausente um atento sentido do mundo: aquela não é uma poesia solipsista, «tão pessoal como uma escova de dentes», para usar aqui as palavras do Sidónio Muralha. O telefilme provou que Mourão-Ferreira sempre se sentiu integrado num mundo onde havia, na década de 30, uma ameaça tonitruante na Alemanha de Hitler e, mais de trinta anos depois, «uma casa de Hanói ontem bombardeada». Mas a sua abertura ao mundo exterior não o vincula apenas ao que é terrivelmente dramático e está longe no espaço: a realidade próxima e quotidiana é uma referência constante na sua obra

poética, e ao longo dela David Mourão-Ferreira faz uma espécie de navegação de cabotagem que para quem o lê é um itinerário comovente.

Nesse universo pessoalizado avulta, é certo, a presença da mulher, o que parece ter suscitado por vezes alguma surpresa verdadeiramente surpreendente, com perdão do fácil jogo de palavras: não foi sempre assim, embora com as particularidades de cada vez, na poesia masculina (e na vida, é claro) desde que o mundo é mundo?

Daqui emergiu em David uma poesia por vezes erótica, muitas vezes sensual, sempre sensível. E ainda bem que é assim. Não me parece atrevimento excessivo sustentar que David Mourão-Ferreira é o grande poeta do amor neste nosso século português, e não apenas nele, com o mérito acrescido de não se ter ficado por aí, mesmo só no âmbito da poesia, e também de ter sido ainda notabilíssimo como professor, crítico, ensaísta, homem vivo. De tudo isto, e de alguma coisa mais, nos deu claro sinal este «Retrato com palavras» de Diana Andringa. Sinal que, felizmente, ainda veio a tempo e que vai ficar na memória dos que o viram. Até que, como é inevitável mas não excessivamente trágico, para cada um de nós os Natais se vão tornando póstumos.



ESCAPARATE

Festas de Lisboa

Vêm aí as Festas de Lisboa. Com abertura oficial no sábado, marcada por um grande espectáculo de fogo de artifício aquático (no Cais da FIL, às 24 horas) e um concerto de sinos nas Colinas da Cidade, às 21.30, entre muitas outras animações, o evento encerra dia 29 do mês de Junho, com uma Festa dos Oceanos organizada pela Expo'98.

Marchas populares e 52 arraiais espalhados por toda a cidade voltam em Junho a fazer das ruas o cenário privilegiado das Festas de Lisboa, cujo programa conta com mais de 300 manifestações culturais.

Os espectáculos das festas regressam aos palcos de nove salas alfacinhas: os teatros Maria Matos (na terça-feira, às 21.30, estreia a opereta *O Tanoeiro*), Tivoli e São Luiz (onde os concertos de música lusófona se iniciam terça-feira às 22 horas), Pavilhão Carlos Lopes, Praça do Campo Pequeno e salas da Fundação Calouste Gulbenkian, Culturgest e CCB.

A zona ribeirinha, jardins, bairros históricos, chafarizes, estações de metro, Cais do Sodré, Praça do Município, Baixa Pombalina, Chiado e pátio novo da Rua Garrett são outros tantos locais onde estão previstas manifestações culturais.

Tendo também sido incluído o Convento dos Inglesinhos no programa, para o Teatro Taborda estão reservados eventos teatrais, «ateliers» e animações. A Mãe d'Água nas Amoreiras, a Patriarcal e o Museu da Água recebem exposições, enquanto a Igreja do Menino Jesus acolhe um festival de coros.

No recuperado Palácio de Pincas Palha realizam-se as *Noites de Guitarra Portuguesa*, a começar quarta-feira às 21.30, que compreendem um concurso de virtuosos e uma exposição de homenagem a Carlos Paredes.

Outro local privilegiado é o antigo Cine-Esperança, onde se estreou Hermínia Silva, integrado no Convento das Bernardas, na Madragoa, edifício a recuperar no âmbito de um projecto integrado de reabilitação. Aí o fado cantar-se-á em sessões que começam segunda-feira às 22 horas.

Não são esquecidas as casas regionais dos bairros históricos alfacinhas mais típicos que, além da Madragoa, compreendem a Mouraria, Alfama, Castelo, Bairro Alto e Bica, onde o teatro, o fado, a música e as artes plásticas prometem dar o tom.

O rock está também na ordem do dia, incluindo o concerto de Bjork, tal como o jazz, com o ciclo *Lisblues* no Blues Café (Carey Bell actua segunda-feira, às 23 horas), junto à Rocha do Conde de Óbidos, e outros concertos a realizar quer no Speakeasy, quer no São Luiz, onde actua a Maria Schneider Jazz Orchestra (domingo, às 22 horas).

Neste teatro desenrola-se outro ciclo votado exclusivamente à música portuguesa, com forte participação já garantida e sob o tema *Sons do Século*.

No mês em que é assinalado o centenário da primeira exibição cinematográfica em Portugal, o Cine-Esplanada, no Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama, apresenta mais um ciclo, desta vez dedicado aos filmes nacionais.

Arte pública, traduzida num inédito projecto de iluminação das entradas da cidade, é completada, para chamariz de público, por um Concurso de Gastronomia Lisboaeta, que procura preservar a arte de bem comer na capital. Bom proveito!



LIVROS

Os Versos do Capitão

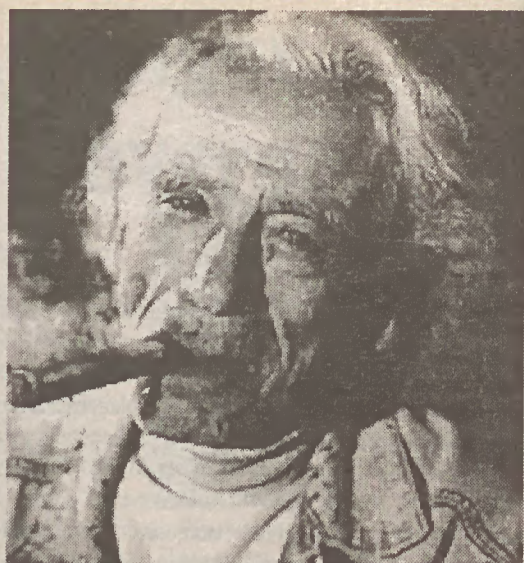
De repente, com o filme que por aí entusiasma multidões, Pablo Neruda ficou na moda, com a palavra dada ao «seu» carteiro. Boa moda, essa, que se espera tenha contribuído para chamar a atenção sobre um grande poeta que transcende largamente o seu país - o Chile - e a América Latina e que durante tanto tempo se pretendeu encerrar dentro dos limites de uma postura panfletária ou de uma poesia militante. Militante era, de facto, a sua voz. Exaltadora das grandes batalhas da humanidade pela emancipação. Mas a visão humanista do poeta não cabia no verso «partidário», porque nenhuma poesia que traz à tona a voz das grandes aspirações dos oprimidos e o faz com arte, cabe, embora tome partido. Este livro, editado agora pela *Campo das Letras*, em tradução de Albano Martins, vem desvendar algo mais - embora já vá longe o ano de 1952 em que Neruda deu à estampa, em Nápoles, estes versos - e sofreu de longo anonimato. Prolongado, é claro, em Portugal. Que razão para o pudor em mostrar estes poemas? É Neruda que responde, em 1963,

OS VERSOS DO CAPITÃO

Pablo Neruda



CINEMA



Samuel Fuller

Curtas-metragens em Vila do Conde

O 4º Festival Internacional de Curtas-metragens decorre de Jomingo a sexta-feira no Auditório Municipal e no Centro da Juventude de Vila do Conde, este ano com o dobro de filmes portugueses relativamente ao ano passado. Para além da competição, o festival apresenta também mostras e retrospectivas de Chris Marker e um programa designado *Noites Americanas*, que pretende dar a conhecer as curtas-metragens de realizadores que se tornaram famosos através de longas-metragens, nomeadamente John Ford, Sam Peckinpah e Samuel Fuller.

A selecção de filmes presentes resultou do visionamento pela direcção do Festival Internacional de Curtas-Metragens de Vila do Conde de cerca 1 500 filmes. A competição nacional será constituída por 12 filmes, o que corresponde a duas sessões, com a duração inferior de 60 minutos.

Na vertente da competição internacional vão ser apresentadas cerca de 50 curtas-metragens, com até 40 minutos de duração, oriundas de todo o

Mundo e produzidas a partir de 1995, que incluem ficção, documentário e animação.

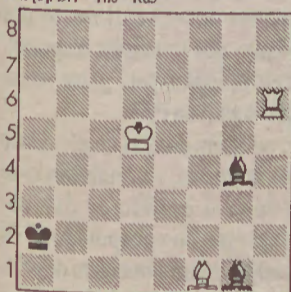
Haverá, ainda, um programa especial intitulado *100 Anos de Curtas-Metragens Portuguesas*, com a colaboração da Cinemateca, que pretende ser uma comemoração evocativa do centenário da projecção do primeiro filme português. Neste programa, será feita uma selecção de curtas-metragens datadas dos primórdios do cinema português, com uma sessão dedicada aos primeiros documentários rodados em Portugal e aos primeiros filmes de ficção e enredo, com a projecção de *Frei Bonifácio*, de Georges Pallu.

Com o objectivo de permitir maior afluência do público, foram criadas diversas modalidades de participantes, nomeadamente para jovens, sócios de cineclubes e alunos de escolas de cinema, que garantem o acesso a todas as sessões por quatro mil escudos. Os restantes interessados em assistir ao Festival poderão fazê-lo por cinco mil escudos.

XADREZ

DLXII-30 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X023
Por: A. HILDEBRAND
Suomen Shakki, 1951

Pr.: [3]: Bs.g1, g4 - Ra2
Br.: [3]: Bf1 - Th6 - Rd5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXII

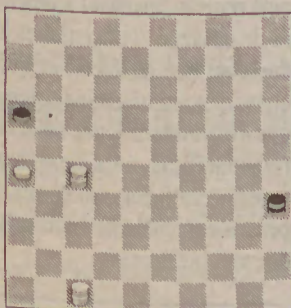
Nº 1996X023 [A.H.]: 1. Tg6!, Bf3+; 2. Rc4, Bc3; 3. Tg3, Bb7; 4. Tc3, Ba6+; 5. Rb4!, B:f1; 6. Rf3 e g.

A. de M. M.

DAMAS

DLXII-30 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D023
Por: L. SIGAL
L'Effort N.º 158/Set.-Out. 1974

Pr.: [2]: 16-(35)
Br.: [3]: 26-(27)-(47)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXII

Nº 1996D023 [L.S.]: 1. 26-21!, (35-2)*; 2. 47-29!!; (2-35)*; 3. 29-34, (35-2)*; 4. 34-7, (2x11); 5. 27-36/49 e +; 1. (2-8); 2. 27-22!!; (16x38); 3. 46x2+ 2. (2x8); 3. 27-22, (16x18); 4. 29x3 +

A. de M. M.

FEIRAS

Feira do Livro em Lisboa

Até 16 de Junho, decorre a 66ª edição da Feira do Livro de Lisboa, uma iniciativa da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), que este ano se instalou na Rua Augusta e na Praça do Comércio.

O certame apresenta seis pavilhões e tem a participação de 143 entidades, organismos, distribuidoras e editoras, das quais 15 com uma aposta diferenciada nos géneros infantil e juvenil.

Além do Pavilhão e Auditório da APEL, o espaço destinado à Feira do Livro de Lisboa conta com mais dois pavilhões de informação bibliográfica, respectivamente no início e no final da Rua Augusta.

Para demonstrações multimédia, com acessos à rede Internet, está o Pavilhão Ciberforum e, finalmente, o da Tipografia, um Museu da Imprensa apto para demonstrações através de antigas máquinas patentes ao público.

As entidades e organismos representados são a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), os institutos de Conservação da Natureza, de Investigação Científica e Tropical, e Cultural de Macau, bem como a Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

TEATRO



Molly Bloom em Lisboa

Mais uma vez na capital portuguesa está o Teatro Meridional, projecto peculiar que nasceu da ideia de reunir actores e técnicos portugueses, espanhóis e italianos para a formação de uma companhia de teatro. Itinerante por excelência, já que a sua actividade se distribui por terras de Espanha e Portugal sem contar com festivais internacionais. Desta vez, os artistas e técnicos do Meridional estão a levar à cena, até 16 de Junho, o espectáculo *A Noite de Molly Bloom*, uma adaptação teatral do capítulo 18 do *Ulisses*, a obra de James Joyce, concebida pelo dramaturgo espanhol J. S. Sinisterra. Ana Luíza é a actriz que dá corpo e voz ao texto, com encenação de Miguel Seabra e Álvaro Lavin. E os espectáculos podem ser vistos, de 5ª a Sábado, às 22.00, e aos Domingos às 17.00. Ali, na sala da Comuna, à Praça de Espanha.

MÚSICA

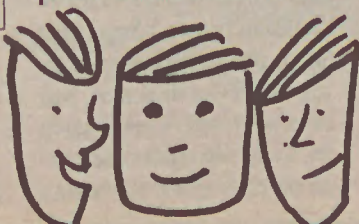
Maria vai com os outros...

... e os outros são nada menos do que 17 músicos de primeira água que constituem a Orquestra de Jazz de Maria Schneider, uma jovem compositora e directora de orquestra que está a dar que falar na cena do Jazz nova-iorquino. Com belíssimas sonoridades pastel, originais aproveitamentos das madeiras e forte acutilância na condução dos metais, os sons de Maria são uma versão moderna das big bands clássicas e a surpresa, para muitos, vai acontecer no Domingo, 2 de Junho, no Teatro S. Luiz, de Lisboa. E dois dias depois, na terça-feira, no Auditório da Exponor, em Matosinhos, cada vez mais o lugar onde do Jazz nortenho.



Ao Vivo do Corredor da Morte

Relatos da desgraça que é e tem sido a vida prisional nos Estados Unidos, do seu sistema repressivo e, sobretudo, de um sistema que ainda mantém a pena de morte, sobram na literatura dos EUA. Rara é esta voz que se levanta, a de Mumia Abu-Jamal, um jornalista negro norte-americano que há 14 anos aguarda a execução. Escrito na prisão de onde nos conta as humilhações e os sofrimentos, este livro - também editado pela *Campo das Letras* - pretende ser uma análise da pena de morte e é, simultaneamente, um apelo à justiça de um homem condenado pelo assassinato de um polícia, cuja postura é diametralmente oposta à daquele outro negro, vedeta desportiva, que foi absolvido da acusação de assassinato da própria mulher.



A TALHE DE FOICE

Coração e estômago

O PS está de facto a governar com o coração. Tic, tac, tic, tac, a batida socialista é um relógio, talvez de cuco, a pulsar nas veias da Nação.

Um relógio de tão especial maquinismo que não desregulariza, só desregulamenta, não sofre de taquicardia, porque flexibiliza.

Nesta musculosa arte de governar, nem uma sístole se perde, toda a diástole nos transforma. O ritmo é de binário puro: dum lado os que tocam - uma minoria, como em qualquer orquestra - do outro os que dançam - a esmagadora maioria, como em qualquer bailação. Em desvelo com os que tocam, o coração do Governo PS não se cansa de bater para esse lado: tic, tac, vamos lá às privatizações, tic, tac, tomem lá a flexibilidade e a polivalência, tic, tac, esqueçamos as vossas dívidas ao Estado.

Nas privatizações, o Governo PS tem um coração de ouro: pega nas empresas públicas mais lucrativas do País e propõe-se entregá-las ao capital privado ainda este ano. Sem explicações, como se agisse sob mandato divino.

No início da recuperação capitalista, a direita no poder ainda enjorcava argumentos para destruir as nacionalizações e escancarar os bens públicos à voracidade capitalista.

Argumentava, então, que as empresas nacionalizadas eram mal geridas (apesar de todas as administrações serem por por si meticulosamente escolhidas) e reclamava a «eficácia» e a «competência» dos privados como a única solução que interessava a Portugal.

O cavaquismo afirmou-se um campeão nessa velha manha de fazer o mal e a caramunha, enquanto cautelosamente ia desmontando a organização económica construída no Portugal de Abril.

Agora, o Governo PS nem se dá ao trabalho de argumentar: é tão desvairada a sua obsessão em agradar ao capital monopolista e aos senhores do dinheiro, que foi de coração nas mãos que entrou a governar, dizendo: «tomai e comei».

Só que, ao invés da matriz cristã, o corpo assim oferecido não consubstanciava o PS, mas a economia do País em nome do qual governa.

E pergunta-se: por que se há-de alienar empresas como a Telecom, a EDP ou a Cimpor, quando todas dão lucros e garantem receitas ao Estado, além de assegurarem serviços e bens estratégicos?

Por que aberração é que um monopólio estatal como a Tabaqueira - um gigante que vale o seu peso em lucro - há-de ser abatido, desregulamentando o mercado, desamparando a produção nacional, encaminhando rios contínuos de dinheiro para interesses privados e privando assim o Estado de receitas fabulosas?

Que coração é este, que se dispõe a esquarterar a CP em três áreas, assumindo o Estado as que implicam despesas e investimentos e entregando ao capital privado as que dão lucros, desarticulando e desamparando mais um sector fundamental para o desenvolvimento do País? Sobretudo que batidas são estas que, para o lado dos que bailam - a generalidade dos trabalhadores -, o que dão se resume ao que lhes vão tirando para oferecer ao patronato, sob a forma de flexibilização dos horários e «polivalência» de funções, tudo com força de lei, o que nem o cavaquismo se atreveu a propor?

Que «governo do coração» é este que, entretanto, até já pretende estrangular o direito ao protesto, ameaçando com pesadas multas quem exprima nas ruas a sua indignação, enquanto aguarda reverentemente as sete novas exigências a formular pela CIP em sede de Concertação Social, e que se resumem na pretensão de que o Governo reduza os «custos» das actividades patronais?

Francamente, senhores.

Já não há estômago para um coração destes...

■ HC

PS e PSD de acordo nas questões fundamentais

A Comissão Política do PCP considera que a explícita declaração do líder do PSD de que o seu partido viabilizará o Orçamento de Estado para 1997 constitui um relevante e oportuno elemento de clarificação política, afirmou antontem o camarada António Lopes, em conferência de imprensa realizada na sequência da reunião daquele organismo executivo do Comité Central. O dirigente comunista deu a conhecer os principais aspectos da análise da situação política nacional a que se procedera.

«Com efeito», afirma o documento divulgado por António Lopes, «ainda que tenha sido feita com o pretexto de não dar pretexto ao PS para a abertura de uma crise política e eleições antecipadas, esta declaração vem sobretudo confirmar as insistentes prevenções adiantadas pelo PCP de que o frenesim fingidamente oposicionista e o foguetório verbal do PSD constituíam fundamentalmente uma cortina de fumo soprada para esconder que o PSD, de facto, em questões fundamentais, não tem nenhuma divergência assinalável com o PS.

«Na verdade, é incontestável que o PSD está de acordo com a

comportamento do PS no passado - ou seja, condenar inflama-damente as consequências de uma política esquecendo-se que é cúmplice dessa mesma política.

«Depois da intensa cumplicidade já estabelecida entre o PP e o PS, a «boa vontade» agora manifestada pelo PSD confirma plenamente que 90% dos aparentes conflitos e divergências entre PS, PP e PSD são pura coreografia política.»

Regionalização e revisão

A Comissão Política analisou também o processo de revisão



António Lopes divulga à imprensa as conclusões da reunião da Comissão Política

política de integração europeia seguida pelo Governo do PS e profundamente empenhado na mais completa ortodoxia dos critérios de convergência nominal e da marcha forçada para a moeda única. Está de acordo com a brutal e acelerada política de privatizações anunciada e desenvolvida pelo Governo do PS. Está de acordo com as linhas fundamentais da política económica promovida pelo Governo do PS. Está de acordo com aspectos estruturantes da política social do Governo do PS, designadamente a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e a crescente desresponsabilização do Estado nos domínios sociais.

«E está de acordo com tudo isto e muito mais porque, em boa verdade, se estivesse em desacordo estaria então a discordar da política que ele próprio realizou no Governo nos últimos 10 anos.

«A antecipada garantia dada pelo PSD de que viabilizará o próximo OE, para além de significar um óbvio sinal dado ao PS de que pode ir tão longe quanto queira nas restrições orçamentais e na política de «austeridade» em 1997, mostra sobretudo que o PSD se prepara para repetir o

constitucional e o debate em torno da regionalização, sublinhando, em relação ao primeiro aspecto, a cedência do PS às reivindicações fundamentais da direita, o que «criou uma situação penosa, em que se sucedem episódios lamentáveis e pouco favoráveis ao avanço da regionalização». Responsabilizando o PS pelas suas cedências à direita, o PCP reafirma que «intervirá nas instituições e fora delas para prosseguir o combate em defesa da instituição das Regiões e do cumprimento da Constituição».

A Comissão Política do PCP chamou ainda a atenção para o facto de «o Governo PS e o seu Grupo Parlamentar terem imposto numa marcha forçada para, conjuntamente com a direita, aprovar a Lei da flexibilidade e da polivalência, sem qualquer consideração pelos mais de 1650 pareceres de organizações representativas dos trabalhadores, mantendo na íntegra todas as orientações gravosas da sua proposta».

O PCP apelou a todos os trabalhadores e às suas organizações para que «prossigam a sua luta contra a aplicação arbitrária

da Lei do Governo do PS, em defesa do horário de trabalho e das carreiras profissionais».

«Não deixa de ter significado», disse António Lopes, «o facto de o PS ter passado por cima do Projecto de Lei do PCP sobre a redução da idade de reforma das mulheres que na Comissão especializada da Assembleia da República tinha prioridade de discussão e votação. Simultaneamente, perante a justa indignação dos trabalhadores verificou-se por parte dos deputados do PS uma clara e inquietante disponibilidade para limitar e proibir o acesso às Galerias da Assembleia da República de todos os que exerçam o direito de manifestação frente àquele órgão de soberania. Tal intenção aliada ao anúncio de avançar com medidas legislativas repressivas sobre quem se manifeste em cortes de estrada e vias férreas, indica má consciência política perante o agravamento da situação social que tende a aumentar face às medidas levadas por diante pelo Governo».

A política do governo do PS em relação à Segurança Social, que «aparece revestida de uma insanável duplicidade», e com o seu objectivo privatizador a tornar-se cada vez mais evidente, foi também objecto das críticas da Comissão Política do CC, que anunciou a realização, no próximo dia 22 de Junho, de um Encontro Nacional sob o lema **Por uma Reforma Democrática da Segurança Social**.

O caso do Totobola

Sobre as recentes medidas tomadas pelo Governo em relação às receitas do Totobola, António Lopes revelou a posição da Comissão Política do CC do PCP:

«É irrecusável o papel que os clubes desportivos assumiram ao longo dos anos e assumem, ainda hoje, no desenvolvimento da actividade desportiva, quer na sua vertente amadora, quer na de alta competição, substituindo-se, em muitos casos, ao Estado, cujas funções têm vindo a ser drasticamente reduzidas pelos adeptos do «menos Estado», como é particularmente patente em matéria de desporto escolar.

«São assim, na opinião da Comissão Política, perfeitamente justificados os apoios financeiros e outras ajudas, que possam reverter para os clubes, incentivando-os a um bom desempenho na dinamização do desporto nacional.

Esta posição não significa qualquer condescendência com o incumprimento pelos clubes das suas responsabilidades fiscais, e outras, para com o Estado. Situação que, aliás, se insere num problema mais vasto de dívida ao fisco e à Segurança Social, no valor de muitas centenas de milhões de contos. Não deve haver instituições acima da lei. Como não estamos de acordo que esses apoios continuem a

ser atribuídos numa óptica casuística e quase sempre determinados por uma concepção caciquista e eleitoralista de poderes públicos, acentuando a dependência dos clubes de forças partidárias e do grande capital, como aconteceu durante o consulado de Cavaco Silva.

«Somos pela completa clarificação das regras e pela completa transparência das normas que devem regular as relações entre o Estado e os clubes, e abordadas numa perspectiva global e consistente, de apoio ao associativismo, no reconhecimento do papel fundamental dos clubes na resposta às necessidades da prática desportiva.

«A recente medida do Governo de consignação de toda a parte das receitas do Totobola que não era entregue aos clubes, como forma de solucionar o problema real das dívidas fiscais destes, é desajustada, porque fora de um quadro global de financiamento do desenvolvimento desportivo e da prévia clarificação das regras do jogo, com a adopção de critérios transparentes e públicos para os apoios ao movimento desportivo. É inaceitável ainda porque, assim anunciada, choca a opinião pública de um País a braços com crescentes problemas de desemprego, baixos salários e pensões de miséria, com cada vez mais pobres, que não compreende que se desviem fundos destinados, em teoria, a funções sociais a favor de entidades conhecidas, pelos contratos milionários com jogadores e treinadores. Esta medida permite igualmente a exploração demagógica, populista e política desse sentimento por alguns dos principais responsáveis políticos pela grave situação social do País.

«Assim, dada a complexidade do problema, e manifestando-se contra o perdão da dívida, expresso ou encapotado, e os laxismos que alimentem desvios que levam os clubes a viver acima das suas possibilidades, a Comissão Política entende que esta questão deve ser debatida com urgência no Plenário da Assembleia da República, para se conhecerem com precisão as suas implicações, bem como as responsabilidades passadas (do anterior governo) e presentes, bem assim quanto aos seus custos para o Orçamento do Estado. O que não é incompatível com uma posição favorável à procura de soluções consistentes e duradouras, e conforme condições, que acima enunciámos, que respondam à necessária transparência, ao necessário saneamento financeiro dos clubes e à exigência de equilíbrio dos seus orçamentos.

